

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS (DFD)

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR).

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)	
1. Identificação da Necessidade: O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA) encontra-se em fase de estruturação e planejamento de melhorias para atendimento das atribuições contidas no Ato PGJ nº 320/2021 retificado pelo Ato PGJ nº 281/2024, que tem como finalidade consolidar, no âmbito do MPBA, uma política permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos de mediação e dos demais métodos autocompositivos de solução de conflitos, reforçando-se o papel da instituição como agente de transformação social, fomentador e implementador de políticas públicas, da cultura do diálogo e da pacificação social. Neste contexto, vale ressaltar, também, que a capacitação está em alinhamento com o Plano de Ação do NUPA de 2024 e com Ações Estratégicas do Plano Estratégico Nacional (PEN) CNMP.	
2. Objeto da Contratação: Prestação de serviços de treinamento para qualificação de integrantes do MPBA em Conceitos Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação.	
3. Tipo de Objeto: (x) Fornecimento imediato. () Fornecimento parcelado. () Fornecimento continuado. () Serviço não continuado. () Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra. () Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra.	
4. Contratação Prevista no Plano de Contratações Anual (PCA): () Sim (x) Não* Se SIM, informar o Valor Previsto no Plano de Contratações Anual: R\$ _____	
5. Origem do Recurso: (x) Recursos Próprios - Orçamento do MPBA. () Recursos Oriundos de Convênio Estadual. () Recursos Oriundos de Convênio Federal.	CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável):
6. Formalização da Contratação: () Por empenho e AFM. (X) Por instrumento formal de contrato.	
7. Unidade Responsável pela Instrução do Processo: NUPA (Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição)	
8. Unidade Demandante: NUPIA (Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição)	

9. Unidade Gestora dos Recursos (nome e código):		
0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público		
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO		
Matrícula: 351603	Nome Completo: Karinny Virgínia Peixoto de Oliveira	
Unidade Administrativa: NUPIA (Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição)	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:	
IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO		
Matrícula: 351603	Nome Completo: Karinny Virgínia Peixoto de Oliveira	
Órgão/ Unidade: NUPIA (Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição)	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:  Documento assinado digitalmente KARINNY VIRGINIA PEIXOTO DE OLIVEIRA Data: 25/09/2024 16:19:42-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	



1. OBJETO

Especificação do Objeto

1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

Prestação de serviços de treinamento para qualificação de integrantes do MPBA em Conceitos Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação.

1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO

ESCOLHER UMA DAS
TRÊS OPÇÕES

(Marcar com X):

(X)

A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)

()

B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA

()

C) OUTROS:

1.3 JUSTIFICATIVA:

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA) encontra-se em fase de estruturação e planejamento de melhorias para atendimento das atribuições contidas no Ato PGJ nº 320/2021 retificado pelo Ato PGJ nº 281/2024, que tem como finalidade consolidar, no âmbito do MPBA, uma política permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos de mediação e dos demais métodos autocompositivos de solução de conflitos, reforçando-se o papel da instituição como agente de transformação social, fomentador e implementador de políticas públicas, da cultura do diálogo e da pacificação social. Neste contexto, vale ressaltar, também, que a capacitação está em alinhamento com o Plano de Ação do NUIA de 2024 e com Ações Estratégicas do Plano Estratégico Nacional (PEN) CNMP.

1.4 JUSTIFICATIVA:

DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

Ressalte-se que não há no mercado, do conhecimento do Núcleo, outro curso específico e este, além de ser específico, é ministrado por professor que é referência técnica na área, conforme currículo abaixo:

Sócio-diretor da M9GC - Conflict Resolution Training, Marcelo Girade é graduado em História pelo Uni-cEUB, especialista em Administração Judiciária pela FGV e em Psicologia Social pela Universidade Estatal de São Petersburgo – Rússia. Coordenador da Pós-Graduação em Mediação de Conflitos e Arbitragem do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade Unyleya. Membro do GEMEP – Grupo de Estudos de Mediação Empresarial Privada do Comitê Brasileiro de Arbitragem e da Comissão Científica do Congresso Internacional em Mediação Empresarial do GEMEP. Membro do Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos no Brasil – ICFML Brasil. Professor da FOIL e da Antonio Meneghetti Faculdade no MBA Identidade Empresarial. Instrutor em Negociação, Mediação e Resolução de Conflitos para instituições como TJDF, TJRJ, TJPE, TJSP, TJRS, TJCE, TJPB, TJGO, TJMG, TRT 10a e 15ª Região, TRF 1a e 4a Região, Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM, Advocacia Geral da União - AGU, Tribunal de Contas da União – TCU, Ministério Público de Minas Gerais, Coca-Cola, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, USP, ABIN dentre outras. Na atividade de mediação, é Media-



dor Judicial desde 2002, Mediador Avançado certificado pelo Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos – ICFML, Mediador da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial – CBMAE e do Centro de Resolução de Conflitos Financeiros da Associação dos Bancos no DF. Na área pública, Marcelo foi Coordenador Administrativo do Centro de Resolução Não Adversarial de Conflitos do TJDF de 2007 a 2008 e do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do TJDF entre abril de 2011 e junho de 2014. É membro do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Mediação e Conciliação do Ministério da Justiça, membro do Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas e membro dos subgrupos Advocacia em Mediação e Capacitação Técnica de Mediadores e Operadores do Direito do International Mediation Institute – IMI - Hub Brasil. Presidente da Comissão Organizadora da I Competição de Mediação Empresarial da Antônio Meneghetti Faculdade, integrante da Comissão Organizadora da Competição de Mediação Empresarial da CAMARB e Coordenador Nacional das Competições Regionais de Mediação Empresarial da CAMARB. Entre artigos e capítulos de livros, suas principais publicações são a co-autoria do Manual de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça e ENAM, da obra Conciliação: um caminho para a paz social e do Manual de Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa da Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM; Na atividade de consultoria, participou da organização e criação do Núcleo de Conciliação de Conflitos Ambientais do Ministério Público de Minas Gerais e atualmente é o consultor responsável pela criação e estruturação do Centro de Resolução de Conflitos Financeiros da Associação dos Bancos no Distrito Federal – ASSBAN-DF.

() SIM

(x) NÃO

**1.5 INDICAÇÃO DE
MODELO E/OU
MARCA
OBRIGATÓRIOS**

ESCOLHER UMA
OPÇÃO* (Marcar
com X):

1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:

1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:

2. FUNDAMENTO LEGAL

**2.1 INDICAÇÃO DO
DISPOSITIVO LEGAL
EM QUE SE
ENQUADRA A
HIPÓTESE DE
CONTRATAÇÃO
ESCOLHER UMA
OPÇÃO*
(Marcar com X):**

()

A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

(x)

B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

()

C) Artigo 60, caput - quando caracterizada a inviabilidade de competição;

3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

**3.1 REGRAS DE
FORMALIZAÇÃO
CONTRATUAL**

3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

(x) A SIM



() B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL

3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:

() Empreitada por preço unitário

(X) Empreitada por preço global

() Outro:

3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:

➤ 05 dias (X) Úteis () Corridos.

➤ Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO

IMEDIATO

➤ dias () Úteis () Corridos (X) NÃO SE APLICA

➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

(x) A) NÃO

() B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

➤ dias () Úteis () Corridos

3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL

3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

O curso será ministrado na modalidade online síncrona e assíncrona em plataforma a ser fornecida pelo

3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

➤ Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):



(x) A) NÃO () B) SIM

- Unidade responsável: NUPIA
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (71) 3103-0561 e nupia@mpba.mp.br
- Dias para realização da entrega dos serviços: não se aplica.
- Horários para execução: Como sugestão, são apontadas as seguintes datas para as aulas síncronas: 24 e 31 de outubro e 18, 20, 26 e 28 de novembro de 2024.
- Condições especiais adicionais: não se aplica.

(x) A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA

B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:

➤ **EXECUTOR DA GARANTIA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) CONTRATADA (Regra geral)

() B) FABRICANTE (Exceção)

➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):

➤ **DURAÇÃO** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) 01 ANO

() B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)

() C) OUTRO. Especificar:

➤ **PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO**, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) _____ HORAS () Úteis () Corridas

() B) 02 DIAS () Úteis () Corridos

3.3 GARANTIA DO OBJETO

ESCOLHER UMA
OPÇÃO *
(**Marcar com X**):

()



	➤ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>): () A) SIM () B) NÃO ➤ FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>): () A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador () B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral) () C) <i>On site</i>, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção). Regras: ○ Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de () horas, contadas da notificação pelo MPBA; ○ O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de “Executor” acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário; () D) Outra. Especificar: ➤ DEMAIS REGRAMENTOS:
3.4 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO *	3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: (X) Não se aplica () Úteis () Corridos
	3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: (X) Não se aplica () Úteis () Corridos
	3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: NUPIA
	3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):
	(x) A) NÃO SE APLICA () B) PRAZO: () _____ HORAS () Úteis () Corridas () _____ DIAS () Úteis () Corridos
	DEMAIS REGRAMENTOS: 3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho. 3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento



afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**3.5 POSSIBILIDADE
OU NÃO DE
SUBCONTRATAÇÃO**

ESCOLHER UMA
OPÇÃO
(Marcar com X):

(x)

A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO

()

B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.

- Indicar parcela(s) subcontratável(eis):
- Indicar regras/condições para subcontratação:

**3.6 CONDIÇÕES DE
PAGAMENTO**

3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

()

A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

()

B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA

()

C) PAGAMENTO PARCELADO:

- Quantidade de parcelas:
- Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):

()

C) PAGAMENTO MENSAL

(x)

D) OUTRA: PAGAMENTO INTEGRAL, EM PARCELA ÚNICA

3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):



	☒ (x)	A) NÃO SE APLICA
	☐ ()	B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar:
3.6.3 DEMAIS REGRAS: 3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada; 3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização; 3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado; 3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente; 3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia; 3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.		
3.7 POSSIBILIDADE OU NÃO DE REAJUSTAMENTO, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO * (Marcar com X):	☒ (x)	A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS
	☐ ()	B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. <u>Regras:</u> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta; ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final



		o mês que antecede a data de aniversário. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;
3.8 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS *	3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	
	()	A) CONTRATAÇÕES <u>SEM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO ➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () Opção 1: _____ meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor () Opção 2: _____ dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor
	(x)	B) CONTRATAÇÕES <u>COM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO ➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () Opção 1: 12 meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () A) Data certa: ____ de ____ de ____ (x) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico () Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () A) Data certa: ____ de ____ de ____ () B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico ➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):
	3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	
	(x)	A) NÃO
	()	B) SIM. Justificativa:
3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA *	OBRIGAÇÕES GERAIS	



- 3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;
- 3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;
- 3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);
- 3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;
- 3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;
- 3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;
- 3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;
- 3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **MPBA** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;
- 3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;
- 3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **MPBA** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **MPBA** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;
- 3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **MPBA**;
- 3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **MPBA**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **MPBA**;
- 3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigên-



cia da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao **MPBA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MPBA**.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

(x) **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

() **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**. Indicar:

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

(x) **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

() **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**. Indicar:

**3.10 OBRIGAÇÕES
DO CONTRATANTE***



3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSI- DADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO <i>(Marcar com X):</i>	()	A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)
	(x)	B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	()	C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras: ➤ Percentual exigido: () 5% (cinco por cento) <u>OU</u> () Outro. Indicar: _____ % (_____ por cento) ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.



Documento assinado digitalmente
KARINNY VIRGINIA PEIXOTO DE OLIVEIRA
Data: 25/09/2024 16:19:42-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

NÃO SE APLICA.

Item	Descrição (Especificações técnicas)	Unidade de Fornecimento	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total por item
1					
2					
...					

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

1.2 DETALHAMENTO – PRESTAÇÃO PARCELADA (Caso tenha sido assinalada a opção “B” do item 1.2 do TR):

Item	Indicação sucinta do serviço	Quantidade De Parcelas	Quantidade De serviços Por Parcela	Periodicidade
1				
2				
...				

TABELA DE PREÇOS

Declaro, para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços semelhantes para futura contratação do(s) item(ns) abaixo listado(s), respeitados os ditames legais.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	QTDE	PREÇO 1 – PROPOSTA DO FORNECEDOR A SER CONTRATADO			PREÇOS DE CONTRATAÇÕES SEMELHANTES DE MESMA NATUREZA							
			RAZÃO SOCIAL OU NOME	CNPJ ou CPF	VALOR TOTAL R\$	PREÇO 2		PREÇO 3		PREÇO 4		PREÇO 5	
						CONTRATANTE	VALOR TOTAL R\$	CONTRATANTE	VALOR TOTAL R\$	CONTRATANTE	VALOR TOTAL R\$	CONTRATANTE	VALOR TOTAL R\$
1	PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO EM MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E CONCILIAÇÃO - MPBA	um grupo de até 12 particip antes	M9GC Treinamento e Consultoria Ltda	22.288.974/0001-55	R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)	M9GC Treinamento e Consultoria Ltda -MPMS	R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)						

Nota: Incluir ou excluir colunas e linhas, conforme necessidade.

1 - OBSERVAÇÕES:
a) Trata-se de processo de contratação direta por meio de Inexigibilidade (art. 74 da Lei Federal de nº14.133/21), ante a inviabilidade de competição b) Juntar ao processo SEI o(s) arquivo(s) comprobatórios dos preços pagos em contratações semelhantes com o pretenso contratado.
2 – JUSTIFICATIVA SE NÃO APRESENTAR O MÍNIMO DE 03 (TRÊS) CONTRATAÇÕES SEMELHANTES PARA CADA ITEM:
Trata-se de curso escolhido em virtude da singularidade do profissional, Marcelo Girade Corrêa , reconhecido pela sua expertise na área, que não pode ser substituída por outros ofertantes. Além disso, a urgência e a natureza específica da capacitação requerida também justificam a escolha direta, visando a eficácia e a qualidade do aprendizado. Ressalta-se que a contratação atende ao interesse público, promovendo habilidades essenciais para a gestão de conflitos.
RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

Matrícula: 351603	Nome do Servidor: Karinny V. Peixoto de Oliveira	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:
Unidade Administrativa: NUPIA		

gov.br
Documento assinado digitalmente
KARINNY VIRGINIA PEIXOTO DE OLIVEIRA
Data: 25/09/2024 16:19:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO EM MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E CONCILIAÇÃO

Ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do MPBA

1. Sobre a experiência de formação com órgãos públicos da M9GC

A M9GC conduziu capacitações, palestras, treinamentos e formações em negociação e mediação para órgãos como MPMG, MPGO, MPMS, MPSC, AGU, PGE-PR, PGE-RS, TRF 4ª Região, TRT 1ª e 9ª Região, Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, ANEEL e CORREIOS.

2. Objeto

A presente proposta tem por objeto a prestação de serviços de treinamento para qualificação de integrantes do MPBA em Conceitos Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação.

3. Escopo

Para a qualificação com foco no processo de Mediação de Conflitos e Conciliação: desenvolver a competência, nos integrantes do MPBA, para conduzir processos de mediação e conciliação de forma estruturada, abrangendo as etapas iniciais, de coleta e organização das informações pertinentes à demanda autocompositiva, de resolução das questões e de encerramento, com consequente avaliação do desempenho para crescimento contínuo.

4. Público-alvo

Membros do MPBA e demais participantes indicados pela contratante.

5. Formato e Metodologia

O treinamento será ministrado na modalidade *online* síncrona e assíncrona, utilizando as mais modernas técnicas de facilitação no ambiente virtual por meio de: aulas expositivas com apresentação de conteúdo conceitual e técnico; dinâmicas e exercícios simulados para aplicação prática do conteúdo teórico; utilização de videoaulas e vídeos exclusivos como conteúdo complementar dos temas de negociação e de mediação.

6. Material Didático

Material de treinamento exclusivo da M9GC com manual, vídeos, videoaulas complementares *online* assíncronas, slides, dinâmicas e exercícios simulados.

7. Carga Horária e Horários

Sugere-se a carga de 33 horas-aula para a qualificação objeto desta proposta, sendo 21 horas ministradas na modalidade *online* síncrona e 12 horas na modalidade *online* assíncrona (com videoaulas e atividades complementares)

Para um melhor aproveitamento, sugere-se que as aulas síncronas sejam ministradas no período matutino, das 9h às 12h30, com uma combinação de datas e horários que melhor se adequar às necessidades da contratante e da contratada.

8. Conteúdo Programático para Qualificação no Processo de Mediação de Conflitos e Conciliação

Tópico	Objetivos instrucionais	Conteúdo
Métodos de Negociação e Critérios de Efetividade	- Compreender as abordagens negociais mais utilizadas e as diferenças fundamentais entre elas; - Conhecer os critérios que permitem avaliar a efetividade de um método de negociação; - Desenvolver a capacidade de analisar que tipo de abordagem negocial pode ser mais adequada para cada caso e suas consequências.	- Conceito de negociação; - Principais abordagens negociais; - Critérios de efetividade de métodos de negociação;
Fundamentos do Método de Negociação de Harvard	- Diferenciar os critérios para avaliar o grau de sucesso de uma negociação; - Reconhecer os elementos que estruturam o Método Harvard de Negociação e o modo de aplicá-los na prática cotidiana de resolução de conflitos; - Compreender os princípios que regem a Negociação Baseada em Interesses.	- Critérios para avaliar o sucesso de uma negociação e a efetividade do método utilizado; - Interesses – o que importa em toda negociação; - Opções – possibilidades de solução das divergências; - Legitimidade – critérios objetivos que sustentam o sentido das propostas; - Compromisso – acordos realistas, suficientes e operacionais; - Alternativas – o que é possível ser feito sem a participação do interlocutor; - Comunicação – qualidade e nível de compreensão na troca de informações; - Relação – qualidade da relação de trabalho para resolver divergências. - Princípios da Negociação Baseada em Interesses.
Tópico	Objetivos instrucionais	Conteúdo
Introdução ao Processo de Mediação de Conflitos	- Conhecer o contexto da administração e da resolução de conflitos; - Compreender os conceitos de mediação e sua aplicabilidade; - Conhecer a diferença entre Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem; - Compreender as diferentes abordagens e estilos de mediação e papéis do mediador; - Conhecer as principais funções e tarefas do mediador; - Conhecer a estrutura do processo de mediação e suas etapas.	<i>Continuum</i> dos modos de administrar e resolver conflitos; - Conceitos de mediação e contextos de aplicação; - Diferenças entre Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem; - Funções e tarefas do mediador; - Comportamentos e qualidades desejáveis em mediadores; - Etapas da mediação e principais focos de atuação do mediador;

	• Compreender os princípios que regem a mediação e o trabalho dos mediadores.	• Códigos de Ética e aspectos deontológicos da mediação.
Etapa Inicial da Mediação	• Compreender os dois modos de dar início a uma mediação; • Compreender os componentes principais de estabelecimento e manutenção do <i>rapport</i> ao longo de uma sessão de mediação; • Conhecer as tarefas e funções principais do mediador na etapa inicial; • Desenvolver a capacidade de realizar uma declaração de abertura objetiva, clara e abrangente.	• Fase de pré-mediação e sessão conjunta inicial; • Conceito de <i>rapport</i>, seus principais componentes e sua aplicação nas etapas do processo de mediação; • Conteúdo geral de informações apresentadas na Declaração de Abertura do Mediador;
Etapa de Reunião de Informações e Diagnóstico Inicial	• Conhecer os elementos fundamentais que formam o conjunto geral de informações que precisam ser identificadas na narrativa inicial das partes; • Compreender os modos como o mediador pode ajudar a administrar a interação produtiva no momento das narrativas iniciais; • Conhecer o repertório de perguntas possíveis e adequadas para essa etapa da mediação; • Compreender e praticar os aspectos fundamentais da escuta proativa; • Desenvolver a capacidade de conduzir o momento de narrativa das partes com a identificação das informações fundamentais para sequenciamento da etapa seguinte.	• Conceitos de interesses, questões e sentimentos no contexto da mediação; • Modos de administrar a interação produtiva entre as partes; • Perguntas em mediação: timing, tipologia e pertinência; • Escuta Proativa e Linguagem Neutra; • Recomendações sobre a atividade de anotação de informações.
Etapa de Organização das Informações e Elaboração da Agenda	• Compreender a técnica do resumo inicial e maneiras de realizá-lo com efetividade; • Compreender a importância da elaboração de uma agenda na mediação; • Identificar as questões principais a serem resolvidas na mediação; • Conhecer os modos de enquadramento e sequenciamento das questões; • Desenvolver a capacidade de realizar um resumo inicial efetivo e elaborar uma agenda para a fase seguinte de resolução de questões.	• Conceito de resumo e reenquadramento com enfoque prospectivo; • Modos de elaboração da agenda da mediação.
Etapa de Resolução de Questões	• Conhecer os modos que permitem iniciar a etapa de negociação das questões com a criação de uma atmosfera propícia para a colaboração; • Compreender a importância de centralizar o estímulo de opções com base nos interesses das partes; • Desenvolver a capacidade de conduzir a etapa de negociação com foco nos elementos do método de negociação baseado em interesses.	• Declarações iniciais da etapa de negociação de questões; • Ferramentas e técnicas para movimentar partes em direção ao consenso; • Elementos do Método de Negociação Baseada nos Interesses aplicados à etapa de negociação das questões.
Etapa de Conclusão	• Identificar os três modos de concluir uma sessão de mediação e as atividades envolvidas em cada um deles; • Conhecer os elementos que permitem verificar a viabilidade do acordo; • Desenvolver a capacidade de encerrar mediações de modo adequado e em conformidade com os princípios institucionais.	• Conceito de compromisso inteligente; • Conceitos de impasse ilusório e impasse real; • Conceito de Melhor Alternativa à Negociação do Acordo - MANA e sua aplicação na mediação.

Adaptações para o processo de Conciliação	• Identificar as principais diferenças estruturais e de objetivo entre Mediação e Conciliação; • Conhecer os contextos em que cada processo pode ser mais adequado conforme os objetivos de cada situação; • Desenvolver a capacidade de conduzir o processo de conciliação de forma efetiva e dentro dos parâmetros éticos da autocomposição direta.	• Elementos de diferenciação dos métodos de Mediação e Conciliação; • Aplicabilidade da Mediação e da Conciliação; • Adaptações técnicas do processo de Mediação para o processo de Conciliação.
Técnicas de Supervisão e Atuação no ambiente online	• Identificar os aspectos fundamentais da realização de feedback; • Compreender o formato de qualificação do desempenho de mediadores com base nos critérios de qualidade e transparência. • Identificar o <i>modus operandi</i> no ambiente online e suas particularidades	• Modos eficazes de fornecer feedback; • Critérios globais de qualidade e desempenho para mediadores; • Estabelecimento e manutenção do <i>rapport</i> no ambiente online; • Orientações práticas de condução de mediações no ambiente online.

9. Datas

Segundo semestre de 2024, em datas e horários a serem definidos e confirmados pela com a contratante. Como sugestão, são apontadas as seguintes datas para as aulas síncronas: 24 e 31 de outubro e 18, 20, 26 e 28 de novembro.

10. Será de responsabilidade da M9GC o fornecimento dos seguintes itens:

- Plataforma online para realização dos treinamentos, acesso às aulas gravadas e conteúdos complementares;
- Material didático e exercícios simulados exclusivos M9GC;
- Videoaulas complementares exclusivas M9GC;
- Certificado de Conclusão M9GC com selo Parceiro de Formação ICFML – Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos – instituição credenciada pelo *International Mediation Institute* – IMI.

11. Instrutores



Marcelo Girade Corrêa

Sócio-diretor da M9GC - *Conflict Resolution Training*, Marcelo Girade é Graduado em História pelo UnicEUB, especialista em Administração Judiciária pela FGV e em Psicologia Social pela Universidade Estatal de São Petersburgo – Rússia. Formação em Negociação no Brasil e nas instalações da Universidade de Harvard pela CMI Interser, empresa criada pelos fundadores do Método Harvard de Negociação. Ministrou cursos de Negociação, Mediação, Advocacia na Mediação e Resolução de Conflitos para instituições como TJDF, TJRJ, TJPE, TJSP, TJRS, TJCE, TJPB, TJGO, TJMG, TRT 10ª e 15ª Região, TRF 1ª e 4ª Região, Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM do Ministério da Justiça, Advocacia Geral da União - AGU, PGE-PR, TRT do Paraná, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Tribunal de Contas da União – TCU, CORREIOS, Ministério Público do Estado de Goiás, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Escola Nacional de Administração Pública, Coca-Cola, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, USP, ABIN, FGV, CENEX,

Marcopolo, Randon, Todeschini, John Deere, SLC Agrícola, Dana Energia, Fras-Le, WEG Motores dentre outras.

Coordenador do Curso de Pós-Graduação Online em Mediação de Conflitos e Arbitragem do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade Unyleya e Professor do MBA Identidade Empresarial da AMF.

Na atividade de mediação é Mediador Avançado certificado pelo Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos – ICFML, Mediador da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial – CBMAE, da CAMARB e da CAMES. Na área pública, Marcelo foi Coordenador Administrativo do Centro de Resolução Não Adversarial de Conflitos do TJDF de 2007 a 2008 e do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do TJDF entre abril de 2011 e junho de 2014. É membro-fundador do ICFML Brasil e membro da Comissão Científica do I Congresso Internacional do Grupo de Estudos em Mediação Empresarial Privada do Comitê Brasileiro de Arbitragem - CBAr. Presidente da Comissão Organizadora da I Competição de Mediação Empresarial da Antonio Meneghetti Faculdade, integrante da Comissão Organizadora da Competição de Mediação Empresarial da CAMARB 2017 e 2018, integrante da Comissão Organizadora do Congresso Brasileiro de Arbitragem e Mediação Empresarial – CBAME, além de ser co-fundador e fazer parte da Comissão Executiva do Meeting de Negociação no Brasil, evento que seleciona a equipe brasileira que participa da *International Negotiation Competition* - INC. Entre artigos e capítulos de livros, suas principais publicações são a co-autoria do Manual de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça e ENAM, da obra Conciliação: um caminho para a paz social, do Manual de Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa da Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM, da obra Mediação Empresarial – experiências brasileiras – vol. e da obra Mediação de Conflitos – temas atuais – do Conselho Especial de Mediação da OAB Nacional; Na atividade de consultoria, participou da organização e criação do Núcleo de Conciliação de Conflitos Ambientais do Ministério Público de Minas Gerais e da criação e estruturação do Centro de Resolução de Conflitos Financeiros da Associação dos Bancos no Distrito Federal – ASSBAN-DF.



Simone Bastos

Sócia da M9GC – Conflict Resolution Training, atua como mediadora judicial desde 2007; Mediadora certificada pelo Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos – ICFML desde 2013; Formação em Negociação no Brasil e nas instalações da Universidade de Harvard pela CMI Interser, empresa criada pelos fundadores do Método Harvard de Negociação; Coautora do manual Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa da Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM. Coautora e instrutora do curso presencial Noções Básicas de Conciliação e Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa do CNJ. Conselheira da Rede Internacional de Excelência Jurídica no Distrito Federal; Conciliadora Judicial do TJDF, onde também é servidora e atuou como supervisora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília – CEJUSC JEC/BSB entre abril de 2009 a setembro de 2015. Aprofundou seus estudos nesse tema e atualmente é Instrutora dos cursos de formação de Mediadores do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF; Coorganizadora e instrutora do Curso de Conciliação Judicial, promovido pelo TJDF; Tutora do curso de Mediação Básica, promovido pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM;

Conteudista e subcoordenadora dos cursos à distância Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa e Resolvendo Conflitos de Forma Construtiva: a Contribuição de Cada Um para uma Cultura de Paz, promovidos pela ENAM. Docente e tutora da Pós-Graduação à Distância em Mediação de Conflitos e Arbitragem do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade Unyleya; Bacharel em Direito (Uniceub) e em Nutrição (Unb); Pós-graduada em Marketing (UFRJ), em Controles Internos (USP) e em Direito Civil e Processo Civil (Universidade Cândido Mendes) e Mestre em Resolução de Conflitos e Mediação (FUNIBER). Autora do livro *o Milagre do Vestido Verde: como o rapport pode gerar conexões positivas e impactar os resultados sociais e financeiros das negociações e mediações*.



Ana Valéria Silva Gonçalves

Chefe do Gabinete da Desembargadora Carmem Nicea Bittencourt no TJDF até sua aposentadoria em setembro de 2023; Ex-Diretora do 2º Juizado Especial de Fazenda Pública do Distrito Federal; Mediadora Judicial desde 2002 com experiências nas áreas Cível e de Família e Mediadora Nível Avançado certificada pelo Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos - ICFML desde 2013; Instrutora de mediação, conciliação e advocacia na mediação em organizações como CNJ, ENAM, TJDF, TJRS, TJPR, Ministério Público de Minas Gerais, MPDFT, MPU e PGE-PR. Atuou como instrutora do curso de formação de instrutores de mediação cível e de família do CNJ e como supervisora do curso on-line de mediação judicial da Escola Nacional de Mediação e Conciliação - ENAM; Subcoordenadora do curso on-line de Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa da ENAM – edição 2015; Coautora da Cartilha do Divórcio para Pais e da Cartilha do Divórcio para Filhos da ENAM/CNJ; Coautora da obra Conflitos Após a Morte: A Mediação Aplicada ao Direito das Sucessões; Presidente da Comissão de Mediação do IBDFAM-DF; Docente e tutora da Pós-Graduação à Distância em Mediação de Conflitos e Arbitragem do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade Unyleya e outras; Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília – UnB; Pós-graduada em Gestão do Conhecimento e Paradigma Ontopsicológico pela Faculdade Antonio Meneghetti.

12. Proposta Comercial

- a. À título de remuneração pelos serviços prestados no treinamento para qualificação de integrantes do MPBA em Conceitos Ferramentas e Técnicas de Negociação e nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação, para um grupo **de até 12 participantes**, com 33 horas-aula, a M9GC receberá a quantia de **R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)**;
- b. Na proposta já estão computados os impostos e todos os custos complementares como plataforma de videoconferência, materiais didático-pedagógicos, certificados e operações para acesso a conteúdo digital e gravação das aulas.

13. Duração da proposta

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão.

14. Dados M9GC

Razão Social: M9GC Treinamento e Consultoria Ltda.

CNPJ: 22.288.974/0001-55

E-mail: marcelo@m9gc.com

Endereço: SBS QD.02 – BL. E – SALA 206 – Sobreloja Parte X5 n. 12 – CEP 70.070-120 – Brasília-DF

Dados bancários: Itaú – Ag. 0919 – C/C 07863-4

Brasília, 12 de setembro de 2024.



MARCELO GIRAIDE CORRÊA
Diretor Executivo

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO EM MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E CONCILIAÇÃO

Ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do MPMS

1. Sobre a experiência de formação com órgãos públicos da M9GC

A M9GC conduziu capacitações, palestras, treinamentos e formações em negociação e mediação para órgãos como MPMG, MPGO, MPMS, MPSC, AGU, PGE-PR, PGE-RS, TRF 4ª Região, TRT 1ª e 9ª Região, Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, ANEEL e CORREIOS.

2. Objeto

A presente proposta tem por objeto a prestação de serviços de treinamento para qualificação de integrantes do MPMS em Conceitos Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação.

3. Escopo

Para a qualificação com foco no processo de Mediação de Conflitos e Conciliação: desenvolver a competência, nos integrantes do MPMS, para conduzir processos de mediação e conciliação de forma estruturada, abrangendo as etapas iniciais, de coleta e organização das informações pertinentes à demanda autocompositiva, de resolução das questões e de encerramento, com consequente avaliação do desempenho para crescimento contínuo.

4. Público-alvo

Membros do MPMS e demais participantes indicados pela contratante.

5. Formato e Metodologia

O treinamento será ministrado na modalidade *online* síncrona e assíncrona, utilizando as mais modernas técnicas de facilitação no ambiente virtual por meio de: aulas expositivas com apresentação de conteúdo conceitual e técnico; dinâmicas e exercícios simulados para aplicação prática do conteúdo teórico; utilização de videoaulas e vídeos exclusivos como conteúdo complementar dos temas de negociação e de mediação.

6. Material Didático

Material de treinamento exclusivo da M9GC com manual, vídeos, videoaulas complementares *online* assíncronas, slides, dinâmicas e exercícios simulados.

7. Carga Horária e Horários

Sugere-se a carga de 33 horas-aula para a qualificação objeto desta proposta, sendo 21 horas ministradas na modalidade *online* síncrona e 12 horas na modalidade *online* assíncrona (com videoaulas e atividades complementares)

Para um melhor aproveitamento, sugere-se que as aulas síncronas sejam ministradas no período matutino, das 9h às 12h30, com uma combinação de datas e horários que melhor se adequar às necessidades da contratante e da contratada.

8. Conteúdo Programático para Qualificação no Processo de Mediação de Conflitos e Conciliação

Tópico	Objetivos instrucionais	Conteúdo
Métodos de Negociação e Critérios de Efetividade	- Compreender as abordagens negociais mais utilizadas e as diferenças fundamentais entre elas; - Conhecer os critérios que permitem avaliar a efetividade de um método de negociação; - Desenvolver a capacidade de analisar que tipo de abordagem negocial pode ser mais adequada para cada caso e suas consequências.	- Conceito de negociação; - Principais abordagens negociais; - Critérios de efetividade de métodos de negociação;
Fundamentos do Método de Negociação de Harvard	- Diferenciar os critérios para avaliar o grau de sucesso de uma negociação; - Reconhecer os elementos que estruturam o Método Harvard de Negociação e o modo de aplicá-los na prática cotidiana de resolução de conflitos; - Compreender os princípios que regem a Negociação Baseada em Interesses.	- Critérios para avaliar o sucesso de uma negociação e a efetividade do método utilizado; - Interesses – o que importa em toda negociação; - Opções – possibilidades de solução das divergências; - Legitimidade – critérios objetivos que sustentam o sentido das propostas; - Compromisso – acordos realistas, suficientes e operacionais; - Alternativas – o que é possível ser feito sem a participação do interlocutor; - Comunicação – qualidade e nível de compreensão na troca de informações; - Relação – qualidade da relação de trabalho para resolver divergências. - Princípios da Negociação Baseada em Interesses.
Tópico	Objetivos instrucionais	Conteúdo
Introdução ao Processo de Mediação de Conflitos	- Conhecer o contexto da administração e da resolução de conflitos; - Compreender os conceitos de mediação e sua aplicabilidade; - Conhecer a diferença entre Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem; - Compreender as diferentes abordagens e estilos de mediação e papéis do mediador; - Conhecer as principais funções e tarefas do mediador; - Conhecer a estrutura do processo de mediação e suas etapas.	<i>Continuum</i> dos modos de administrar e resolver conflitos; - Conceitos de mediação e contextos de aplicação; - Diferenças entre Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem; - Funções e tarefas do mediador; - Comportamentos e qualidades desejáveis em mediadores; - Etapas da mediação e principais focos de atuação do mediador;

	• Compreender os princípios que regem a mediação e o trabalho dos mediadores.	• Códigos de Ética e aspectos deontológicos da mediação.
Etapa Inicial da Mediação	• Compreender os dois modos de dar início a uma mediação; • Compreender os componentes principais de estabelecimento e manutenção do <i>rapport</i> ao longo de uma sessão de mediação; • Conhecer as tarefas e funções principais do mediador na etapa inicial; • Desenvolver a capacidade de realizar uma declaração de abertura objetiva, clara e abrangente.	• Fase de pré-mediação e sessão conjunta inicial; • Conceito de <i>rapport</i>, seus principais componentes e sua aplicação nas etapas do processo de mediação; • Conteúdo geral de informações apresentadas na Declaração de Abertura do Mediador;
Etapa de Reunião de Informações e Diagnóstico Inicial	• Conhecer os elementos fundamentais que formam o conjunto geral de informações que precisam ser identificadas na narrativa inicial das partes; • Compreender os modos como o mediador pode ajudar a administrar a interação produtiva no momento das narrativas iniciais; • Conhecer o repertório de perguntas possíveis e adequadas para essa etapa da mediação; • Compreender e praticar os aspectos fundamentais da escuta proativa; • Desenvolver a capacidade de conduzir o momento de narrativa das partes com a identificação das informações fundamentais para sequenciamento da etapa seguinte.	• Conceitos de interesses, questões e sentimentos no contexto da mediação; • Modos de administrar a interação produtiva entre as partes; • Perguntas em mediação: timing, tipologia e pertinência; • Escuta Proativa e Linguagem Neutra; • Recomendações sobre a atividade de anotação de informações.
Etapa de Organização das Informações e Elaboração da Agenda	• Compreender a técnica do resumo inicial e maneiras de realizá-lo com efetividade; • Compreender a importância da elaboração de uma agenda na mediação; • Identificar as questões principais a serem resolvidas na mediação; • Conhecer os modos de enquadramento e sequenciamento das questões; • Desenvolver a capacidade de realizar um resumo inicial efetivo e elaborar uma agenda para a fase seguinte de resolução de questões.	• Conceito de resumo e reenquadramento com enfoque prospectivo; • Modos de elaboração da agenda da mediação.
Etapa de Resolução de Questões	• Conhecer os modos que permitem iniciar a etapa de negociação das questões com a criação de uma atmosfera propícia para a colaboração; • Compreender a importância de centralizar o estímulo de opções com base nos interesses das partes; • Desenvolver a capacidade de conduzir a etapa de negociação com foco nos elementos do método de negociação baseado em interesses.	• Declarações iniciais da etapa de negociação de questões; • Ferramentas e técnicas para movimentar partes em direção ao consenso; • Elementos do Método de Negociação Baseada nos Interesses aplicados à etapa de negociação das questões.
Etapa de Conclusão	• Identificar os três modos de concluir uma sessão de mediação e as atividades envolvidas em cada um deles; • Conhecer os elementos que permitem verificar a viabilidade do acordo; • Desenvolver a capacidade de encerrar mediações de modo adequado e em conformidade com os princípios institucionais.	• Conceito de compromisso inteligente; • Conceitos de impasse ilusório e impasse real; • Conceito de Melhor Alternativa à Negociação do Acordo - MANA e sua aplicação na mediação.

Adaptações para o processo de Conciliação	• Identificar as principais diferenças estruturais e de objetivo entre Mediação e Conciliação; • Conhecer os contextos em que cada processo pode ser mais adequado conforme os objetivos de cada situação; • Desenvolver a capacidade de conduzir o processo de conciliação de forma efetiva e dentro dos parâmetros éticos da autocomposição direta.	• Elementos de diferenciação dos métodos de Mediação e Conciliação; • Aplicabilidade da Mediação e da Conciliação; • Adaptações técnicas do processo de Mediação para o processo de Conciliação.
Técnicas de Supervisão e Atuação no ambiente online	• Identificar os aspectos fundamentais da realização de feedback; • Compreender o formato de qualificação do desempenho de mediadores com base nos critérios de qualidade e transparência. • Identificar o <i>modus operandi</i> no ambiente online e suas particularidades	• Modos eficazes de fornecer feedback; • Critérios globais de qualidade e desempenho para mediadores; • Estabelecimento e manutenção do <i>rapport</i> no ambiente online; • Orientações práticas de condução de mediações no ambiente online.

9. Datas

Segundo semestre de 2024, em datas e horários a serem definidos e confirmados pela com a contratante. Como sugestão, são apontadas as seguintes datas para as aulas síncronas: 24 e 31 de outubro e 18, 20, 26 e 28 de novembro.

10. Será de responsabilidade da M9GC o fornecimento dos seguintes itens:

- Plataforma online para realização dos treinamentos, acesso às aulas gravadas e conteúdos complementares;
- Material didático e exercícios simulados exclusivos M9GC;
- Videoaulas complementares exclusivas M9GC;
- Certificado de Conclusão M9GC com selo Parceiro de Formação ICFML – Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos – instituição credenciada pelo *International Mediation Institute* – IMI.

11. Instrutores



Marcelo Girade Corrêa

Sócio-diretor da M9GC - *Conflict Resolution Training*, Marcelo Girade é Graduado em História pelo UnicEUB, especialista em Administração Judiciária pela FGV e em Psicologia Social pela Universidade Estatal de São Petersburgo – Rússia. Formação em Negociação no Brasil e nas instalações da Universidade de Harvard pela CMI Interser, empresa criada pelos fundadores do Método Harvard de Negociação. Ministrou cursos de Negociação, Mediação, Advocacia na Mediação e Resolução de Conflitos para instituições como TJDF, TJRJ, TJPE, TJSP, TJRS, TJCE, TJPB, TJGO, TJMG, TRT 10ª e 15ª Região, TRF 1ª e 4ª Região, Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM do Ministério da Justiça, Advocacia Geral da União - AGU, PGE-PR, TRT do Paraná, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Tribunal de Contas da União – TCU, CORREIOS, Ministério Público do Estado de Goiás, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Escola Nacional de Administração Pública, Coca-Cola, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, USP, ABIN, FGV, CENEX,

Marcopolo, Randon, Todeschini, John Deere, SLC Agrícola, Dana Energia, Fras-Le, WEG Motores dentre outras.

Coordenador do Curso de Pós-Graduação Online em Mediação de Conflitos e Arbitragem do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade Unyleya e Professor do MBA Identidade Empresarial da AMF.

Na atividade de mediação é Mediador Avançado certificado pelo Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos – ICFML, Mediador da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial – CBMAE, da CAMARB e da CAMES. Na área pública, Marcelo foi Coordenador Administrativo do Centro de Resolução Não Adversarial de Conflitos do TJDF de 2007 a 2008 e do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do TJDF entre abril de 2011 e junho de 2014. É membro-fundador do ICFML Brasil e membro da Comissão Científica do I Congresso Internacional do Grupo de Estudos em Mediação Empresarial Privada do Comitê Brasileiro de Arbitragem - CBAr. Presidente da Comissão Organizadora da I Competição de Mediação Empresarial da Antonio Meneghetti Faculdade, integrante da Comissão Organizadora da Competição de Mediação Empresarial da CAMARB 2017 e 2018, integrante da Comissão Organizadora do Congresso Brasileiro de Arbitragem e Mediação Empresarial – CBAME, além de ser co-fundador e fazer parte da Comissão Executiva do Meeting de Negociação no Brasil, evento que seleciona a equipe brasileira que participa da *International Negotiation Competition* - INC. Entre artigos e capítulos de livros, suas principais publicações são a co-autoria do Manual de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça e ENAM, da obra Conciliação: um caminho para a paz social, do Manual de Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa da Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM, da obra Mediação Empresarial – experiências brasileiras – vol. e da obra Mediação de Conflitos – temas atuais – do Conselho Especial de Mediação da OAB Nacional; Na atividade de consultoria, participou da organização e criação do Núcleo de Conciliação de Conflitos Ambientais do Ministério Público de Minas Gerais e da criação e estruturação do Centro de Resolução de Conflitos Financeiros da Associação dos Bancos no Distrito Federal – ASSBAN-DF.



Simone Bastos

Sócia da M9GC – Conflict Resolution Training, atua como mediadora judicial desde 2007; Mediadora certificada pelo Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos – ICFML desde 2013; Formação em Negociação no Brasil e nas instalações da Universidade de Harvard pela CMI Interser, empresa criada pelos fundadores do Método Harvard de Negociação; Coautora do manual Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa da Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM. Coautora e instrutora do curso presencial Noções Básicas de Conciliação e Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa do CNJ. Conselheira da Rede Internacional de Excelência Jurídica no Distrito Federal; Conciliadora Judicial do TJDF, onde também é servidora e atuou como supervisora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília – CEJUSC JEC/BSB entre abril de 2009 a setembro de 2015. Aprofundou seus estudos nesse tema e atualmente é Instrutora dos cursos de formação de Mediadores do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF; Coorganizadora e instrutora do Curso de Conciliação Judicial, promovido pelo TJDF; Tutora do curso de Mediação Básica, promovido pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM;

Conteudista e subcoordenadora dos cursos à distância Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa e Resolvendo Conflitos de Forma Construtiva: a Contribuição de Cada Um para uma Cultura de Paz, promovidos pela ENAM. Docente e tutora da Pós-Graduação à Distância em Mediação de Conflitos e Arbitragem do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade Unyleya; Bacharel em Direito (Uniceub) e em Nutrição (Unb); Pós-graduada em Marketing (UFRJ), em Controles Internos (USP) e em Direito Civil e Processo Civil (Universidade Cândido Mendes) e Mestre em Resolução de Conflitos e Mediação (FUNIBER). Autora do livro *o Milagre do Vestido Verde: como o rapport pode gerar conexões positivas e impactar os resultados sociais e financeiros das negociações e mediações*.



Ana Valéria Silva Gonçalves

Chefe do Gabinete da Desembargadora Carmem Nicea Bittencourt no TJDF até sua aposentadoria em setembro de 2023; Ex-Diretora do 2º Juizado Especial de Fazenda Pública do Distrito Federal; Mediadora Judicial desde 2002 com experiências nas áreas Cível e de Família e Mediadora Nível Avançado certificada pelo Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos - ICFML desde 2013; Instrutora de mediação, conciliação e advocacia na mediação em organizações como CNJ, ENAM, TJDF, TJRS, TJPR, Ministério Público de Minas Gerais, MPDFT, MPU e PGE-PR. Atuou como instrutora do curso de formação de instrutores de mediação cível e de família do CNJ e como supervisora do curso on-line de mediação judicial da Escola Nacional de Mediação e Conciliação - ENAM; Subcoordenadora do curso on-line de Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa da ENAM – edição 2015; Coautora da Cartilha do Divórcio para Pais e da Cartilha do Divórcio para Filhos da ENAM/CNJ; Coautora da obra Conflitos Após a Morte: A Mediação Aplicada ao Direito das Sucessões; Presidente da Comissão de Mediação do IBDFAM-DF; Docente e tutora da Pós-Graduação à Distância em Mediação de Conflitos e Arbitragem do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade Unyleya e outras; Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília – UnB; Pós-graduada em Gestão do Conhecimento e Paradigma Ontopsicológico pela Antonio Meneghetti Faculdade - AMF.

12. Proposta Comercial

- a. À título de remuneração pelos serviços prestados no treinamento para qualificação de integrantes do MPMS em Conceitos Ferramentas e Técnicas de Negociação e nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação, para um grupo **de até 12 participantes**, com 33 horas-aula, a M9GC receberá a quantia de **R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)**;
- b. Na proposta já estão computados os impostos e todos os custos complementares como plataforma de videoconferência, materiais didático-pedagógicos, certificados e operações para acesso a conteúdo digital e gravação das aulas.

13. Duração da proposta

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão.

14. Dados M9GC

Razão Social: M9GC Treinamento e Consultoria Ltda.

CNPJ: 22.288.974/0001-55

E-mail: marcelo@m9gc.com

Endereço: SBS QD.02 – BL. E – SALA 206 – Sobreloja Parte X5 n. 12 – CEP 70.070-120 – Brasília-DF

Dados bancários: Itaú – Ag. 0919 – C/C 07863-4

Brasília, 12 de setembro de 2024.

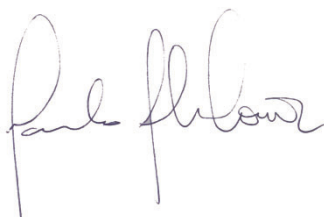


MARCELO GIRAIDE CORRÊA
Diretor Executivo

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA.

A M9GC TREINAMENTO E CONSULTORIA, CNPJ n.º 22.288.974/0001-55, sediada no SBS QD.02 – BL. E – SALA 206 – Sobreloja Parte X5 n. 12 – CEP 70.070-120 – Brasília-DF, por intermédio do seu representante legal, Sr.(a) MARCELO GIRADE CORRÊA, portador(a) da carteira de identidade n.º 890 628 – SSP/DF, DECLARA, para atender ao disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos.

Brasília, 25 de setembro de 2024.



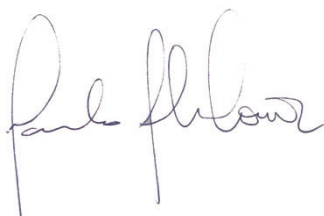
Marcelo Girade Corrêa
Diretor Executivo
CPF: [REDACTED]

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO - (DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÕES CNMP N.ºS 01/2005, 07/2006 e 37/2009) À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA.

A M9GC TREINAMENTO E CONSULTORIA, CNPJ n.º 22.288.974/0001-55, sediada no SBS QD.02 – BL. E – SALA 206 – Sobreloja Parte X5 n. 12 – CEP 70.070-120 – Brasília-DF, DECLARA, nos termos dos Arts. 3º e 4º da Resolução CNMP n.º 037, de 28 de abril de 2009, que modificou a Resolução CNMP n.º 001, de 07 de novembro de 2005, e a Resolução CNMP n.º 007, de 17 de abril de 2006, para fins de contratação para curso de Mediação de Conflitos para Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia, que os sócios da empresa, bem como seus empregados, gerentes e diretores não são cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, e dos respectivos servidores ocupantes, no âmbito do MPBA, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou função comissionada, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Brasília, 25 de setembro de 2024



Marcelo Girade Corrêa

Diretor Executivo

CPF: [REDACTED]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.288.974/0001-55 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/04/2015
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) M9GC TREINAMENTO E CONSULTORIA	PORTE EPP
---	---------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO ST SBS QUADRA 2	NÚMERO 12	COMPLEMENTO BLOCO: E; SALA: 206 PARTE X5; SLJ;
--------------------------------------	---------------------	--

CEP 70.070-120	BAIRRO/DISTRITO ASA SUL	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
--------------------------	-----------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO MARCELO@M9GC.COM	TELEFONE (61) 9214-6852/ (61) 9312-0632
--	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/04/2015
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **25/02/2022** às **15:16:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

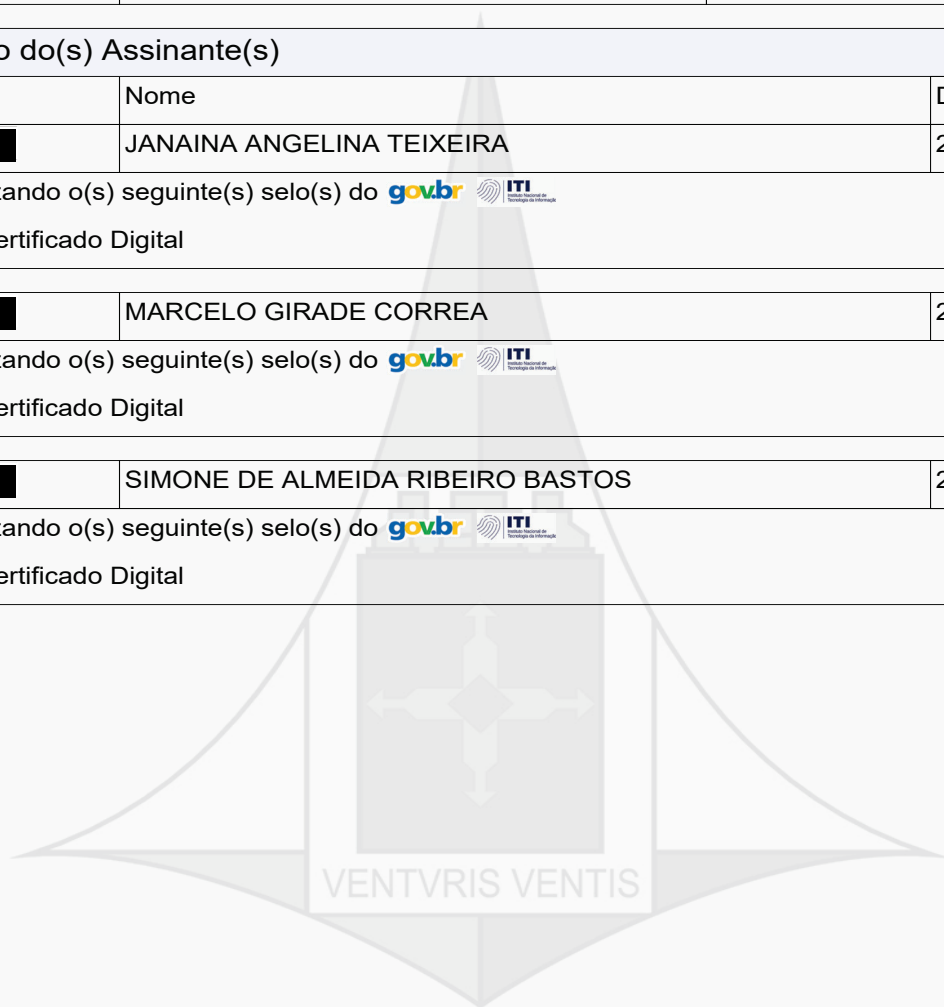
Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/019.265-1	DFN2256475594	16/02/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	JANAINA ANGELINA TEIXEIRA	25/02/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		

[REDACTED]	MARCELO GIRADE CORREA	25/02/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		

[REDACTED]	SIMONE DE ALMEIDA RIBEIRO BASTOS	24/02/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1808231 em 25/02/2022 da Empresa M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA., CNPJ 22288974000155 e protocolo DFN2256475594 - 18/02/2022. Autenticação: 48AB3EAF8F7681C1CA7B2441BDD37A66EF71DF. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/019.265-1 e o código de segurança 1HfC. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/02/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Anexo - Contrato Social (1250443)

SEI 19.09.45580.0029456/2024-73 / pg. 35

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 2/12

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 2

M9GC – TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA., Sociedade Limitada, constituída por:

MARCELO GIRADE CORRÊA,

SIMONE DE ALMEIDA RIBEIRO BASTOS,

JANAINA ANGELINA TEIXEIRA,

Únicos sócios, componentes da Sociedade Limitada que gira nesta praça sob a denominação de **M9GC – TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.** com sede social instalada SBS – Quadra 2 – Bloco E – nº 12 – Sala 206 – Sobreloja – Parte X5 – Asa Sul - CEP 70070-120 – Brasília/DF, com Contrato Social registrado na Junta Comercial do Distrito Federal, sob o **NIRE nº. 53201997537**, por despacho de 16 de abril de 2015; alterado conforme o protocolo nº. 20150188145, por despacho de 16.04.2015, pelo enquadramento como EPP; alterado conforme protocolo nº. 20151074763. Por despacho de 01.12.2015, inscrita no **CNPJ sob o nº. 22.288.974/0001-55** e no **CF/DF sob o nº. 07.716.879/001-51**, **DECIDEM**, alterá-lo e consolidá-lo, o que fazem, consoante as condições que se seguem, na melhor forma de direito.

Primeiro – Retirada de Sócia e Cessão de Cotas

Retira-se da Sociedade a Sócia JANAINA ANGELINA TEIXEIRA, que cede e transfere a totalidade da sua participação societária no valor de R\$ 100,00 (cem reais), equivalente a 100 (cem) cotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada cota, para a Sócia SIMONE DE ALMEIDA RIBEIRO BASTOS, operação está realizada nesta data, em moeda corrente do País, razão pela qual, a Sócia cedente e retirante da Sociedade, confere plena, rasa e geral quitação, nada mais lhe restando receber pela transação ora realizada, seja a que título for, o que é feita de forma firme e valiosa.

Segundo – Cessão de Cotas

O Sócio MARCELO GIRADE CORREA, cede e transfere da sua participação societária o valor de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), equivalente a 4.700 (quatro mil e setecentas) cotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada cota, para a Sócia SIMONE DE ALMEIDA RIBEIRO BASTOS, operação está realizada

1

MW SERVIÇOS DE CONTABILIDADE LTDA.

SHC/Sul – CL – Quadra 302 B – Bloco D – Loja 24 – 70338-540 – Tel 3323 1100 – machado@mwcontabilidade.com.br -Brasília/DF

CRC/DF 676 – CNPJ 01645941/0001-45 – CF/DF 07368110/001-55

"A orientação segura para sua empresa"

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1808231 em 25/02/2022 da Empresa M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA., CNPJ 22288974000155 e protocolo DFN2256475594 - 18/02/2022. Autenticação: 48AB3EAF8F7681C1CA7B2441BDD37A66EF71DF. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/019.265-1 e o código de segurança 1HfC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/02/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Anexo - Contrato Social (1250443)

SEI 19.09.45580.0029456/2024-73 / pg. 36

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 3/12

nesta data, em moeda corrente do País, razão pela qual, o Sócio cedente, confere plena, rasa e geral quitação, nada mais lhe restando receber pela transação ora realizada, seja a que título for, o que é feita de forma firme e valiosa.

Terceiro – Consolidação do Capital Social

O Capital Social da Sociedade, de R\$ R\$ 10.000,00 (dez mil de reais), equivalente a 10.000 (dez mil) de cotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do País, está assim distribuído:

Nome dos Sócios	Participação em R\$	Participação em Cotas	Participação em %
MARCELO GIRADE CORREA	5.100,00	5.100	51,00 %
SIMONE DE ALMEIDA RIBEIRO BASTOS	4.900,00	4.900	49,00 %
TOTAL	10.000,00	10.000	100,00 %

Parágrafo Primeiro:

A responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social;

Parágrafo Segundo:

As cotas do Capital Social são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro Sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas a alteração contratual pertinente, respeitado o disposto no Parágrafo Terceiro desta Clausula.

Parágrafo Terceiro:

As cotas do Capital Social, subscritas pelos Sócios que ora constituem a Sociedade, somente poderão ser negociadas no futuro entre os mesmos, sendo que a negociação com terceiros somente poderá ser feita com a concordância unanime de todos os Sócios

Quarto – Das Demais Clausulas

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Social e alterações posteriores, não alteradas neste instrumento.

Considerando as alterações acima expressas, a melhor forma de direito, e a vontade dos Sócios Cotistas que o subscrevem, o CONTRATO SOCIAL DA **M9GC – TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.** passa a vigir consoante as seguintes Cláusulas e Condições, assim consolidadas:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
M9GC – TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
Segunda Alteração

Cláusula Primeira – Denominação

A Sociedade Limitada girará sob a denominação de **M9GC – TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.,** adotando o nome fantasia de **“M9GC Treinamento e Consultoria”.**

2

MW SERVIÇOS DE CONTABILIDADE LTDA.

SHC/Sul – CL – Quadra 302 B – Bloco D – Loja 24 – 70338-540 – Tel 3323 1100 – machado@mwcontabilidade.com.br -Brasília/DF
CRC/DF 676 – CNPJ 01645941/0001-45 – CF/DF 07368110/001-55
"A orientação segura para sua empresa "

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1808231 em 25/02/2022 da Empresa M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA., CNPJ 22288974000155 e protocolo DFN2256475594 - 18/02/2022. Autenticação: 48AB3EAF8F7681C1CA7B2441BDD37A66EF71DF. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/019.265-1 e o código de segurança 1HfC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/02/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Anexo - Contrato Social (1250443)

SEI 19.09.45580.0029456/2024-73 / pg. 37


MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 4/12

Cláusula Segunda - Sede Social

A sede social da Sociedade será instalada no SBS – Quadra 2 – Bloco E – nº 12 – Sala 206 – Sobreloja – Parte X5 – Asa Sul - CEP 70070-120 – Brasília/DF.

Parágrafo Único:

A Sociedade poderá instalar filial em qualquer localidade do território nacional, mediante alteração do Contrato Social.

Cláusula Terceira - Início de Atividade, Prazo de Duração e Término do Exercício Social

A Sociedade inicia suas atividades em 9 de março de 2015, sendo constituída por tempo de duração indeterminado, tendo o seu exercício social coincidindo com o ano civil.

Cláusula Quarta - Objetivos Sociais

A Sociedade terá por objeto social a Prestação de Serviços de Treinamento Presencial e a Distancia nas áreas de Resolução de Conflitos, Mediação, Negociação, Conciliação e Arbitragem; Prestação de Serviço em Consultoria Empresarial.

Cláusula Quinta - Capital Social

O Capital Social da Sociedade, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), inteiramente integralizado, nesta data, em moeda corrente do País, é dividido em 10.000 (dez mil) cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, estando assim distribuído:

Nome dos Sócios	Participação R\$	Participação Cotas	Participação %
MARCELO GIRADE CORRÊA	5.900,00	5.900	51,00 %
SIMONE DE ALMEIDA RIBEIRO BASTOS	4.100,00	4.100	49,00 %
Total	10.000,00	10.000	100,00%

Parágrafo Primeiro:

A responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social;

Parágrafo Segundo:

As cotas do Capital Social são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro Sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas a alteração contratual pertinente, respeitado o disposto no Parágrafo Terceiro desta Clausula.

Parágrafo Terceiro:

As cotas do Capital Social, subscritas pelos Sócios que ora constituem a Sociedade, somente poderão ser negociadas no futuro entre os mesmos, sendo que a negociação com terceiros somente poderá ser feita com a concordância unanime de todos os Sócios.

Cláusula Sexta - Administração

A administração da Sociedade será exercida isoladamente pelo Sócio, **MARCELO GIRADE CORRÊA**, designado Sócio Administrador, com poderes e atribuições de sua administração e gerência.

Parágrafo Primeiro:

Fica vetado aos Sócios o uso da denominação social para negócios e favores a terceiros, tais como endossar, avalizar ou afiançar títulos de quaisquer naturezas, respondendo cada um deles pela infringência deste Parágrafo.

3

MW SERVIÇOS DE CONTABILIDADE LTDA.

SHC/Sul – CL – Quadra 302 B – Bloco D – Loja 24 – 70338-540 – Tel 3323 1100 – machado@mwcontabilidade.com.br -Brasília/DF

CRC/DF 676 – CNPJ 01645941/0001-45 – CF/DF 07368110/001-55

"A orientação segura para sua empresa"



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1808231 em 25/02/2022 da Empresa M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA., CNPJ 22288974000155 e protocolo DFN2256475594 - 18/02/2022. Autenticação: 48AB3EAF8F7681C1CA7B2441BDD37A66EF71DF. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/019.265-1 e o código de segurança 1HfC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/02/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Anexo - Contrato Social (1250443)

SEI 19.09.45580.0029456/2024-73 / pg. 38

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 5/12

Parágrafo Segundo:

O Sócio Administrador **MARCELO GIRADE CORRÊA**, para o bom desempenho da Sociedade e em prol de seus Objetivos Sociais, poderá designar, de per si, procuradores, para atuarem em nome da Sociedade, conforme disposto no Parágrafo Quinto desta cláusula.

Parágrafo Terceiro:

Para a alienação, venda ou oneração, a qualquer título, de bens imóveis constantes do Ativo Imobilizado da Sociedade, será necessária a efetiva participação dos Sócios que representem a totalidade do Capital Social;

Parágrafo Quarto:

A abertura e movimentação de Conta Corrente de Depósito, junto a Instituição Financeira, será de responsabilidade do Sócio Administrador **MARCELO GIRADE CORRÊA**, sendo que, para a contratação de empréstimos e demais operações financeiras nos termos do disposto neste contrato, será necessária a efetiva participação dos Sócios que representem a totalidade do Capital Social.

Parágrafo Quinto:

Será de responsabilidade do Sócio Administrador **MARCELO GIRADE CORRÊA** a representação da Sociedade junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, para assinatura do DBE, FAC, Alvará, Procuração Eletrônica, bem como a outorga de procuração pública e particular, para qualquer fim ou efeito.

Cláusula Sétima - Pro Labore

Os Sócios terão direito a uma retirada mensal, a título de Pró-Labore, a ser fixada por consenso entre eles, dentro dos limites estabelecidos pela legislação em vigor do Imposto de Renda, a qual se efetivada será levada a débito da conta Despesas Operacionais da Sociedade.

Cláusula Oitava - Balanço e Distribuição de Resultados

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o Sócio Administrador, prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado Econômico.

Parágrafo Primeiro:

Nos quatro meses seguintes, ao término do exercício social da Sociedade, os Sócios deliberarão sobre as contas e designarão o administrador, quando for o caso;

Parágrafo Segundo:

O resultado econômico financeiro apurado ao fim de cada exercício social será suportado pelos Sócios quando negativo, e distribuído aos mesmos, quando positivo, em proporções a serem definidas em reunião a se realizar, entre eles, até a primeira quinzena do mês de abril de cada ano, independentemente da participação societária.

Cláusula Nona - Dissolução ou Continuidade da Sociedade

Considerar-se-á dissolvida a Sociedade nas seguintes hipóteses:

- a) Comprovação da impossibilidade da consecução do Objetivo Social;
- b) Proibição de seu funcionamento pelos poderes constituídos;
- c) Mútuo consenso dos Sócios, em função do desenvolver dos negócios;
- d) Decretação de sua Falência.



Cláusula Dez - Cessão de Cotas

Nenhum dos Sócios poderá ceder ou transferir suas cotas a terceiros no total ou em parte, sem o prévio e expresso consentimento do outro Sócio, respeito o disposto no Parágrafo Terceiro da Cláusula Quinta.

Parágrafo Primeiro:

Ocorrendo essa hipótese, fará o cedente, ao outro Sócio e à Sociedade, a necessária e expressa comunicação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, indicando preço e condições para a cessão.

Parágrafo Segundo:

Havendo interesse do outro Sócio na aquisição, manifestada tempestivamente num prazo de 10 (dez) dias da comunicação referida no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, terão estas preferências sobre quaisquer outros.

Parágrafo Terceiro:

Obedecidos aos trâmites fixados por esta Cláusula, e não havendo manifestação por parte dos outros Sócios fica o Sócio cedente liberado para a livre cessão de suas cotas;

Parágrafo Quarto:

Será ineficaz, em relação à Sociedade, a cessão feita com infração das regras estabelecidas nesta Cláusula.

Cláusula Onze - Interdição, Falência, Inabilitação, Falecimento ou Retirada de um dos Sócios:

Falecendo ou interditado qualquer Sócio, a Sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do Sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da Sociedade, à data da resolução, verificada em Balanço especialmente levantado.

Parágrafo Primeiro:

O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a Sociedade se resolva em relação a seu Sócio.

Parágrafo Segundo:

Qualquer Sócio poderá retirar-se da Sociedade constituída por tempo indeterminado devendo, para tanto, notificar os demais Sócios, dessa sua decisão, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

Parágrafo Terceiro:

A retirada exclusão ou morte do Sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, das responsabilidades pelas obrigações sociais anteriores, pelo prazo de 2 (dois) anos, depois de efetivada a alteração contratual respectiva.

Cláusula Doze - Herdeiros e Sucessores

Os Sócios desde já, se obrigam, por si, seus herdeiros e sucessores legais, ao pleno, geral e irrenunciável cumprimento do presente Contrato, em todas as suas Cláusulas, Parágrafos, Alíneas, Termos e Condições.

Cláusula Treze - Dispositivos Legais

Os casos omissos, referentes a este Contrato Social, serão regulados no que couber pelo disposto na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 - Novo Código Civil Brasileiro – e no que for aplicável pelas normas estabelecidas na Lei nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades por Ações - e pela legislação complementar.

5

MW SERVIÇOS DE CONTABILIDADE LTDA.

SHC/Sul – CL – Quadra 302 B – Bloco D – Loja 24 – 70338-540 – Tel 3323 1100 – machado@mwcontabilidade.com.br -Brasília/DF
CRC/DF 676 – CNPJ 01645941/0001-45 – CF/DF 07368110/001-55

"A orientação segura para sua empresa"



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1808231 em 25/02/2022 da Empresa M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA., CNPJ 22288974000155 e protocolo DFN2256475594 - 18/02/2022. Autenticação: 48AB3EAF8F7681C1CA7B2441BDD37A66EF71DF. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/019.265-1 e o código de segurança 1HfC. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/02/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Anexo - Contrato Social (1250443)

SEI 19.09.45580.0029456/2024-73 / pg. 40

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 7/12

Cláusula Quatorze - Declaração de Idoneidade e de Desimpedimento

O Sócio Administrador **MARCELO GIRADE CORRÊA** declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa ou concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Quinze - Foro

Fica eleito, para dirimir quaisquer dúvidas e resolver os conflitos oriundos deste instrumento, o Foro de Brasília/DF, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam digitalmente, o presente instrumento de Alteração e Consolidação do Contrato Social de Sociedade Limitada, em 1 (uma) via.

Brasília - DF, 10 de fevereiro de 2022.

MARCELO GIRADE CORRÊA

SIMONE DE ALMEIDA RIBEIRO BASTOS

JANAINA ANGELINA TEIXEIRA





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

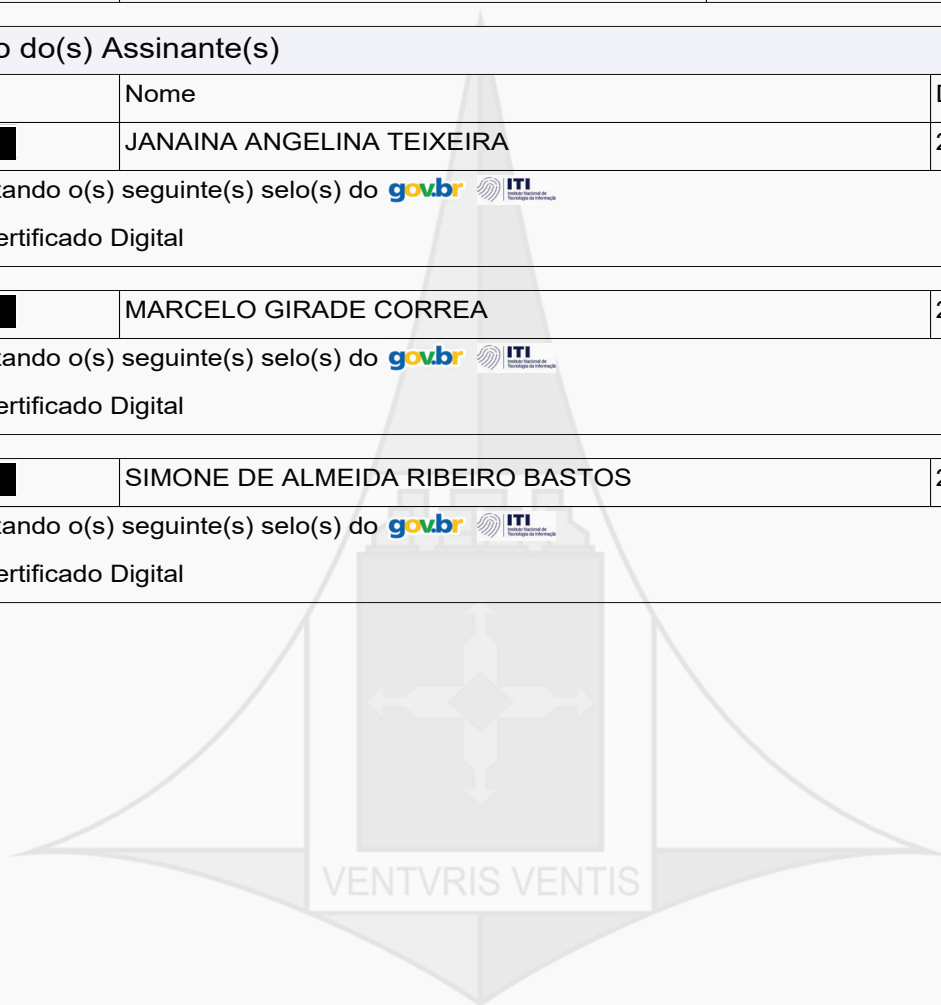
Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/019.265-1	DFN2256475594	16/02/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	JANAINA ANGELINA TEIXEIRA	25/02/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		

[REDACTED]	MARCELO GIRADE CORREA	25/02/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		

[REDACTED]	SIMONE DE ALMEIDA RIBEIRO BASTOS	24/02/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1808231 em 25/02/2022 da Empresa M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA., CNPJ 22288974000155 e protocolo DFN2256475594 - 18/02/2022. Autenticação: 48AB3EAF8F7681C1CA7B2441BDD37A66EF71DF. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/019.265-1 e o código de segurança 1HfC. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/02/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Anexo - Contrato Social (1250443)

SEI 19.09.45580.0029456/2024-73 / pg. 42

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 9/12



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA., de CNPJ 22.288.974/0001-55 e protocolado sob o número 22/019.265-1 em 18/02/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1808231, em 25/02/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador FILIPE MOREIRA GANDRA DOS SANTOS.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	MARCELO GIRADE CORREA	25/02/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[REDACTED]	SIMONE DE ALMEIDA RIBEIRO BASTOS	24/02/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[REDACTED]	JANAINA ANGELINA TEIXEIRA	25/02/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	MARCELO GIRADE CORREA	25/02/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[REDACTED]	SIMONE DE ALMEIDA RIBEIRO BASTOS	24/02/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[REDACTED]	JANAINA ANGELINA TEIXEIRA	25/02/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 10/02/2022



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](http://portal.de.servicos.da.jucisdf) informando o número do protocolo 22/019.265-1.



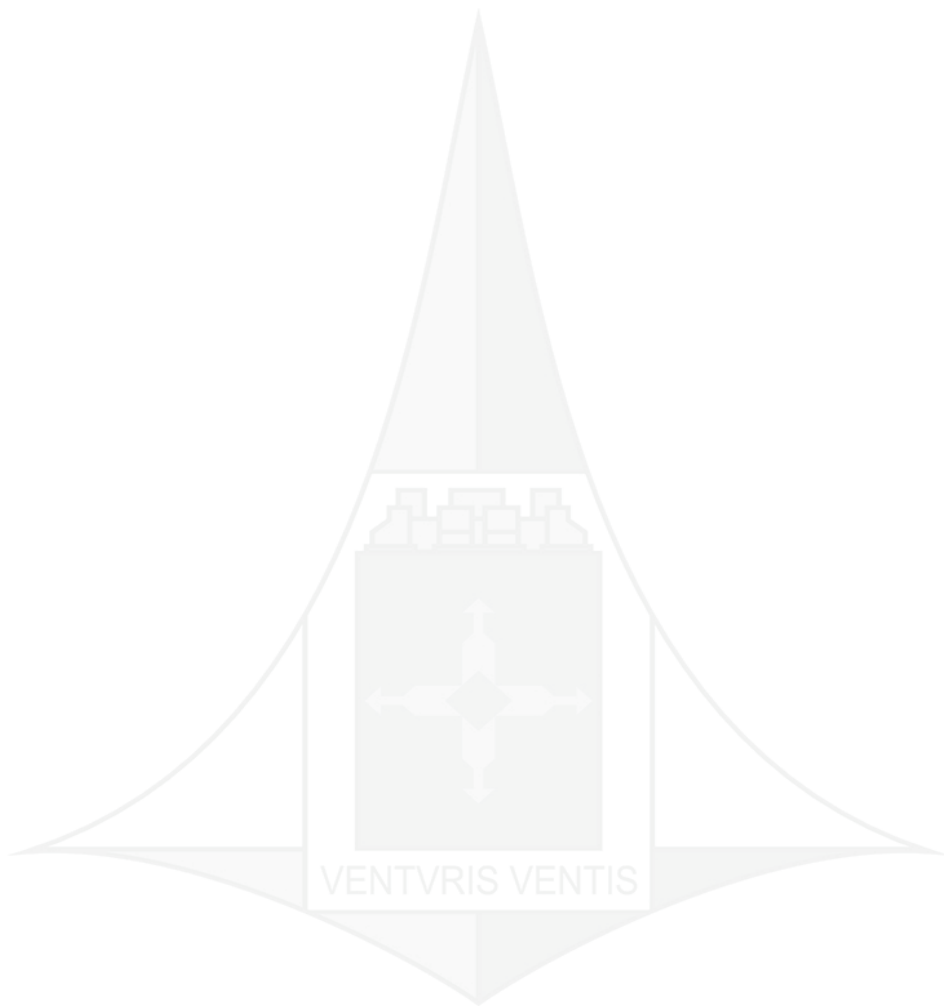


Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por FILIPE MOREIRA GANDRA DOS SANTOS, Servidor(a) Público(a), em 25/02/2022, às 14:46.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](http://portal.de.servicos.da.jucisdf) informando o número do protocolo 22/019.265-1.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1808231 em 25/02/2022 da Empresa M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA., CNPJ 22288974000155 e protocolo DFN2256475594 - 18/02/2022. Autenticação: 48AB3EAF8F7681C1CA7B2441BDD37A66EF71DF. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/019.265-1 e o código de segurança 1HfC. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/02/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Anexo - Contrato Social (1250443)

SEI 19.09.45580.0029456/2024-73 / pg. 44

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 11/12

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
██████████	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO



Brasília, sexta-feira, 25 de fevereiro de 2022



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1808231 em 25/02/2022 da Empresa M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA., CNPJ 22288974000155 e protocolo DFN2256475594 - 18/02/2022. Autenticação: 48AB3EAF8F7681C1CA7B2441BDD37A66EF71DF. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/019.265-1 e o código de segurança 1HfC. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/02/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Anexo - Contrato Social (1250443)

SEI 19.09.45580.0029456/2024-73 / pg. 45


MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 12/12



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 07/08/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
22.288.974/0001-55

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDF (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 07/08/2024

Selo digital de segurança: **2024.CTD.L5IO.PO8R.1I4G.U7GD.SJMG**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
CNPJ: 22.288.974/0001-55

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:31:38 do dia 05/07/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/01/2025.

Código de controle da certidão: **CBDE.5B5D.BC95.C1CF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 239071380952024
NOME: M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
ENDEREÇO: SBS QUADRA 02 BL. E NO 12 SL. 206 SOBRELOJA PARTE X5 S/N
CIDADE: ASA SUL
CNPJ: 22.288.974/0001-55
CF/DF: 0771687900151
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 07 de novembro de 2024. ***

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 09/08/2024 às 10:18:04 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 22.288.974/0001-55

Certidão n°: 60031395/2024

Expedição: 02/09/2024, às 08:46:28

Validade: 01/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **22.288.974/0001-55**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20244134840**

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	22.288.974/0001-55

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 24/09/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE



M9GC
CONFLICT RESOLUTION TRAINING
M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA. - EPP
ST SBS QUADRA 2 BLOCO E SALA 206 PARTE X5 SLJ
ASA SUL - BRASÍLIA-DF CEP:70.070-120
TEL:(61)9214-6852 E-MAIL:marcelo@m9gc.com

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.000.135
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5320 1022 2889 7400 0155 5500 1000 0001 3510 0050 1500

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

NATUREZA DA OPERAÇÃO

PRESTACAO DE SERVICO FORA DO ESTADO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0771687900151

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ / CPF

22.288.974/0001-55

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado do Parana

CNPJ / CPF

08.430.961/0001-48

DATA DA EMISSÃO

21/10/2020

ENDEREÇO

Rua Paula Gomes, 145

BAIRRO / DISTRITO

São Francisco

CEP

80510-070

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

21/10/2020

MUNICÍPIO

Curitiba

UF

PR

FONE / FAX

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

00:00:00

CÁLCULO DO IMPOSTO								
BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

FRETE

9-Sem Transporte

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CSOSN	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
200	Treinamento em Negociação e Advocacia na Mediação no valor de R\$ 18.000,00 Treinamento em Condução Prática do Processo de Mediação de Conflitos no valor de R\$ 23.000,00	00		6933	SRV	1,0000	41.000,0000	41.000,00			0,00		
SEM VALOR FISCAL FALTA PROTOCOLO DE APROVAÇÃO DA SEFAZ													

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

0771687900151

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS

41.000,00

BASE DE CÁLCULO DO ISSQN

41.000,00

VALOR TOTAL DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: DOC: 50150-Fantasia: 60-PGE-PR - EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. NÃO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL. -

RESERVADO AO FISCO



Dados do Prestador de Serviço



M9gc - Treinamento e Consultoria Ltda.
M9gc Treinamento e Consultoria
Sbs Quadra 02 Bl. e no 12 Sl. 206 Sobreloja Parte X5
S/n
CEP 70070-120 - Brasília - DF
Inscrição Municipal 0771687900151 - CPF/CNPJ
22.288.974/0001-55

Data de Geração da NFS-e
22/04/2024 11:52:40
Data de Competência/Emissão
22/04/2024
Cod. de Autenticidade
D4209047C
Responsável pela Retenção



Identificação da Nota Fiscal Eletrônica

Natureza da Operação Exigível	Número do RPS 53	Série do RPS RPS - Recibo Provisório de Serviços	Data de Emissão do RPS 22/04/2024
Local dos Serviços Brasília - DF	Município de Incidência Brasília - DF		

Dados do Tomador de Serviços

CNPJ/CPF 24.417.065/0001-03	Inscrição Municipal	Razão Social PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
Endereço Rua Imperador Dom Pedro II	Número 473	Complemento	Bairro Santo Antônio
CEP 50010-240	Cidade / UF Recife / PE	Telefone	E-mail

Dados do Intermediário de Serviços

CNPJ/CPF	Inscrição Municipal	Razão Social
----------	---------------------	--------------

Descrição dos Serviços

Serviço de Capacitação de Pessoal - Curso Conceito, Ferramentas e Técnicas de Mediação de Conflitos e Conciliação. Modalidade EAD - 24 participantes - 36 horas - De 1 a 19 de abril de 2024. - Quantidade: 1,0000 (X) Valor unitário: 45.000,00 (=) Total: R\$ 45.000,00

Detalhamento dos Tributos

Atividade do Município 802 - 8.02 - Instrucao, treinamento, orientacao pe...				Alíquota 0,0000	Item da LC116/2003 08.02	Cód. NBS	CNAE 8599604
VI. Total dos Serviços R\$ 45.000,00	Desconto Incondicionado R\$ 0,00	Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	Base de Cálculo R\$ 45.000,00	Total do ISSQN R\$ 0,00	ISSQN Retido Não	Desconto Condicionado R\$ 0,00	
PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IRRF R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00	Outras Retenções R\$ 0,00	VI. ISSQN Retido R\$ 0,00	VI. Líquido da Nota Fiscal R\$ 45.000,00
Construcao Civil	Cód. Obra:			Art.:			

Informações Complementares

DOC: 50299-Fantasia: 122-MPPE - DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCALEMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. NÃO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL. -

Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <https://df.issnetonline.com.br/online/NotaDigital/VerificaAutenticidade.aspx>
Desenvolvido por Sempre Tecnologia © www.sempretecnologia.com.br



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Certifica-se, a pedido da parte interessada, que a Empresa **M9GC Treinamento e Consultoria Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.288.974/0001-55, com sede no Setor SBS Quadra 2, nº 12, Bloco E, Sala 206, Parte X5, SLJ, Asa Sul, em Brasília/DF, CEP 70.070-120, contratou com o **Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça**, inscrita no CNPJ sob nº 20.971.057/0001-45, localizada na Av. Álvares Cabral, 1690, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, mediante inexigibilidade de licitação nº 014 de 02/03/2021, a prestação de serviços de treinamento, *on line*, para qualificação em Conceitos, Ferramentas e Técnicas de Negociação e nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação.

Conforme informações prestadas pela Diretoria de Formação, Aperfeiçoamento e Pós-Graduação - DFAP, na pessoa da Sra. Daniela Peixoto Nogueira - MAMP 6047-00, no documento 1299972, o referido serviço foi prestado em condições satisfatórias, de acordo com as especificações.

Certifica-se, após pesquisas junto aos arquivos da Diretoria de Gestão de Contratos e Convênios, que inexistiu qualquer registro acerca da instauração de procedimento administrativo com vistas à apuração de irregularidade no cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Isso posto, considerando as informações supra, registra-se que as obrigações assumidas pela contratada foram cumpridas de forma satisfatória, emitindo-se o presente atestado para os fins de direito.

Roberto Apolinário de Castro Júnior
Coordenador da Diretoria de Gestão de Contratos e Convênios

Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO APOLINARIO DE CASTRO JUNIOR**,



COORDENADOR II, em 17/06/2021, às 19:58, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1299973** e o código CRC **85D9A260**.

Processo SEI: 19.16.3897.0050767/2021-25 / Documento SEI:
1299973

Gerado por: PGJMG/PGJAA/DG/SGA/DGCT

Avenida Álvares Cabral, 1740 - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte/ MG - CEP 30170008



ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
Coordenadoria de Estudos Jurídicos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, inscrita no CNPJ 79.026.340/0001-41, com sede na Rua Paula Gomes, 145, telefone (41)32816300, Curitiba, Paraná, **ATESTA**, para os devidos fins, que a empresa a M9GC Treinamento e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ 22.288.974/0001-55, com sede no endereço SBS QD.02 – BL. E – SALA 206 – Sobreloja Parte X5 n. 12 – CEP 70.070-120 – Brasília-DF, prestou os seguintes serviços:

- **Curso Negociação e Advocacia na Mediação**, ofertado na sede da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, em agosto de 2019.
- **Curso Negociação e Advocacia na Mediação**, ofertado na modalidade *online*, em setembro de 2020.
- **Curso Condução Prática do Processo de Mediação de Conflitos**, ofertado na modalidade *online*, em setembro e outubro de 2020.

Ressaltamos que os serviços foram prestados de forma adequada, de acordo com as condições e prazos contratados, com pleno atendimento de nossas necessidades e expectativas, nada havendo que desabone a conduta da empresa.

Curitiba, 01 de junho de 2021.

LEILA CUÉLLAR

Procuradora-Chefe

Coordenadoria de Estudos Jurídicos



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Prezados(as) Senhores (as),

Venho por meio deste despacho solicitar a alteração do Plano de Contratações Anual, a fim de incluir o custeio do curso “Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação para qualificação de integrantes do MPBA.

Esta capacitação é fundamental para o aprimoramento das habilidades da equipe, visando desenvolver a competência, nos integrantes do MPBA, para conduzir processos de mediação e conciliação de forma estruturada, abrangendo as etapas iniciais, de coleta e organização das informações pertinentes à demanda autocompositiva, de resolução das questões e de encerramento, com consequente avaliação do desempenho para crescimento contínuo.

Considerando a crescente demanda por profissionais qualificados em mediação e o impacto positivo que essa formação pode trazer para nossa atuação, sugiro que essa inclusão seja priorizada.

Agradeço pela atenção e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Karinny Virgínia Peixoto de Oliveira
Promotora de Justiça
Coordenadora do NUPIA



Documento assinado eletronicamente por **Karinny V. Peixoto de Oliveira** - Promotora de Justiça, em 26/09/2024, às 16:20, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1250506** e o código CRC **2619B8F4**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Tendo em vista o despacho 1250506 da Coordenadora do NUPIA, Dra. Kariny Virgínia Peixoto de Oliveira, encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação pois se trata de treinamento para qualificação de integrantes do MPBA em Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação, no valor estimado de R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais).

Vale ressaltar que não houve previsão da referida despesa na LOA 2024 e nem no PCA-2024.

Maria Amalia Borges Franco
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** - Diretora, em 27/09/2024, às 15:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1251013** e o código CRC **4BBEC545**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Ao CEAF/Coordenação Administrativa,

Encaminhe-se o presente expediente para análise e manifestação acerca da possibilidade do orçamento do CEAF absorver o valor de **R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)** para atender ao pedido formulado pela Coordenação do NUPA, e em caso positivo, viabilizar a contratação do curso "Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação" para qualificação de integrantes do MPBA pela unidade gestora do CEAF.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 10/10/2024, às 14:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1253787** e o código CRC **11551701**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Em resposta ao Despacho 1253787, informo que o CEAF possui saldo orçamentário suficiente para custear a referida despesa. Viabilizaremos a contratação.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Formigli Noblat** - Gestora Administrativa V, em 10/10/2024, às 15:30, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1272614** e o código CRC **DB70DB37**.



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS (DFD)

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR).

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)	
1. Identificação da Necessidade: O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA) encontra-se em fase de estruturação e planejamento de melhorias para atendimento das atribuições contidas no Ato PGJ nº 320/2021 retificado pelo Ato PGJ nº 281/2024, que tem como finalidade consolidar, no âmbito do MPBA, uma política permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos de mediação e dos demais métodos autocompositivos de solução de conflitos, reforçando-se o papel da instituição como agente de transformação social, fomentador e implementador de políticas públicas, da cultura do diálogo e da pacificação social. Neste contexto, vale ressaltar, também, que a capacitação está em alinhamento com o Plano de Ação do NUPIA de 2024 e com Ações Estratégicas do Plano Estratégico Nacional (PEN) CNMP.	
2. Objeto da Contratação: Realização do curso em “ Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação”, para até 12 participantes, com carga horária de 33 horas-aula.	
3. Tipo de Objeto: ☐ Fornecimento imediato. ☐ Fornecimento parcelado. ☐ Fornecimento continuado. ☒ Serviço não continuado. ☐ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra. ☐ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra.	
4. Contratação Prevista no Plano de Contratações Anual (PCA): ☒ Sim ☐ Não* Se SIM , informar o Valor Previsto no Plano de Contratações Anual: R\$ 20.500,00.	
5. Origem do Recurso: ☒ Recursos Próprios - Orçamento do MPBA. ☐ Recursos Oriundos de Convênio Estadual. ☐ Recursos Oriundos de Convênio Federal.	CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável):
6. Formalização da Contratação: ☒ Por empenho e AFM ☐ Por instrumento formal de contrato.	
7. Unidade Responsável pela Instrução do Processo: NUPIA (Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição) e CEAF (Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional)	
8. Unidade Demandante: NUPIA (Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição)	
9. Unidade Gestora dos Recursos (nome e código): 40601.0005 – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	



RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO		
Matrícula: 353.215	Nome Completo: Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	
Unidade Administrativa: Unidade de Finanças do CEAF	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:  Documento assinado digitalmente GRAZIELE MARIA GRAVE TEIXEIRA DE ANDRADE Data: 11/10/2024 09:40:50-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	
IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO		
Matrícula: 352.906	Nome Completo: Liliane Formigli Noblat	
Órgão/ Unidade: Coordenação Administrativa do CEAF	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:  Documento assinado digitalmente LILIANE FORMIGLI NOBLAT Data: 11/10/2024 09:53:27-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Realização do curso em “ Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação”, para até 12 participantes, com carga horária de 33 horas-aula, na modalidade on-line.	
1.2 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	O quantitativo foi definido pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA), tendo como base a necessidade de capacitação acerca dos mecanismos de mediação e dos demais métodos autocompositivos de solução de conflitos.	
1.3 NATUREZA DO OBJETO	☒	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO
	☐	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	☐	C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> ☐ D.1) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA ☐ D.2) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) ☐ D.3) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS ☐ D.4) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)
	☐	D) OUTRO(S). Especificar:
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>SERVIÇOS CONTINUADOS</u>	☒	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços continuados)
	☐	B) JUSTIFICATIVA:
1.5 JUSTIFICATIVA: <u>ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA</u>	☒	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços de engenharia)
	☐	B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA” ➤ FUNDAMENTAÇÃO: ➤ ITEMS APLICÁVEIS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> ☐ A) TODOS OS ITENS ☐ B) PARTE DOS ITENS
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA) encontra-se em fase de estruturação e planejamento de melhorias para atendimento das atribuições contidas no Ato PGJ nº 320/2021 retificado pelo Ato PGJ nº 281/2024, que tem como finalidade consolidar, no âmbito do MPBA, uma política permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos de mediação e dos demais métodos autocompositivos de solução de conflitos, reforçando-se o papel da instituição como agente de transformação social, fomentador e implementador de políticas públicas, da cultura do diálogo e da pacificação social. Neste contexto, vale ressaltar,	



	também, que a capacitação está em alinhamento com o Plano de Ação do NUPIA de 2024 e com Ações Estratégicas do Plano Estratégico Nacional (PEN) CNMP.
1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	Cuida-se de prestação de serviços do curso “ Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação”, proposto pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA), para até 12 participantes, com carga horária de 33 horas-aula, sendo 21 horas on-line síncrona e 12 horas on-line assíncrona. Objetiva-se reforçar o papel da Instituição como agente de transformação social.

2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO ENQUADRAMENTO COMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	2.1.1 BASE LEGAL – ESCOLHER UMA OPÇÃO: () A) Artigo 74, caput da Lei Federal nº 14.133/2021 () B) Artigo 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21 () C) Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 (X) D) Artigo 74, inciso III, alínea f da Lei Federal nº 14.133/2021 () E) Artigo 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 () F) Artigo 74, inciso V da Lei Federal nº14.133/2021
	2.1.2 JUSTIFICATIVA PARA A INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO: Trata-se de curso de capacitação que será realizado pela M9GC Treinamento e Consultoria Ltda. Não há no mercado, do conhecimento do NUPIA, outro curso específico e este, além de ser específico, é ministrado por professor que é referência técnica na área, conforme currículo abaixo: Sócio-diretor da M9GC - Conflict Resolution Training, Marcelo Girade é graduado em História pelo Uni-cEUB, especialista em Administração Judiciária pela FGV e em Psicologia Social pela Universidade Estatal de São Petersburgo – Rússia. Coordenador da Pós-Graduação em Mediação de Conflitos e Arbitragem do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade Unyleya. Membro do GEMEP – Grupo de Estudos de Mediação Empresarial Privada do Comitê Brasileiro de Arbitragem e da Comissão Científica do Congresso Internacional em Mediação Empresarial do GEMEP. Membro do Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos no Brasil – ICFML Brasil. Professor da FOIL e da Antonio Meneghetti Faculdade no MBA Identidade Empresarial. Instrutor em Negociação, Mediação e Resolução de Conflitos para instituições como TJDF, TJRJ, TJPE, TJSP, TJRS, TJCE, TJPB, TJGO, TJMG, TRT 10a e 15ª Região, TRF 1a e 4a Região, Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM, Advocacia Geral da União - AGU, Tribunal de Contas da União – TCU, Ministério Público de Minas Gerais, Coca-Cola, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, USP, ABIN dentre outras. Na atividade de mediação, é Mediador Judicial desde 2002, Mediador Avançado certificado pelo Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos – ICFML, Mediador da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial – CBMAE e do Centro de Resolução de Conflitos Financeiros da Associação dos Bancos no DF. Na área pública, Marcelo foi Coordenador Administrativo do Centro de Resolução Não Adversarial de Conflitos do TJDF de 2007 a 2008 e do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do TJDF entre abril de 2011 e junho de 2014. É membro do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Mediação e Conciliação do Ministério da Justiça, membro do Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas e membro dos subgrupos Advocacia em Mediação e Capacitação Técnica de Mediadores e Operadores do Direito do International Mediation Institute – IMI - Hub Brasil. Presidente da Comissão Organizadora da I Competição de Mediação Empresarial da Antônio Meneghetti Faculdade, integrante da Comissão Organizadora da Competição de Mediação Empresarial da CAMARB e Coordenador Nacional das Competições Regionais de Mediação Empresarial da CAMARB. Entre artigos e capítulos de livros, suas principais publicações são a coautoria do Manual de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça e ENAM, da obra Conciliação: um caminho para a paz social e do Manual de



	Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa da Escola Nacional de Mediação e Conciliação –ENAM; Na atividade de consultoria, participou da organização e criação do Núcleo de Conciliação de Conflitos Ambientais do Ministério Público de Minas Gerais e atualmente é o consultor responsável pela criação e estruturação do Centro de Resolução de Conflitos Financeiros da Associação dos Bancos no Distrito Federal – ASSBAN-DF.	
2.2 CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO	(x)	A) JURÍDICA – ESCOLHER UMA OPÇÃO: (x) A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ e ato constitutivo); () A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro)
		(x)
	()	
	()	D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (FACULTATIVO): () D.1) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA () D.2) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INIDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR: ➤ Justificar opção “D.2” (Em caso positivo): ➤ ÍNDICES CONTÁBEIS APLICÁVEIS – ESCOLHER QUANTOS CABÍVEIS: () 1. Liquidez Corrente (ILC), que deverá ser: () Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: () 2. Liquidez Geral (LG), que deverá ser: () Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: () 3. Solvência Geral (SG), que deverá ser: () Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: () 4. Outro. Indicar: () D.3) DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a _____ % do valor da inexigibilidade de licitação (limite legal: 10%); ➤ Justificar opção “D.3” (Em caso positivo):
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO		
	(x)	A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

3.1 REGIME DE EXECUÇÃO	()	B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO									
	()	C) OUTRO. Indicar:									
3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO		➤ PRAZO: 2 dias. Contagem – ESCOLHER UMA OPÇÃO: ☒ Úteis ☐ Corridos 3.2.1. Prazo contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços. 3.2.2. As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal). 3.2.3. A Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.									
3.3 FORMA DE EXECUÇÃO		➤ LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO: On-line ➤ DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO: ☐ A) NÃO SE APLICA ☒ B) REGRAS: O evento será realizado na modalidade on-line síncrona e assíncrona em plataforma fornecida pelo prestador do serviço. ➤ DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO : Não se aplica.									
3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO	(x)	A) REGRAS (SUGESTÃO): ➤ PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO: <table border="1" data-bbox="598 1328 1455 1505"> <thead> <tr> <th>SERVIÇO</th> <th>PRAZO EM DIAS</th> <th>CONTAGEM</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Realização de curso de capacitação on-line.</td> <td>30</td> <td>☐ Úteis ☒ Corridos</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>☐ Úteis ☒ Corridos</td> </tr> </tbody> </table> ➤ PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - ESCOLHER UMA OPÇÃO: ☒ A) RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL) ☐ B) OUTRO – Informar: ➤ PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS (SE HOUVER): ➤ ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO: ☒ A) NÃO ☐ B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de execução consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM	Realização de curso de capacitação on-line.	30	☐ Úteis ☒ Corridos			☐ Úteis ☒ Corridos
SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM									
Realização de curso de capacitação on-line.	30	☐ Úteis ☒ Corridos									
		☐ Úteis ☒ Corridos									
	()	B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):									



	()	C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO III - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)
3.5 REGRAS DE GARANTIA	(x)	A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA
	()	B) GARANTIA <u>LEGAL</u> PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
	()	C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS ➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:
	()	D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA) ➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA: ➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I: ○ GARANTIA LEGAL: ○ GARANTIA CONTRATADA:
	()	E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO III - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)
3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (Somente para opções C ou D): ➤ EXECUTOR DA GARANTIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) CONTRATADO (REGRA GERAL) () B) FABRICANTE (EXCEÇÃO) ○ Justificar a exigência de garantia do <u>fabricante</u> (Em caso positivo): . ➤ DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) _____ DIAS () B) _____ MESES () C) GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (SERVIÇOS CONTÍNUOS) ○ Justificar prazo de duração definido: ➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) _____ HORAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos		



	() B) _____ DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos () C) OUTRO(S). Indicar: ➤ FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>: () A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador () B) Assistência sediada no seguinte município: () C) Assistência sediada em local a critério da Contratada () D) <i>On site</i>, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (EXCEÇÃO). Regras: ○ Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA; ○ O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de serviços/bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles tenham sido executados (serviços) ou estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário; ○ Justificativa para a garantia <i>on site</i>: () E) Outra. Especificar: ➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):	
3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO	(x) ()	A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:
3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: 3.7.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o Contratante designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a Contratada sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento. 3.7.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente: 3.7.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais; 3.7.1.2.2 Transmitir à Contratada as instruções, e comunicar alterações de prazos ou	



	roteiros, quando for o caso; 3.7.1.2.3 Promover, com a presença da Contratada, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos; 3.7.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da Contratada, solicitando ao setor competente do Contratante, se necessário, parecer de especialistas; 3.7.1.2.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; 3.7.1.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º). 3.7.1.3 A fiscalização, pelo Contratante, não desobriga a Contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual. 3.7.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do Contratante, sobre irregularidades ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste instrumento. 3.7.1.4 O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens. 3.7.1.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela Contratada, às suas expensas; 3.7.1.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do Contratante. 3.7.1.5 Para fins de fiscalização, o Contratante poderá solicitar à Contratada, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato. 3.7.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.
	3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>
(x)	A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1
()	B) DISPOSIÇÕES ESPECIFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:
	3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: 3.7.3.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa. 3.7.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que: 3.7.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;



- 3.7.3.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 3.7.3.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;
- 3.7.3.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 3.7.3.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 3.7.3.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 3.7.3.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 3.7.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 3.7.3.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 3.7.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 3.7.3.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 3.7.3.3.1 Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 3.7.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.2, a 3.7.3.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);
- 3.7.3.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.5 a 3.7.3.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.7.3.2.2 a 3.7.3.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

3.7.4 DAS MULTAS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

(x) A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:

- 3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:
- 3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



	3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; 3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas; 3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato; 3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato; 3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato; 3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
()	B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS - PREENCHER, CONFORME O CASO: 3.7.4.1 Moratória de xxx% (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; 3.7.4.2 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas: 3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; 3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato; 3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; 3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; 3.7.4.3 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas; 3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato; 3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato; 3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato; 3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à



	Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)	3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: ➤ PRAZO: 2 dias corridos, contados: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u> () A) DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS (x) B) DA ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA () C) OUTRO:
	3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: ➤ PRAZO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.
	3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>: (x) A) NÃO SE APLICA () B) PRAZO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>: () 1) HORAS. Contagem – Escolher <u>uma</u> opção: () Úteis () Corridos () 2) DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos () 3) OUTRO(S). Indicar:
	3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS: 3.8.4.1 O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis; 3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades; 3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à Contratada a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço; 3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a Contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório; 3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo Contratante, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/23, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento; 3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade da



	Contratada por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Contratante, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.	
3.9 DOS PREÇOS	3.9.1 ABRANGÊNCIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	(x)	A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver):
		() B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:
	3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	()	A) VALOR MENSAL FIXO
	()	B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS
	(x)	C) VALOR GLOBAL CONTRATADO , relativo à completa execução dos serviços
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO	()	3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>
	()	A) MENSAL
	()	B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO
	(x)	C) EM PARCELA ÚNICA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (x) 1) AO FINAL DE <u>TODA</u> A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral) () 2) OUTRO:
		D) PARCELADO: ➤ QUANTIDADE DE PARCELAS: ➤ DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS - <i>Especificar:</i>
	()	E) OUTRO(A). Indicar:
	3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

	()	A) NÃO SE APLICA , sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/fatura e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.11.1 (abaixo).
	(x)	B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar: Entrega da lista e dos certificados dos participantes.
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		3.11.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE; 3.11.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.1, desde que não haja pendência a ser regularizada; 3.11.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização; 3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratual; 3.11.5 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente; 3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia; 3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3. 3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.
3.12 REAJUSTAMENTO	()	A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. REGRAS: ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do



		orçamento estimado pela administração. ➤ Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
	(x)	B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições: ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO: (x) A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual.
3.13 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS	(x)	3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) - ESCOLHER UMA OPÇÃO: A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)
	()	B) VIGÊNCIA DA ARP: ➤ Prazo de vigência da ARP: _____ meses (Limitado a 1 ano) ➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO: () NÃO () SIM (Limitado ao <u>total</u> de vigência da ARP de 2 anos)
	(x)	3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO: A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO: (x) 1) _____ meses, contados do recebimento do empenho pela contratada () 2) 50 dias, contados do recebimento do empenho pela contratada () 3) _____ meses, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)* () 4) _____ dias, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)*
	()	B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO: () Opção 1: _____ meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:



	() A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____ () B) Da data da (última) assinatura () Opção 2: ____ dias, contados a partir de(a) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____ () B) Da data da (última) assinatura
	3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (x) A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA () B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM. ➤ Justificativa:
3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS 3.14.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do Contratante, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material; 3.14.1.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto; 3.14.1.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento; 3.14.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento; 3.14.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato; 3.14.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação; 3.14.1.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência; 3.14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante; 3.14.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo Contratante não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela Contratada; 3.14.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento; 3.14.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como



por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.14.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

3.14.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo Contratante, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o Contratante;

3.14.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

3.14.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

3.14.1.14 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.14.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.14.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.14.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021);

3.14.1.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021);

3.14.1.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

☐ **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.

☒ **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:**



		3.14.2.1 Emissão e envio de certificados para os participantes; 3.14.2.2 Fornecimento de acesso a plataforma plataforma on-line para a realização dos treinamento, acesso às aulas gravadas e conteúdos complementares; 3.14.2.3 Fornecimento de material didático e exercícios simulados exclusivos M9GC; 3.14.2.4 Fornecimento de vídeos aulas complementares exclusivas M9GC.
3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS 3.15.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a Contratada possa executar plenamente o objeto contratado; 3.15.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento; 3.15.1.3 Permitir o acesso da Contratada às instalações físicas do Contratante, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços; 3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias; 3.15.1.5 Fornecer à Contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando a execução do objeto atender satisfatoriamente os prazos de execução, entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento. 3.15.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos: 3.15.1.6.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período; 3.15.1.6.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;	
	3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.
	(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.15.2.1 Envio da relação de servidores da Instituição que participarão do curso.
3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL	(x)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	()	B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras: ➤ Percentual exigido - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

		() A) 5% (cinco por cento) () B) OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento) ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato. ➤ Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato:
3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:		
MATRÍCULA:	NOME DO SERVIDOR:	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:  Documento assinado digitalmente GRAZIELE MARIA GRAVE TEIXEIRA DE ANDRADE Data: 11/10/2024 09:42:33-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br
353.215	Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	
UNIDADE ADMINISTRATIVA:		
Unidade de Finanças – CA - CEAF		

**APENSO I****TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição *
01	Realização do curso em “ Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação”, para até 12 participantes, com carga horária de 33 horas-aula, na modalidade on-line.	Unidade	01	21172 - Treinamento Qualificação Profissional



APENSO II

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF): M9GC Treinamento e Consultoria LTDA		
NOME FANTASIA (PJ): -----		CNPJ / CPF: 22.288.974/0001-55
ENDEREÇO: ST SBS Quadra 2, n. 12, loco E, sala 206, parte X5, sala J – Asa Sul.		
MUNICÍPIO: Brasília	UF: DF	CEP: 70.070-120
REPRESENTANTE LEGAL (NOME E FUNÇÃO): Marcelo Girade Correa / Sócio-Administrador		CPF: 537.094.701-53



APENSO III – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

Não se aplica.

TABELA DE PREÇOS

Declaro, para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços semelhantes para futura contratação do(s) item(ns) abaixo listado(s), respeitados os ditames legais.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	QT DE	PREÇO 1 – PROPOSTA DO FORNECEDOR A SER CONTRATADO			PREÇOS DE CONTRATAÇÕES SEMELHANTES DE MESMA NATUREZA					
			RAZÃO SOCIAL OU NOME	CNPJ ou CPF	VALOR TOTAL R\$	PREÇO 2		PREÇO 3		PREÇO 4	
						CONTRATANTE	VALOR TOTAL R\$	CONTRATANTE	VALOR TOTAL R\$	CONTRATANTE	VALOR TOTAL R\$
1	Realização do curso em “ Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação”, para até 12 participantes, com carga horária de 33 horas-aula.	01	M9C-C Treinamento e Consultoria Ltda	22.288.974/0001-55	20.500,00	Procuradoria Geral da Justiça do Estado de Pernambuco	R\$ 45.000,00	Procuradoria Geral da Justiça do Estado de Pernambuco	R\$ 45.000,00	Tribunal de Justiça do Estado do Pará	R\$ 81.000,00

Nota: Incluir ou excluir colunas e linhas, conforme necessidade.

1 - OBSERVAÇÕES:
a) Trata-se de processo de contratação direta por meio de Inexigibilidade (art.74 da Lei Federal de nº14.133/21), ante a inviabilidade de competição
b) Juntar ao processo SEI o(s) arquivo(s) comprobatórios dos preços pagos em contratações semelhantes com o pretenso contratado.
2 – JUSTIFICATIVA SE NÃO APRESENTAR O MÍNIMO DE 03 (TRÊS) CONTRATAÇÕES SEMELHANTES PARA CADA ITEM:
Preço 1 – Trata-se da contratação de 1 curso para até 12 participantes no valor total de R\$ 20.500,00;
Preço 2 – Trata-se de contratação de 1 curso para 24 participantes no valor total de R\$ 45.000,00 (SEI 1250493) ;
Preço 3 – Trata-se de contratação de 1 curso com carga horária de 36 horas no valor total de R\$ 45.000,00. Documento extraído do Portal Nacional de Contratações (SEI 1273334);
Preço 4 – Trata-se de contratação de 3 cursos, com valor unitário de R\$ 27.000,00, totalizando R\$ 81.000,00 (SEI 1273317).
RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

Matrícula: 353.215	Nome do Servidor: Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:
Unidade Administrativa: Unidade de Finanças do CEAF		

Documento assinado digitalmente
 GRAZIELE MARIA GRAVE TEIXEIRA DE ANDRADE
Data: 11/10/2024 09:43:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIAL

Av. Almirante Barroso, 3089 - BELEM - PARÁ

FONE:(91) 3205-3000 - CEP 66613-710

INSCR. CNPJ: 04.567.897/0001-90

Página 1 de 1

Nota de Empenho N°13468/2023

ÓRGÃO	: 04	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	Nº AC	: 2023/4122
UNIDADE	: 102	: Fundo de Reaparelhamento Judicial	Emissão	: 24/11/2023
PROJ./ATIV./OP.ESP.	: 02.061.1417.8720	: Promoção de ações para resolução de	Tipo	: Ordinário
RUBRICA	: 3.3.90.39.05.01.00.00	: SERVICOS TECNICOS		
DOTAÇÃO	: 430	: Promoção de Capacitações - NUPEMEC	Reserva	: 2023 / 14196
RECURSO	: 1759	: Recursos Próprios FRJ e FRC	Processo Ini.	: PA-PRO-
DESTINAÇÃO	: 1800000	: Livre [SIAFE 0000.18.0000000]	Processo Ref.	: PA-PRO-2023/04196

Licitação Nº	2023/87	Modalidade	Inexigibilidade	Convênio	
				Contrato	

CREDOR	: M9GC Treinamento e Consultoria(454667)	CNPJ	: 22.288.974/0001-55
ENDEREÇO	: , -	I.E.	:
TELEFONE / FAX	: -	Cidade	: BELEM
CONTA BANCÁRIA	:	Estado	: PA

Descrição: Contratação Direta, por Inexigibilidade de Licitação, da Instituição M9GC – TREINAMENTOS E CONSULTORIA LTDA, para ministrar o curso de atualização FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO PARA ATUALIZAÇÃO DE MEDIADORES, na modalidade de ensino a distância, via plataforma ZOOM, com carga horária total de 20 horas/aula

Item	Qtd	Unidade	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	3	UNID	INSCRIÇÃO DE SERVIDOR EM TREINAMENTO PRESENCIAL -	27.000,00	81.000,00

	Valor Total	81.000,00
Oitenta e Um Mil Reais		
FORMA DE PAGAMENTO	por Empenho	
LOCAL DE ENTREGA:	Almoxarifado Central do Tribunal de Justiça	
PRAZO DE ENTREGA:		
DESTINO DO MATERIAL/SERVIÇO:	NUPEMEC	
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO		
SALDO ANTERIOR:	81.000,00	
VALOR EMPENHO:	81.000,00	
SALDO ATUAL:	0,00	

 LILIAN DO SOCORRO DE FARIAS
Emitente/Usuário

 MAURICIO CRISPINO GOMES
Ordenador de Despesa


Assinado com senha por LILIAN DO SOCORRO DE FARIAS COSTA e MAURICIO CRISPINO GOMES.
Use 3821461.25988861-5604 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3821461.25988861-5604>
Documento gerado por RICARDO DA SILVA LACERDA *Data e hora: 04/12/2023 10:25



TJPAPRO202304196V01



o no PNCP: 04/12/2023

Data de assinatura: 17/11/2023

Vigência: de 20/11/2023 a 29/11/2023

04567897000190-2-000096/2023

Fonte: Compras.gov.br

Id contratação PNCP: [04567897000190-1-000088/2023](#)

e atualização FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO PARA ATUALIZAÇÃO DE MEDIADORES, na modalidade de ensino a distância, via plataforma de 20 horas/aula, com base nas justificativas técnicas e elementos jurídicos trazidos como subsídios à decisão.

00

cial: M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

CNPJ/CPF: 22.288.974/0001-55

Tipo: Pessoa jurídica

Histórico

	Data ↕	Tipo ↕	Baixar
.pdf	04/12/2023	Nota de Empenho	

Pa

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial de divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos, com o intuito de emitir um novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo composto por representantes das entidades estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direcionada, aprovada e homologada pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.



ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
	R\$ 45.000,00

Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕	Valor total estimado ↕
(5847150) - SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - CURSO EM EAD SOBRE MEDIACAO DE CONFLITOS E CONCILIAÇÃO COM CARGA HORARIA DE 36 HORAS	1	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00

1 itens

Página

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sistema eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos por lei de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção com a concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de exclusiva responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.



Formalização e Informações Complementares

De MARCELO GIRADE <marcelo@m9gc.com>

Data Sex, 11/10/2024 14:07

Para Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição <nupia@mpba.mp.br>

 4 anexos (715 KB)

Docs_RG_CPF_Professor_Marcelo_Girade.pdf; WhatsApp Image 2024-10-11 at 13.56.21.jpeg; WhatsApp Image 2024-10-11 at 13.58.23.jpeg; WhatsApp Image 2024-10-11 at 13.55.41.jpeg;

Prezadas Gestoras do NUPIA-MPBA,

venho por meio deste formalizar as tratativas para contratação do curso de Mediação de Conflitos, conforme mensagens trocadas com a Dra. Karinny Virgínia Peixoto de Oliveira.

Por oportuno, anexo a proposta já encaminhada anteriormente, bem como documentação complementar referente à identificação do representante oficial da empresa e comprovante bancário em nome da instituição a ser contratada.

Permaneço à disposição para demais providências que se fizerem necessárias.

Att,

Marcelo Girade

Diretor Executivo



@marcelogirade

[youtube.com/marcelogirade](https://www.youtube.com/marcelogirade)

+55 61 9 9206.2397

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.288.974/0001-55 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/04/2015
NOME EMPRESARIAL M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) M9GC TREINAMENTO E CONSULTORIA		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO ST SBS QUADRA 2	NÚMERO 12	COMPLEMENTO BLOCO: E; SALA: 206 PARTE X5; SLJ;
CEP 70.070-120	BAIRRO/DISTRITO ASA SUL	MUNICÍPIO BRASILIA
UF DF		
ENDEREÇO ELETRÔNICO MARCELO@M9GC.COM	TELEFONE (61) 9214-6852/ (61) 9312-0632	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/04/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **10/10/2024** às **16:39:48** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

001-55

SARIAL:

AMENTO E CONSULTORIA LTDA.

IAL:

Dez mil reais)

os e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seg

Empresarial:

ADE CORREA

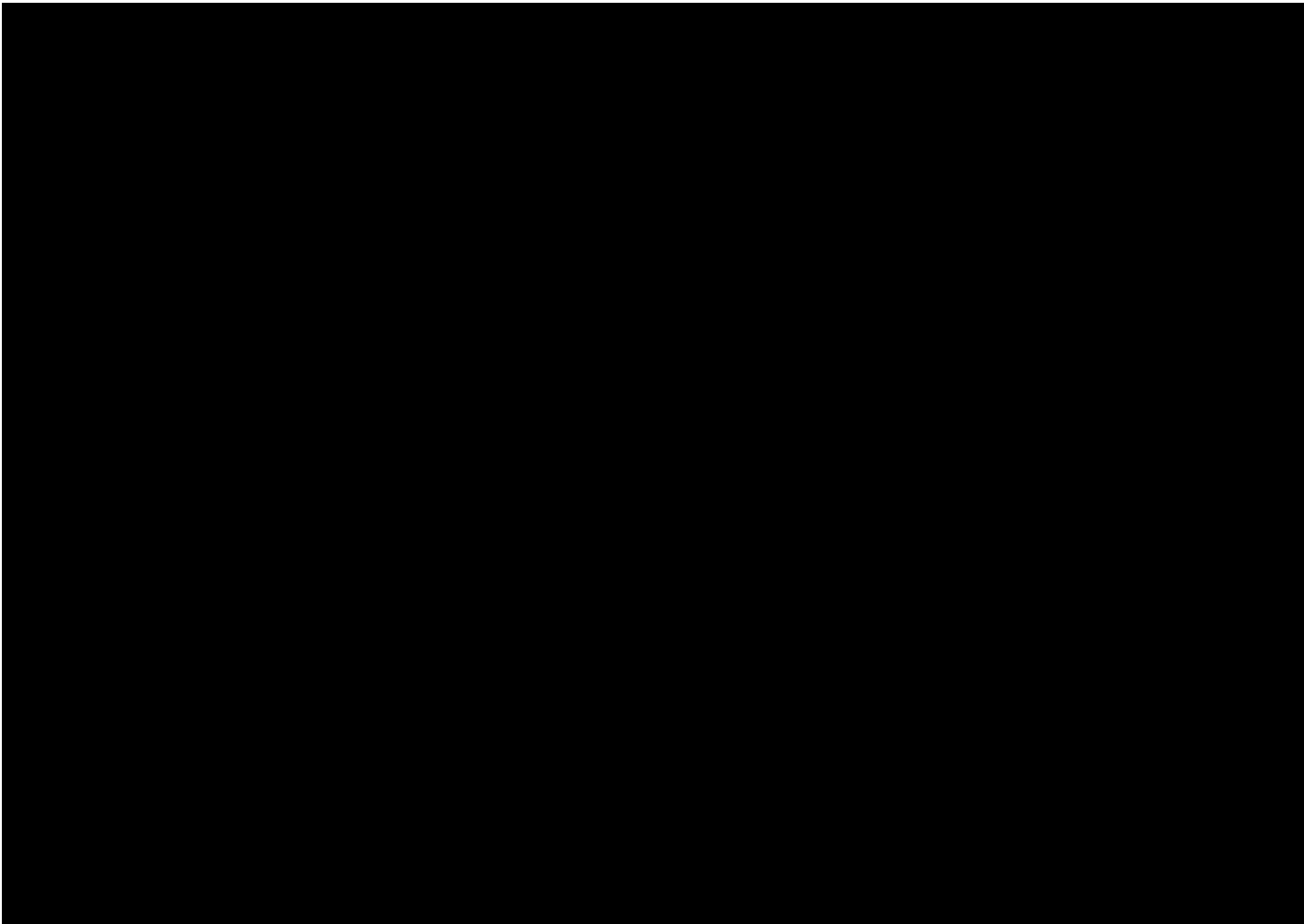
inistrador

Empresarial:

LMEIDA RIBEIRO BASTOS

s relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

4 às 16:42 (data e hora de Brasília).



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 22.288.974/0001-55
Razão Social: M9GC TREINAMENTO E CONS LTDA EPP
Endereço: SBS QD 02 BL E SL 206 SOBRLOJA P X5 12 / ASA SUL / BRASILIA / DF / 70070-120

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/10/2024 a 03/11/2024

Certificação Número: 2024100502112310499877

Informação obtida em 11/10/2024 09:02:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**M9gc - Treinamento E Co...**

Ag 0919 Cc 07863-4 | Marcelo Girad...



0

**Tarefas
pendentes****Pix****Pagar****Comp
vante****Meu Itaú****Saldo disponível****R\$**

Limite da Conta disponível

R\$ >

Conferir extrato **Crédito****Capital de giro****Conta garantida****Extrato****Gestão****Menu****Ajuda**



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: 22.288.974/0001-55

Razão Social: M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

Atividade Econômica Principal:

8599-6/04 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

Endereço:

SETOR SBS QUADRA 2, 12 - BLOCO: E; SALA: 206 PARTE X5; SLJ; - ASA SUL - 70.070-120 - BRASÍLIA / Distrito Federal

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço <https://comprasnet.gov.br>.

Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Emitido em: 11/10/2024 08:59

1 de 1



DECLARAÇÃO - EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

DECLARO, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro e subsequentes, conforme dados abaixo discriminados:

I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/GESTORA*	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ELEMENTO DA DESPESA**
1	40601.0005	3594	9900	313	33.90.39

II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)

2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE:

DOTAÇÃO	ELEMENTO DA DESPESA	SALDO DE DOTAÇÃO (R\$)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (R\$)	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ***
1	33.90.39	R\$ 114.882,38	R\$ 20.500,00	17,8 %

3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

(x) A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário financeiro em qualquer dos exercícios orçamentários-financeiros seguintes.

() O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO(R\$)
	R\$
	R\$

4) ORIGEM DO RECURSO:

(x) Recursos Próprios – Orçamento próprio do MPBA.

() Recursos Oriundos de Convênio Estadual.

() Recursos Oriundos de Convênio Federal.

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Matrícula:	Nome Completo:	Cargo/Função:
353.215	Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	Assistente Técnico-Administrativo

Unidade Administrativa:
Unidade de Finanças do CEAF



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Assistente Técnico Administrativa, em 11/10/2024, às 14:47, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1273489** e o código CRC **CA0A75D3**.

19.09.45580.0029456/2024-73

1273489v1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br

MANIFESTAÇÃO

AUTORIZO a realização da despesa, mediante contratação por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, no valor de R\$ 20.500,00, referente à contratação da empresa M9GC Treinamento e Consultoria Ltda, CNPJ 22.288.974/0001-55, que realizará o curso sobre "Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação".

DECLARO, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

INDICO os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	Liliane Formigli Noblat	352.906
FISCAL ADMINISTRATIVO	Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	353.215
SUPLENTE	Michele da Costa Bittencourt	353.657
FISCAL TÉCNICO	Theana Torres Ribeiro	353.310
SUPLENTE	Wende Jhulie Souza Amorim	355.095

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome completo: Márcio José Cordeiro Fahel	Matrícula: 351.310
Unidade Administrativa: Coordenação do CEAF	Cargo/Função: Promotor de Justiça / Coordenador do CEAF
INSERIR ASSINATURA DIGITAL (GESTOR ORÇAMENTÁRIO):	



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Jose Cordeiro Fahel** - Promotor de Justiça, em 11/10/2024, às 14:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador
1273509 e o código CRC **1A0F0DB8**.

19.09.45580.0029456/2024-73

1273509v1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Ciente e de acordo com a indicação do Ordenador de Despesas (documento SEI 1273509), replicada no quadro abaixo. Trata-se da contratação da empresa M9GC Treinamento e Consultoria Ltda, CNPJ 22.288.974/0001-55, que realizará o curso sobre "Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação", no valor total de R\$ 20.500,00. Ressalto que a gestão e a fiscalização serão baseadas nas tratativas e no termo de referência que compõem o processo de contratação SEI 19.09.45580.0029456/2024-73.

Quadro - Indicação do Ordenador de Despesas

	NOME	MATRÍCULA
GESTOR DO CONTRATO	Liliane Formigli Noblat	352.906
FISCAL ADMINISTRATIVO	Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	353.215
FISCAL ADMINISTRATIVO / SUPLENTE	Michele da Costa Bittencourt	353.657
FISCAL TÉCNICO	Theana Torres Ribeiro	353.310
FISCAL TÉCNICO / SUPLENTE	Wende Jhulie Souza Amorim	355.095

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Assistente Técnico Administrativa, em 11/10/2024, às 15:03, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Theana Torres Ribeiro** - Assistente Técnico Administrativa, em 11/10/2024, às 15:12, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Michele da Costa Bittencourt** - Assessora Administrativa II, em 11/10/2024, às 15:21, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **WENDE JHULIE SOUZA AMORIM** - Assistente Técnico Administrativa, em 11/10/2024, às 15:34, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Formigli Noblat** - Gestora Administrativa V, em 14/10/2024, às 08:47, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1273533** e o código CRC **11306F08**.



DESPACHO

À DCCL:

Encaminho processo de contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal N. 14.133/2021, para análise de conformidade.

Aproveito para listar a documentação:

1. DFD ajustada 1274387 ;
2. TR ajustada 1274390 ;
3. Proposta 1250390;
4. E-mail empresa 1274349 ;
5. Tabela de Preços ajustada e pesquisa de preços similares 1274394 1250493 1273317 1273334;
6. Notório Conhecimento - Atestados de Capacidade Técnica 1250493 1250501;
7. CNPJ e Quadro de Sócios 1272856 1272860;
8. Contrato Social 1250443;
9. Identificação do representante legal (sócio e instrutor) 1274353 ;
10. Certidões Fiscais e Certificado FGTS 1250453 1250457 1250465 1250480 1273359;
11. Declaração CNMP 1250437;
12. Declaração Menor 18 anos 1250433;
13. Dados bancários 1274347;
14. SICAF 1273349;
15. Declaração do Executor 1273489;
16. Manifestação do Ordenador de Despesas 1273509;
17. Manifestações de ciência do gestor do contrato e dos fiscais 1273533.

Ressalto que o referido curso está previsto para começar no dia 24 de outubro de 2024.

Atenciosamente,

Unidade de Finanças do CEAF



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Assistente Técnico Administrativa, em 14/10/2024, às 09:51, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1273583** e o código CRC **549F7164**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação, **instruído com fundamento no regime jurídico da lei Federal nº 14.133/2021 da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023**, art. 74, III, "f", encaminhado pelo(a) **NUPIA/CEAF**, registrado nesta Diretoria sob o número 068/2024 visando à prestação de serviços de treinamento para qualificação de integrantes do MPBA em conceitos, ferramentas e técnicas nos processos de mediação de conflitos e de conciliação, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda - DFD (doc 1274387).

Registramos que, após análise da instrução do processo em epígrafe, observamos a necessidade dos seguintes ajustes/esclarecimentos pela Unidade demandante:

Na instrução do Procedimento:

1. Irregularidade/ ausência das seguintes certidões e/ou declarações:

1.1 Declaração de não emprego de menor de 18 anos (CF/88) não foi preenchida conforme modelo institucional, constando referência a lei antiga (8666/1993), já revogada;

No termo de referência:

2. Item 3.13.2: Desassinalar a alternativa "1" e assinalar a alternativa "2".

Orientamos, ainda, que os **novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo**, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Paula Souza de Paula Marques

Coordenadora-Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula: 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 18/10/2024, às 10:22, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1282948** e o código CRC **795C2034**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que inexistem registros de aplicação de sanções administrativas de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública da empresa pretensa contratada, **M9GC TREINAMENTO e CONSULTORIA** CNPJ nº **22.288.974/0001-55**, ou de seu (s) sócio (s) majoritário, conforme documento anexo (doc 1283144).

Ressaltamos, ademais, que, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Paula Souza de Paula Marques

Coordenadora-Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Mat. 353.433



, Docu merD aas i DmmlDeso u nemtr Dtpaula Souza de Paulatp- aas nemti mAnarDm t18/10/2024Itaat10:22IttoDefDu mt- rDNDu rsDte°
047Iti nt15ti mt, nzmu blDti nt2020tpMsearés DPúbicoDti DEan i Dti tB hs .



- t cmenos i nti Dti Docu merDtr Di ntantitoDefmís teDasmthm a://ansasamu .a.u.r.b .u.r.bl/ansoDerlDdi D mxmteDr hr?
o D=i Docu merD_oDefmís&& Dig D_omaaD_mxmtteD=0sefDu ei DDoói gDvmtfso i Dti1283133mtDooi gDRCi90F274AD.



1. DEFINIÇÃO DO OBJETO	
1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Realização do curso em “ Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação”, para até 12 participantes, com carga horária de 33 horas-aula, na modalidade on-line.
1.2 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	O quantitativo foi definido pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA), tendo como base a necessidade de capacitação acerca dos mecanismos de mediação e dos demais métodos autocompositivos de solução de conflitos.
1.3 NATUREZA DO OBJETO	☒ A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO ☐ B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA ☐ C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> ☐ D.1) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA ☐ D.2) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) ☐ D.3) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS ☐ D.4) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) ☐ D) OUTRO(S). Especificar:
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>SERVIÇOS CONTINUADOS</u>	☒ A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços continuados) ☐ B) JUSTIFICATIVA:
1.5 JUSTIFICATIVA: <u>ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA</u>	☒ A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços de engenharia) ☐ B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA” ➤ FUNDAMENTAÇÃO: ➤ ITENS APLICÁVEIS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> ☐ A) TODOS OS ITENS ☐ B) PARTE DOS ITENS
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA) encontra-se em fase de estruturação e planejamento de melhorias para atendimento das atribuições contidas no Ato PGJ nº 320/2021 retificado pelo Ato PGJ nº 281/2024, que tem como finalidade consolidar, no âmbito do MPBA, uma política permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos de mediação e dos demais métodos autocompositivos de solução de conflitos, reforçando-se o papel da instituição como agente de transformação social, fomentador e implementador de políticas públicas, da cultura do diálogo e da pacificação social. Neste contexto, vale ressaltar,



	também, que a capacitação está em alinhamento com o Plano de Ação do NUPIA de 2024 e com Ações Estratégicas do Plano Estratégico Nacional (PEN) CNMP.
1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	Cuida-se de prestação de serviços do curso “ Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação”, proposto pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA), para até 12 participantes, com carga horária de 33 horas-aula, sendo 21 horas on-line síncrona e 12 horas on-line assíncrona. Objetiva-se reforçar o papel da Instituição como agente de transformação social.

2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO ENQUADRAMENTO COMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	2.1.1 BASE LEGAL – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) Artigo 74, caput da Lei Federal nº 14.133/2021 () B) Artigo 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21 () C) Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 (X) D) Artigo 74, inciso III, alínea f da Lei Federal nº 14.133/2021 () E) Artigo 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 () F) Artigo 74, inciso V da Lei Federal nº14.133/2021
	2.1.2 JUSTIFICATIVA PARA A INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO: Trata-se de curso de capacitação que será realizado pela M9GC Treinamento e Consultoria Ltda. Não há no mercado, do conhecimento do NUPIA, outro curso específico e este, além de ser específico, é ministrado por professor que é referência técnica na área, conforme currículo abaixo: Sócio-diretor da M9GC - Conflict Resolution Training, Marcelo Girade é graduado em História pelo Uni-cEUB, especialista em Administração Judiciária pela FGV e em Psicologia Social pela Universidade Estatal de São Petersburgo – Rússia. Coordenador da Pós-Graduação em Mediação de Conflitos e Arbitragem do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade Unyleya. Membro do GEMEP – Grupo de Estudos de Mediação Empresarial Privada do Comitê Brasileiro de Arbitragem e da Comissão Científica do Congresso Internacional em Mediação Empresarial do GEMEP. Membro do Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos no Brasil – ICFML Brasil. Professor da FOIL e da Antonio Meneghetti Faculdade no MBA Identidade Empresarial. Instrutor em Negociação, Mediação e Resolução de Conflitos para instituições como TJDF, TJRJ, TJPE, TJSP, TJRS, TJCE, TJPB, TJGO, TJMG, TRT 10a e 15ª Região, TRF 1a e 4a Região, Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM, Advocacia Geral da União - AGU, Tribunal de Contas da União – TCU, Ministério Público de Minas Gerais, Coca-Cola, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, USP, ABIN dentre outras. Na atividade de mediação, é Mediador Judicial desde 2002, Mediador Avançado certificado pelo Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos – ICFML, Mediador da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial – CBMAE e do Centro de Resolução de Conflitos Financeiros da Associação dos Bancos no DF. Na área pública, Marcelo foi Coordenador Administrativo do Centro de Resolução Não Adversarial de Conflitos do TJDF de 2007 a 2008 e do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do TJDF entre abril de 2011 e junho de 2014. É membro do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Mediação e Conciliação do Ministério da Justiça, membro do Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas e membro dos subgrupos Advocacia em Mediação e Capacitação Técnica de Mediadores e Operadores do Direito do International Mediation Institute – IMI - Hub Brasil. Presidente da Comissão Organizadora da I Competição de Mediação Empresarial da Antônio Meneghetti Faculdade, integrante da Comissão Organizadora da Competição de Mediação Empresarial da CAMARB e Coordenador Nacional das Competições Regionais de Mediação Empresarial da CAMARB. Entre artigos e capítulos de livros, suas principais publicações são a coautoria do Manual de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça e ENAM, da obra Conciliação: um caminho para a paz social e do Manual de



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

	Resolução de Conflitos para Representantes de Empresa da Escola Nacional de Mediação e Conciliação –ENAM; Na atividade de consultoria, participou da organização e criação do Núcleo de Conciliação de Conflitos Ambientais do Ministério Público de Minas Gerais e atualmente é o consultor responsável pela criação e estruturação do Centro de Resolução de Conflitos Financeiros da Associação dos Bancos no Distrito Federal – ASSBAN-DF.	
2.2 CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO	(x)	A) JURÍDICA – ESCOLHER UMA OPÇÃO: (x) A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ e ato constitutivo); () A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro)
		(x)
	()	
	()	D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (FACULTATIVO): () D.1) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA () D.2) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INIDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR: ➤ Justificar opção “D.2” (Em caso positivo): ➤ ÍNDICES CONTÁBEIS APLICÁVEIS – ESCOLHER QUANTOS CABÍVEIS: () 1. Liquidez Corrente (ILC), que deverá ser: () Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: () 2. Liquidez Geral (LG), que deverá ser: () Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: () 3. Solvência Geral (SG), que deverá ser: () Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: () 4. Outro. Indicar: () D.3) DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a _____ % do valor da inexigibilidade de licitação (limite legal: 10%); ➤ Justificar opção “D.3” (Em caso positivo):
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO		
	(x)	A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

3.1 REGIME DE EXECUÇÃO	()	B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO									
	()	C) OUTRO. Indicar:									
3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO	➤ PRAZO: 2 dias. Contagem – ESCOLHER UMA OPÇÃO: ☒ Úteis ☐ Corridos 3.2.1. Prazo contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços. 3.2.2. As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal). 3.2.3. A Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.										
3.3 FORMA DE EXECUÇÃO	➤ LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO: On-line ➤ DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO: ☐ A) NÃO SE APLICA ☒ B) REGRAS: O evento será realizado na modalidade on-line síncrona e assíncrona em plataforma fornecida pelo prestador do serviço. ➤ DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO : Não se aplica.										
3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO	(x)	A) REGRAS (SUGESTÃO): ➤ PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO: <table border="1" data-bbox="598 1330 1455 1507"> <thead> <tr> <th>SERVIÇO</th> <th>PRAZO EM DIAS</th> <th>CONTAGEM</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Realização de curso de capacitação on-line.</td> <td>30</td> <td>☐ Úteis ☒ Corridos</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>☐ Úteis ☒ Corridos</td> </tr> </tbody> </table> ➤ PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - ESCOLHER UMA OPÇÃO: ☒ A) RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL) ☐ B) OUTRO – Informar: ➤ PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS (SE HOUVER): ➤ ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO: ☒ A) NÃO ☐ B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de execução consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM	Realização de curso de capacitação on-line.	30	☐ Úteis ☒ Corridos			☐ Úteis ☒ Corridos
SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM									
Realização de curso de capacitação on-line.	30	☐ Úteis ☒ Corridos									
		☐ Úteis ☒ Corridos									
	()	B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):									



3.5 REGRAS DE GARANTIA	()	C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO III - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)
	(x)	A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA
	()	B) GARANTIA <u>LEGAL</u> PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
	()	C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS ➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:
	()	D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA) ➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA: ➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I: ○ GARANTIA LEGAL: ○ GARANTIA CONTRATADA:
	()	E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO III - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)
3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (Somente para opções C ou D): ➤ EXECUTOR DA GARANTIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) CONTRATADO (REGRA GERAL) () B) FABRICANTE (EXCEÇÃO) ○ Justificar a exigência de garantia do <u>fabricante</u> (Em caso positivo): . ➤ DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) _____ DIAS () B) _____ MESES () C) GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (SERVIÇOS CONTÍNUOS) ○ Justificar prazo de duração definido: ➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) _____ HORAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos		



	() B) _____ DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos () C) OUTRO(S). Indicar: ➤ FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>: () A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador () B) Assistência sediada no seguinte município: () C) Assistência sediada em local a critério da Contratada () D) <i>On site</i>, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (EXCEÇÃO). Regras: ○ Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA; ○ O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de serviços/bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles tenham sido executados (serviços) ou estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário; ○ Justificativa para a garantia <i>on site</i>: () E) Outra. Especificar: ➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):	
3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO	(x) ()	A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:
3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: 3.7.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o Contratante designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a Contratada sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento. 3.7.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente: 3.7.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais; 3.7.1.2.2 Transmitir à Contratada as instruções, e comunicar alterações de prazos ou	



	roteiros, quando for o caso; 3.7.1.2.3 Promover, com a presença da Contratada, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos; 3.7.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da Contratada, solicitando ao setor competente do Contratante, se necessário, parecer de especialistas; 3.7.1.2.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; 3.7.1.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º). 3.7.1.3 A fiscalização, pelo Contratante, não desobriga a Contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual. 3.7.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do Contratante, sobre irregularidades ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste instrumento. 3.7.1.4 O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens. 3.7.1.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela Contratada, às suas expensas; 3.7.1.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do Contratante. 3.7.1.5 Para fins de fiscalização, o Contratante poderá solicitar à Contratada, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato. 3.7.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.
	3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>
(x)	A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1
()	B) DISPOSIÇÕES ESPECIFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:
	3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: 3.7.3.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa. 3.7.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que: 3.7.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;



- 3.7.3.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 3.7.3.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;
- 3.7.3.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 3.7.3.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 3.7.3.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 3.7.3.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 3.7.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 3.7.3.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 3.7.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 3.7.3.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 3.7.3.3.1 Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 3.7.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.2, a 3.7.3.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);
- 3.7.3.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.5 a 3.7.3.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.7.3.2.2 a 3.7.3.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

3.7.4 DAS MULTAS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

(x)

A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:

- 3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:
- 3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



	3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; 3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas; 3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato; 3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato; 3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato; 3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
()	B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS - PREENCHER, CONFORME O CASO: 3.7.4.1 Moratória de xxx% (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; 3.7.4.2 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas: 3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; 3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato; 3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; 3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; 3.7.4.3 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas; 3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato; 3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato; 3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato; 3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à



	Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)	3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: ➤ PRAZO: 2 dias corridos, contados: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u> () A) DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS (x) B) DA ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA () C) OUTRO:
	3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: ➤ PRAZO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.
	3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (x) A) NÃO SE APLICA () B) PRAZO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () 1) HORAS. Contagem – Escolher <u>uma</u> opção: () Úteis () Corridos () 2) DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos () 3) OUTRO(S). Indicar:
	3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS: 3.8.4.1 O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis; 3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades; 3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à Contratada a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço; 3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a Contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório; 3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo Contratante, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/23, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento; 3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade da



	Contratada por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Contratante, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.	
3.9 DOS PREÇOS	3.9.1 ABRANGÊNCIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	(x)	A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver):
	()	B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:
	3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	()	A) VALOR MENSAL FIXO
	()	B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS
	(x)	C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO	3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	()	A) MENSAL
	()	B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO
	(x)	C) EM PARCELA ÚNICA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (x) 1) AO FINAL DE <u>TODA</u> A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral) () 2) OUTRO:
	()	D) PARCELADO: ➤ QUANTIDADE DE PARCELAS: ➤ DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS - <i>Especificar:</i>
	()	E) OUTRO(A). Indicar:
	3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	



	()	A) NÃO SE APLICA , sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/fatura e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.11.1 (abaixo).
	(x)	B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar: Entrega da lista e dos certificados dos participantes.
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		3.11.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE; 3.11.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.1, desde que não haja pendência a ser regularizada; 3.11.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização; 3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratual; 3.11.5 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente; 3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia; 3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3. 3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.
3.12 REAJUSTAMENTO	()	A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. REGRAS: ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do



		orçamento estimado pela administração. ➤ Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
	(x)	B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições: ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO: (x) A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual.
3.13 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS	3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	(x)	A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)
	()	B) VIGÊNCIA DA ARP: ➤ Prazo de vigência da ARP: _____ meses (Limitado a 1 ano) ➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência - ESCOLHER UMA OPÇÃO: () NÃO () SIM (Limitado ao <u>total</u> de vigência da ARP de 2 anos)
	3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	(x)	A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () 1) _____ meses, contados do recebimento do empenho pela contratada (x) 2) 50 dias, contados do recebimento do empenho pela contratada () 3) _____ meses, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)* () 4) _____ dias, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)*
	()	B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () Opção 1: _____ meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:



	() A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____ () B) Da data da (última) assinatura () Opção 2: ____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO: () A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____ () B) Da data da (última) assinatura 3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (x) A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA () B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM. ➤ Justificativa:
3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS 3.14.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do Contratante, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material; 3.14.1.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto; 3.14.1.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento; 3.14.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento; 3.14.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato; 3.14.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação; 3.14.1.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência; 3.14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante; 3.14.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo Contratante não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela Contratada; 3.14.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento; 3.14.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como



por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.14.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

3.14.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo Contratante, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o Contratante;

3.14.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

3.14.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

3.14.1.14 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.14.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.14.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.14.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021);

3.14.1.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021);

3.14.1.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

()

A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.

(x)

B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:



		3.14.2.1 Emissão e envio de certificados para os participantes; 3.14.2.2 Fornecimento de acesso a plataforma on-line para a realização dos treinamento, acesso às aulas gravadas e conteúdos complementares; 3.14.2.3 Fornecimento de material didático e exercícios simulados exclusivos M9GC; 3.14.2.4 Fornecimento de vídeos aulas complementares exclusivas M9GC.
3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS 3.15.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a Contratada possa executar plenamente o objeto contratado; 3.15.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento; 3.15.1.3 Permitir o acesso da Contratada às instalações físicas do Contratante, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços; 3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias; 3.15.1.5 Fornecer à Contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando a execução do objeto atender satisfatoriamente os prazos de execução, entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento. 3.15.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos: 3.15.1.6.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período; 3.15.1.6.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;	
	3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.
	(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.15.2.1 Envio da relação de servidores da Instituição que participarão do curso.
3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL	(x)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	()	B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras: ➤ Percentual exigido - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

		() A) 5% (cinco por cento) () B) OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento) ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato. ➤ Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato:
3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:		
MATRÍCULA: 353.215	NOME DO SERVIDOR: Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:  Documento assinado digitalmente GRAZIELE MARIA GRAVE TEIXEIRA DE ANDRADE Data: 18/10/2024 10:52:09-0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br
UNIDADE ADMINISTRATIVA: Unidade de Finanças – CA - CEAF		

**APENSO I****TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição *
01	Realização do curso em “ Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação”, para até 12 participantes, com carga horária de 33 horas-aula, na modalidade on-line.	Unidade	01	21172 - Treinamento Qualificação Profissional



APENSO II

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF): M9GC Treinamento e Consultoria LTDA		
NOME FANTASIA (PJ): -----		CNPJ / CPF: 22.288.974/0001-55
ENDEREÇO: ST SBS Quadra 2, n. 12, loco E, sala 206, parte X5, sala J – Asa Sul.		
MUNICÍPIO: Brasília	UF: DF	CEP: 70.070-120
REPRESENTANTE LEGAL (NOME E FUNÇÃO): Marcelo Girade Correa / Sócio-Administrador		CPF: 537.094.701-53



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

APENSO III – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

Não se aplica.

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE À PROCURADORIA
GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA.**

A M9GC TREINAMENTO E CONSULTORIA, CNPJ n.º 22.288.974/0001-55, sediada no SBS QD.02 – BL. E – SALA 206 – Sobreloja Parte X5 n. 12 – CEP 70.070-120 – Brasília-DF, por intermédio do seu representante legal, Sr.(a) MARCELO GIRADE CORRÊA, portador(a) da carteira de identidade n.º 890 628 – SSP/DF, DECLARA, para atender ao disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos, salvo o maior de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz

Brasília, 25 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **MARCELO GIRADE CORRÊA**
Data: 18/10/2024 11:07:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcelo Girade Corrêa
Diretor Executivo
CPF: [REDACTED]



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL:

Em resposta ao Despacho CEACC 1282948, encaminho os seguintes documentos ajustados:

- 1 - Declaração de não emprego de menor de 18 anos (CF/88) 1283506;
- 2 - Termo de Referência V.3 1283242.

Atenciosamente,

Unidade de Finanças do CEAF



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Assistente Técnico Administrativa, em 18/10/2024, às 12:55, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1283252** e o código CRC **A444D489**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação, instruído com fundamento na Lei Federal de nº 14.133/21, catalogada nesta unidade sob o nº **068/2024**, encaminhado pelo **CEAF**, visando a prestação de serviços de treinamento para qualificação de integrantes do MPBA em conceitos, ferramentas e técnicas nos processos de mediação de conflitos e de conciliação, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda - DFD (1274387), com fundamento no art. 74, inciso III, F, da lei nº 14.133/2021.

Cuida-se de demanda cuja análise da Assessoria Jurídica encontra-se dispensada, uma vez que se subsume à hipótese prevista no art. 18, II do Ato Normativo nº 04 de 23 de janeiro de 2024.

Informamos que, após análise da instrução do processo em epígrafe, a documentação acostada nos autos está em conformidade com a base de conhecimento, nos termos a seguir pontuados:

1. DFD devidamente preenchido (doc 1274387);
2. Termo de Referência devidamente preenchido (doc 1283242);
3. Documentos de Informação Orçamentária (Declaração do Executor e Manifestação do Gestor) (docs 1273489 e 1273509);
4. Manifestação dos servidores indicados para a gestão e fiscalização contratual (docs 1273533);
5. Tabela de preços similares (doc 1274394);
6. Documentos de habilitação da pretensa contratada:
 - 6.1 Cartão CNPJ (docs 1272856);
 - 6.2 Contrato Social e alterações (doc 1250443);
 - 6.3 Certidão Negativa de Débitos (doc 1250453, 1250457, 1250465, 1250480 e 1273359)
7. Documentos que comprovem a contratação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização visando o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (doc 1250497, 1250501)
8. Consulta da situação da contratada no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs 1283133 e 1273509).

Assim sendo, indicou-se como Contratada a empresa M9GC TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 22.288.974/0001-55, pelo preço proposto de **R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)**, conforme proposta 1250390.

Registra-se que as despesas correrão por conta da **Unidade Gestora 40.601/0005 – CEAF**, conforme Declaração - Executor Orçamentário (doc 1273489).

Salientamos, ainda, que **não haverá celebração de contrato**. A formalização se dará apenas com a emissão de empenho. Neste sentido, esclarecemos que em que pese o quanto disposto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme entendimento da Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão administrativa deste Ministério Público, exarado no parecer nº151/2024, não há que se impor a obrigatoriedade de formalização por instrumento de contrato, ressalvando-se que a opção pela contratação sem tal meio de formalização coube à Unidade Gestora dos recursos.

Caso a decisão do Superintendente seja pela autorização da referida contratação, solicitamos informar um número de portaria para designação de gestor e fiscalização da contratação, tendo em vista os servidores indicados na Manifestação do Ordenador de Despesas.

Diante do exposto, encaminhamos o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para análise e deliberação. Registramos, especialmente, a necessidade de elaboração de manifestação decisiva/autorização a fim de que possamos dar cumprimento à publicação da mesma no PNCP.

Paula Souza de Paula Marques

Coordenadora Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Docu merD aase i DmtrD Desu nemtr D tPaula Souza de Paula t- aasemnti ntA marCãatmu t18/80/1012It4at8à:2f ltoDeNDu nt- rDv D u rs Dte7
025liti nt8àti nt, nznu blDti nt1010tptMesarél DPúbdoDi DEan i Di tB hs .



- t cmenos i nti Di Docu merDtr Di ntantitoDeNris teDasmhrra://ansasamu_a.u.r.b..u.r.bl/ansoDerIdi D_nxmleDrrhr?
o_D=i Docu merD_oDeNris&i_Dig_D_omaaD_nxmleD=0tseNDu ei DDoói sgD°nt3b i Dtt1285486tmtDoói sgDCRCt8070AAB1.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 510/2024

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.45580.0029456/2024-73, RESOLVE

Designar os servidores para atuarem na gestão e fiscalização da contratação decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 068/2024, relativo à prestação de serviços de treinamento para qualificação de integrantes do MPBA em conceitos, ferramentas e técnicas nos processos de mediação de conflitos e de conciliação.

GESTOR DO CONTRATO: Liliane Formilgi Noblat, matrícula 352.906.

FISCAL ADMINISTRATIVO e SUPLENTE: Grazielle Maria Grave Teixeira de Andrade, matrícula 353.215 e Michel da Costa Bittencourt, matrícula 353.657, respectivamente.

FISCAL TÉCNICO e SUPLENTE: Theana Torres Ribeiro, matrícula 353.310 e Wende Jhulie Souza Amorim, matrícula 355.095, respectivamente.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 22/10/2024, às 20:53, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1285556** e o código CRC **CE7712DF**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações,

Considerando a instrução processual, com fundamento no art. 74, inciso III, F, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as informações prestadas por essa Coordenação (doc. 1285486), autorizo a Inexigibilidade de Licitação, catalogada sob o nº 068/2024, em favor da empresa **M9GC TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ nº 22.288.974/0001-55, pelo preço proposto de **R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)**, conforme proposta 1250390, visando à prestação de serviços de treinamento para qualificação de integrantes do MPBA em conceitos, ferramentas e técnicas nos processos de mediação de conflitos e de conciliação, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda - DFD (1274387).

Na oportunidade, informo o número de Portaria para designação de gestor e fiscal da contratação: **510/2024**.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente expediente para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 21/10/2024, às 20:15, conforme o Ato Normativo nº 04, de 7 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código Verificador **1285944** e o código CRC **F8C10B28**.

Atenção: Não

Publicado no PNCP: 23/10/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Processo: 13937032000160-1-001920/2024 Fonte: Compras.gov.br

Qualificação de integrantes do MPBA em conceitos, ferramentas e técnicas nos processos de mediação de conflitos e de conciliação, para até 12 (doze) horas de 33 horas aula, na modalidade on line.

Elementar:

10.601/0005 - CEAF

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
	R\$ 20.500,00

Arquivos Histórico

Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕	Valor total estimado ↕
Treinamento Qualificação Profissional	1	R\$ 20.500,00	R\$ 20.500,00
Treinamento Qualificação Profissional			

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial de divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos, conferindo ao cidadão o acesso a um novo diploma.

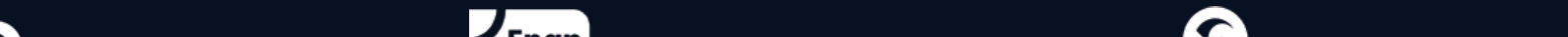
É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo composto por representantes das entidades estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direcionada e homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

servicos.economia.gov.br

PARCEIROS



Contratações | Contratações Diretas

- FORNECEDORES SANCIONADOS
- CONCORRÊNCIA
- PREÇO ELETRÔNICO
- PREÇO PRESENCIAL
- CONCURSO
- CONVITE
- TOMADA DE PREÇO
- AVISOS DE DISPENSAS DE LICITAÇÕES
- CONTRATAÇÕES DIRETAS
- CONTRATOS E ADITIVOS
- CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Ver Rastrear Controle de acesso

Processo Administrativo (SEI):	1909455800029456202473
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	068/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	M9GC Treinamento e Consultoria Ltda, CNPJ 22.288.974/0001-55
Objeto:	Treinamento para qualificação de integrantes do MPBA em conceitos, ferramentas e técnicas de mediação de conflitos e de conciliação, para até 12 participantes, com carga horária de 33 horas/aula
Valor:	R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.601/0005 – CEAF
Data da Autorização:	21/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909013200023349202446
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	191/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Preserve Saúde Ambiental, CNPJ nº 21.437.668/0001-70
Objeto:	Fornecimento, substituição e instalação, com todo o material necessário, de um aparelho vídeo porteiro e uma fechadura elétrica de sobrepôr para a Promotoria de Justiça de Mata de São João
Valor:	R\$ 3.740,00 (três mil setecentos e quarenta reais)





Data da Autorização:	22/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010160028060202414
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	234/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Total Clean MB Ltda, CNPJ nº 51.792.507/0001-66
Objeto:	Promotoria de Justiça Regional de Itabuna, para prestação de serviços de limpeza e higienização de 04 longarinas e 105 cadeiras para atender a Promotoria de Justiça Regional de Itabuna
Valor:	R\$ 1.731,60 (um mil setecentos e trinta e um reais e sessenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0025 – Promotoria de Justiça Regional de Itabuna
Data da Autorização:	18/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909020770030506202473
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	065/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	ESAFI – Esacola de Administração e Treinamento Ltda, CNPJ nº 35.963.479/0001-46
Objeto:	Inscrição de servidor no curso Auditoria Governamental, Controles Interno e Externo, Compliance, Governança e Gestão de Riscos
Valor:	R\$ 4.190,00 (quatro mil, cento e noventa reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	18/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909013200022265202424



Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	168/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Preserve Saúde Ambiental Ltda–ME, CNPJ nº 21.437.668/0001–70
Objeto:	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle de pragas urbanas (desinsetização, descupinização e desratização) para atender a Promotoria de Justiça de Mata de São João pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0031 – Promotoria de Justiça Regional de Camaçari
Data da Autorização:	18/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010650030261202470
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	249/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Luciano Sousa Gomes da Silva, CNPJ nº 39.238.281/0001–50
Objeto:	Prestação de serviços de Transmissão Online, contemplando câmaras e operadores, aluguel de som completo, microfones, painel de Led, montagem, desmontagem, fornecimento de cabos, conexões, adaptadores e demais recursos necessários, para a realização de evento institucional da Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro
Valor:	R\$ 5.010,00 (cinco mil dez reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0026 – Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro
Data da Autorização:	17/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011580028154202471
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	230/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021



Favorecido (a):	Segmax Sistema de Segurança Eletrônica Monitorada Ltda, CNPJ nº 05.452.852/0001-33
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Regional de Valença, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 5.040,00 (cinco mil quarenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0054 – Promotoria de Justiça Regional de Valença
Data da Autorização:	15/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011190032021202487
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	265/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Cassia Cristina Abreu da Silva, CNPJ nº 10.241.430/0001-59
Objeto:	Contratação da prestação de serviços de coffee break durante a inauguração da nova sede da Promotoria de Justiça Regional de Senhor do Bonfim, incluindo a contratação de decoração, mobiliário, recursos humanos, bebidas e comidas para uma estimativa de 120 (cento e vinte) convidados
Valor:	R\$ 15.794,00 (quinze mil setecentos e noventa e quatro reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0045 – Promotoria de Justiça Regional de Senhor do Bonfim
Data da Autorização:	16/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	19090234500262020202450
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	244/2024 – 90013/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	COMTELES – Antonio Teles dos Santos, CNPJ nº 40.953.0007/0001-42

jarra, capacidade mínima 1,5l, 25 xícaras no mínimo, tensão 127 volts

Valor:	R\$ 1.675,80 (hum mil e seiscentos e setenta e cinco mil e oitenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	15/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023450026209202450
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	244/2024 – 90013/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Super Licite Licitações Eireli, CNPJ nº 33.275.120/0001–50
Objeto:	Aquisição de cafeteira, elétrica, doméstica, potência mínima de 600w, com jarra, capacidade mínima 1,5l, 25 xícaras no mínimo, tensão 220 volts
Valor:	R\$ 1.722,00 (hum mil e setecentos e vinte e dois reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	15/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023450026209202450
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	244/2024 – 90013/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Cristiano de Jesus Tourinho – ME, CNPJ nº 32.153.853/0001–50
Objeto:	Aquisição de apoio ergonômico para os pés
Valor:	R\$ 3.549,00 (três mil e quinhentos e quarenta e nove reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	15/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021910029506202480





Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	065/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Geoprocessamento sem Fronteiras Ltda ME, CNPJ nº 28.665.577/0001 –31
Objeto:	Capacitação de servidor mediante a inscrição no curso Analista em Google Earth Engine
Valor:	R\$ 3.999,98 (três mil novecentos e noventa e nove reais e oito centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0009 – CEAMA
Data da Autorização:	11/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909015090025312202469
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	222/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	José Ramiro da Silva, CNPJ nº 37.309.851/0001 –20
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de João Dourado, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0049 – Promotoria de Justiça Regional de Jequié
Data da Autorização:	12/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010650030256202435
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	251/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n



Objeto:	Prestação de serviços de decoração, coffee break, auditório e recepção para a realização de evento institucional da Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro		
Valor:	R\$ 8.436,50 (oito mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0026 – Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro		
Data da Autorização:	11/10/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909023360023235202452		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	182/2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	s/n		
Favorecido (a):	JTEC Elétrica e Manutenção Ltda, CNPJ nº 23.865.563/0001-48		
Objeto:	Prestação de serviços de engenharia para manutenção predial corretiva das sedes Nazaré e CEAF/FESMIP do Ministério Público da Bahia		
Valor:	R\$ 118.900,00 (cento e dezoito mil e novecentos reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura		
Data da Autorização:	09/10/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909010430022782202433		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	193/2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	s/n		
Favorecido (a):	Paulo Clezio Souza de Jesus, CNPJ nº 20.326.404/0001-87		
Objeto:	Recarga de extintores de incêndio instalados na Promotoria de Justiça Regional de Jacobina e na Promotoria de Justiça de Mundo Novo		
Valor:	R\$ 1.815,00 (um mil oitocentos e quinze reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0033 – Promotoria de Justiça Regional de Jacobina		



Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360022920202444
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	183/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	JTEC Elétrica Manutenção Ltda, CNPJ nº 23.865.563/0001-48
Objeto:	Prestação de serviços de engenharia para tratamento das fachadas (rejuntaemento e impermeabilização) e vedação das esquadrias, incluindo mão de obra e material, do prédio principal da sede do Ministério Público do Estado da Bahia situada em Nazaré, exceto 2º pavimento da fachada frontal
Valor:	R\$ 134.965,10 (cento e trinta e quatro mil novecentos e sessenta e cinco reais e dez centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	09/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008570026692202437
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	252/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	WebTrip Agencia de Viagens e Turismo Ltda ME, CNPJ nº 07.340.993/0001-90
Objeto:	Prestação de serviços de seguroa viagem internacional para 03 (três) Promotores de Justiça que participarão de capacitação internacional
Valor:	R\$ 989,53 (novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	09/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023450028346202471



Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	241/2024 – 90012/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Estrutros Ltda, CNPJ nº 17.839.055/0001-92
Objeto:	Aquisição de etiqueta de endereço e fita industrial para rotulador Brother
Valor:	R\$ 16.531,20 (dezesseis mil quinhentos e trinta e um reais e vinte centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	08/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009130028372202473
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	236/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Santos Santana Serviços e Comércio Ltda, CNPJ nº 11.218.504/0001-07
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Regional de Alagoínhas, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período 12 (doze) de meses
Valor:	R\$ 7.320,00 (sete mil trezentos e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0030 – Promotoria de Justiça Regional de Alagoínhas
Data da Autorização:	07/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010870024264202459
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	187/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Recanto das Allamandas Paisagismo Ltda, CNPJ nº 03.331.242/0001-56

Regional de Porto Seguro



Valor:	R\$ 18.480,00 (dezoito mil quatrocentos e oitenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0036 – Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro
Data da Autorização:	07/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009730023961202449
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	200/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Roberval Brandão Santos, CNPJ nº 17.618.025/0001–56
Objeto:	Prestação de serviços de jardinagem, para atender à Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis
Valor:	R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0040 – Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis
Data da Autorização:	07/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023440024022202420
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	063/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	647/2024
Favorecido (a):	NP Tecnologia e Gestão de Dados LTDA, CNPJ nº 07.797.967/0001–95
Objeto:	"Serviço de assinatura anual da ferramenta informatizada ""Banco de Preços"" de pesquisa de preços praticados pela Administração Pública, com acesso via Internet, com direito a 04 (quatro) licenças de uso simultâneo e 06 (seis) usuários, mediante autenticação por login/senha"
Valor:	R\$ 23.920,00 (vinte e três mil, novecentos e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	03/10/2024



Processo Administrativo (SEI):	1909023450025287202495
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	208/2023
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Aline Silva Santos (ACJ Service), CNPJ nº 51.246.253/0001-80
Objeto:	Aquisição de filtros de linha
Valor:	R\$ 2.242,48 (dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e oito centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	30/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010650028736202465
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	243/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	RG Designs Comunicação Visual Ltda-ME, CNPJ nº 02.095.279/0001-60
Objeto:	Prestação de serviço de confecção de duas placas de sinalização externa no terreno destinado à construção da futura sede da Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro
Valor:	R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0026 – Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro
Data da Autorização:	04/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909013200022260202486
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	175/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021



Favorecido (a):	Preserve Saúde Ambiental, CNPJ nº 21.437.668/0001-70
Objeto:	Prestação de serviços de lavagem e higienização do reservatório (com capacidade de 3.000 litros) de água potável da Promotoria de Justiça de Mata de São João
Valor:	R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0031 – Promotoria de Justiça Regional de Camaçari
Data da Autorização:	02/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011370010534202498
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	162/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	E Marques Cardoso Neto, CNPJ nº 20.190.315/0001-56
Objeto:	Prestação de serviços de aplicação de película, tipo insulfilme, na parte frontal das janelas e da porta de entrada da sede da PJ de Simões Filho
Valor:	R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0055 – Promotoria de Justiça Regional de Simões Filho
Data da Autorização:	02/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008540024303202451
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	204/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Inovamax Teleinformatica Ltda, CNPJ nº 07.055.987/0001-90
Objeto:	Aquisição de 150 unidades de SSD 240 GB e 20 unidades de HD externo 2TB
Valor:	R\$ 33.843,00 (trinta e três mil oitocentos e quarenta e três reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0021 – Diretoria de Tecnologia da Informação



Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909020770028227202428
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	062/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Consultre – Consultoria e Treinamento Ltda, CNPJ nº 36.003.671/0001–53
Objeto:	"Inscrição de servidor em curso para capacitação na temática "Execução Orçamentária, Financeira e Contábil""
Valor:	R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	02/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360024746202456
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	190/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	MACJ Engenharia e Construção Ltda, CNPJ nº 47.465.824/0001–09
Objeto:	Prestação de serviços de engenharia para manutenção de esquadrias e serralherias da sede CAB do Ministério Público da Bahia
Valor:	R\$ 75.060,71 (setenta e cinco mil sessenta reais e setenta e um centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	02/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	190902135002735202488
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	225/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021



Favorecido (a):	Debora de Pontes Santana, CNPJ nº 44.616.999/0001-73
Objeto:	Confecção de 10 (dez) placas gravadas em aço inox 21 x 15 cm com estojo de veludo preto
Valor:	R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0006 – CAOCRIM
Data da Autorização:	02/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360026811202458
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	217/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	MACJ Engenharia e Construção Ltda, CNPJ nº 47.465.824/0001-09
Objeto:	Prestação de serviços de engenharia para manutenção corretiva da cobertura da Promotoria de Justiça de Dias D´Ávila
Valor:	R\$ 30.193,50 (trinta mil cento e noventa e três reais e cinquenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	02/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360026076202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	214/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Brito Construções e Reformas Ltda, CNPJ nº 26.519.707/0001-00
Objeto:	Prestação de serviços de execução de pavimentação em brita e reconstrução de parte do passeio do 3º subsolo da Sede CAB, localizada na 5ª Avenida Centro Administrativo da Bahia, 750 – Centro Administrativo da Bahia, Salvador – BA
Valor:	R\$ 13.758,90 (treze mil setecentos e cinquenta e oito reais e noventa



Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	02/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008960027472202455
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	226/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Jaco Vieira Pinto Júnior, CNPJ nº 33.487.891/0001-01
Objeto:	Prestação de serviço de recarga de 16 (dezesseis) extintores instalados nas 02 (duas) Sedes da Promotoria de Justiça Regional de Ilhéus, Promotoria de Justiça de Canavieiras e Promotoria de Justiça de Itacaré
Valor:	R\$ 2.740,00 (dois mil setecentos e quarenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0024 – Promotoria de Justiça Regional de Ilhéus
Data da Autorização:	02/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490030452202463
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	253/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Flybiss Produções Ltda, CNPJ nº 32.227.413/0001-08
Objeto:	Contratação de serviço de produção de áudio e vídeo com gravação, edição, finalização e transmissão ao vivo da Solenidade de Posse dos Promotores de Justiça Substitutos do Ministério Público do Estado da Bahia, a ser realizada em 07/10/2024
Valor:	R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	03/10/2024
Link:	download



Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	164/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	SK Distribuidora e Comércio de Livros Ltda, CNPJ nº 36.718.488/0001-34
Objeto:	Aquisição de livros no formato impresso, para compor o acervo bibliográfico da Biblioteca do MPBA
Valor:	R\$ 4.210,96 (quatro mil duzentos e dez reais e noventa e seis centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007-CEAF
Data da Autorização:	19/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909016100024482202473
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	201/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Redivaldo Mateus Carneiro, CNPJ nº 34.623.326/0001-97
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Capim Grosso, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0033 - Promotoria de Justiça Regional de Jacobina
Data da Autorização:	01/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021800028214202425
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	235/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n



Objeto:	Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de alimentação (refeição pronta e sobremesa) e sua respectiva entrega, totalizando 150 (cento e cinquenta) refeições prontas com sobremesa para evento institucional		
Valor:	R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0011 - CAODH		
Data da Autorização:	01/10/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909015260021148202444		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	197/2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	043/2023		
Favorecido (a):	Sandro Almeida de Queiroz, CNPJ nº. 05.852.861/0001-11		
Objeto:	Fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações devidamente higienizados, fabricados em embalagem de polipropileno transparente, com tampa de pressão e lacre, e capacidade para 20 (vinte) litros, para atender à Promotoria de Justiça de Xique-Xique		
Valor:	R\$ 1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0049 - Promotoria de Justiça Regional de Itacê		
Data da Autorização:	30/09/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909021350027587202420		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	224/2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	s/n		
Favorecido (a):	Tidy Gentleman Rogor Ltda, CNPJ nº 54.641.998/0001-32		
Objeto:	Aquisição de 10 (dez) togas confeccionadas em tecido Oxford, para Promotor(a) do Juri		
Valor:	R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais)		



Data da Autorização:	01/10/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008540028438202490
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	064/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Karita Treinamento e Consultoria Ltda, CNPJ nº 24.938.651/0001-5
Objeto:	Workshop para capacitação m análise de requisitos utilizando técnicas de IA para servidores da TI
Valor:	R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0021 – Diretoria de Tecnologia da Informação
Data da Autorização:	30/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010000025394202497
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	202/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Elektroseg Segurança Ltda, CNPJ nº 48.362.103/0001-28
Objeto:	Serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Regional de Irecê, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0049 – Promotoria de Justiça Regional de Irecê
Data da Autorização:	25/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009250021599202477



Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	163/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Quality Distribuidora Ltda, CNPJ nº 50.206.848/0001-40
Objeto:	Fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafas devidamente higienizadas, fabricados em embalagem de polipropileno transparente, com tampa de pressão e lacre, e capacidade para 20 (vinte) litros, visando atender as exigências da Promotoria de Justiça Regional de Barreiras, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0022 – Promotoria de Justiça Regional de Barreiras
Data da Autorização:	26/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021850028028202425
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	232/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Cereja do Bolo Produções e Comércio Ltda, CNPJ nº 21.979.987/0001-08
Objeto:	Prestação de serviços de “coffee break” para o evento institucional
Valor:	R\$ 9.737,00 (nove mil setecentos e trinta e sete reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0015 – CEDUC
Data da Autorização:	25/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400006581202467
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	051/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	543/2024



Objeto:	"Prestação de serviços educacionais com vistas à realização de curso de pós-graduação stricto sensu denominado ""Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas""
Valor:	R\$ 335.356,25 (trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 – CEAF
Data da Autorização:	11/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009450024457202471
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	203/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	New Center Projetos e Equipamentos contra Incêndio Ltda, CNPJ nº 44.085.461/0001-80
Objeto:	Prestação de serviço de recarga de extintores de incêndio nas Promotorias de Justiça de Livramento de Nossa Senhora e Macaúbas, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e seu(s) apenso(s)
Valor:	R\$ 1.066,00 (um mil sessenta e seis reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0050 – Promotoria de Justiça Regional de Brumado
Data da Autorização:	25/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490027110202446
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	228/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Santucci Móveis Adriane Soler Ltda, CNPJ nº 40.149.357/0001-50
Objeto:	Aquisição de 05 (cinco) tapetes decorativos, para uso corporativo (01 unidade)



Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	24/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021910018128202471
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	049/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	576/2024
Favorecido (a):	Imagem Geosistemas e Comercio Ltda, CNPJ nº 67.393.181/0001 –34
Objeto:	A aquisição de 01 (uma) licença de uso do software Arcgis Enterprise, e 01 (uma) licença de uso do software ArcGis Desktop Extensions, além de serviços de instalação (serviços especializados em Sistema de Informação Geográfica jump Star ArcGis Enterprise Presencial) do referido software
Valor:	R\$ 477.174,94 (quatrocentos e setenta e sete mil cento e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0009 – CEAMA
Data da Autorização:	23/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400021476202457
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	164/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Livraria e Distribuidora Multicampi Ltda, CNPJ nº 41.984.014/0006–89
Objeto:	Aquisição de livros no formato impresso, para compor o acervo bibliográfico da Biblioteca do MPBA
Valor:	R\$ 15.251,43 (quinze mil duzentos e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 – CEAF
Data da Autorização:	19/09/2024



Processo Administrativo (SEI):	1909453400021476202457
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	164/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Paulo Escariz Ltda, CNPJ nº 16.470.999/0001-72
Objeto:	Aquisição de livros no formato impresso, para compor o acervo bibliográfico da Biblioteca do MPBA
Valor:	R\$ 21.422,01 (vinte e um mil quatrocentos e vinte e dois reais e um centavo)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007-CEAF
Data da Autorização:	19/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400021476202457
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	164/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	SK Distribuidora e Comércio de Livros Ltda, CNPJ nº 36.718.488/0001-34
Objeto:	Aquisição de livros no formato impresso, para compor o acervo bibliográfico da Biblioteca do MPBA
Valor:	R\$ 4.450,86 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007-CEAF
Data da Autorização:	19/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490027547202498
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	240/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021



Favorecido (a):	Ville Design Indústria e Comércio e Serviços de Estofados Ltda, CNPJ nº 13.993.421/0001-02
Objeto:	Prestação de serviço de restauração de 02 (dois) sofás de 02 (dois) lugares, 04 (quatro) poltronas de 01 (um) lugar, pertencentes ao Ministério Público do Estado da Bahia
Valor:	R\$ 8.260,00 (oito mil duzentos e sessenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	20/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490028308202490
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	238/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Regidencia Comércio e Serviços Ltda, CNPJ nº 04.166.739/0001-29
Objeto:	Prestação de serviço de restauração de 03 (três) armários credenza 2mx50cmx60cm, pertencentes ao Ministério Público do Estado da Bahia
Valor:	R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	20/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011370014346202410
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	106/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Lima Engenharia e Reformas Ltda, CNPJ nº 42.078.783/0001-76
Objeto:	Prestação de serviço de engenharia para reforma do telhado, tratamento e recuperação da laje e substituição de forro em pvc da Promotoria de Simões Filho

Intenta 3 de 3 tentativas

Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0055 – Promotoria de Justiça Regional de Simões Filho
Data da Autorização:	19/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490023372202470
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	180/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Regidencia Comércio e Serviços Ltda, CNPJ nº 04.166.739/0001-29
Objeto:	Prestação de serviços de reforma de mobiliário especial, confeccionado em laminado de madeira móngo e estrutura em pintura epoxi preto, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas Termo de Referência
Valor:	R\$ 23.930,00 (vinte e três mil novecentos e trinta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	19/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023610026565202493
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	221/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Cereja do Bolo Produções e Comércio Ltda, CNPJ nº 21.979.987/0001-08
Objeto:	Contratação de empresa para aquisição e entrega de lanche (salgados, doces, bebidas e descartáveis) e montagem de mesa de coffee break para evento institucional
Valor:	R\$ 4.445,00 (quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0005 – CAOCIFE
Data da Autorização:	19/09/2024





Processo Administrativo (SEI):	1909023460029038202415
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	239/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Flexform Industria e Comércio de Móveis Ltda, CNPJ nº 49.058.654/0001-65
Objeto:	Aquisição de 10 (dez) cadeiras giratórias executivas
Valor:	R\$ 56.350,03 (cinquenta e seis mil trezentos e cinquenta reais e três centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 - Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	19/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909456070014264202449
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	041/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	482/2024
Favorecido (a):	J.L. Debastiani Consultoria e Treinamento Ltda
Objeto:	Realização de curso de Interesse institucional com carga horária de 20 horas/aula
Valor:	R\$ 41.250,00 (quarenta e um mil e duzentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0038
Data da Autorização:	18/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909480860025190202414
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	223/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	593/2024



Objeto:	Prestação de serviços de empresa especializada no ramo de fornecimento de serviço de alimentação
Valor:	R\$ 56.790,00 (cinquenta e seis mil setecentos e noventa reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	17/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360019732202472
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	148/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	534/2024
Favorecido (a):	ArqTec – Comércio e Serviços Ltda, CNPJ nº 12.018.845/0001–93
Objeto:	Prestação de Serviços de Engenharia de Manutenção Preventiva e Corretiva em Sistema de Climatização, instalado na Sede do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Estado da Bahia
Valor:	R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	14/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909016900019588202433
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	178/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Geonildo Santana Filho, CNPJ nº 29.992.517/0001–96
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Paripiranga
Valor:	R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0035 – Promotoria de Justiça Regional de Paulo Afonso



Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008510024707202422
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	213/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	FMCS Soluções para Eventos Ltda, CNPJ nº 50.743.207/0001-24
Objeto:	Prestação de serviços de audiovisual consistente em transmissão de vídeo e exibição local em painel de LED (4m x 2,5m), e em TV de retorno para evento institucional
Valor:	R\$ 4.578,31 (quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais e trinta e um centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0017 - CCE
Data da Autorização:	13/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010650024323202420
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	196/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	MB Apoio e Serviços Ltda, CNPJ nº 41.106.296/0001-07
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para atender a Promotoria de Justiça Regional de Barreiras e a Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 meses
Valor:	R\$ 4.440,00 (quatro mil quatrocentos e quarenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0026 - Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro
Data da Autorização:	13/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909012770023067202428



Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	181/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	João Batista Pereira da Silva, CNPJ nº 30.371.481/0001-02
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0050 – Promotoria de Justiça Regional de Brumado
Data da Autorização:	10/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021850024142202480
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	055/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Gilvânia da Conceição Nascimento, CPF 19*****53
Objeto:	Contratação de professora para ministrar o curso de aperfeiçoamento em educação: formação de integrantes do MPBA, módulo 3: gestão democrática da educação e participação na sociedade civil – 40h
Valor:	R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0015 – CEDUC
Data da Autorização:	07/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011130024167202420
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	189/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n



Objeto:	Fornecimento contínuo estimado de 130 garrações de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações devidamente higienizados, fabricados em embalagem de polipropileno transparente, com tampa de pressão e lacre, e capacidade para 20 (vinte) litros, para atender a necessidade da promotoria de Justiça Regional de Seabra		
Valor:	R\$ 1.365,00,00 (mil trezentos e sessenta e cinco reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0042 – Promotoria de Justiça Regional de Camaçari		
Data da Autorização:	05/08/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909020770025142202464		
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	058/2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	s/n		
Favorecido (a):	One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda, CNPJ nº 06.012.731/0001-33		
Objeto:	Inscrição do servidor, Victor Lordelo San Martin no curso: Compreendendo a Elaboração da Gestão da Folha de Pagamento e Remuneração no Serviço Público, na modalidade online (ao vivo), nos dias 16 e 17 de setembro de 2024, com carga horária de 15 horas		
Valor:	R\$ 2.290,00 (dois mil duzentos e noventa reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa		
Data da Autorização:	05/08/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909026770017826202441		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	139/2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	s/n		
Favorecido (a):	Master Util Comercial Ltda, CNPJ nº 86.783.974/0001-04		
Objeto:	Aquisição de 20 (vinte) GIROFLEX redondos de veículo para ser fixado no teto com imã, com no mínimo 54 LEDs vermelhos, com no mínimo 07 efeitos de		



Valor:	R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010340019343202478
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	194/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Julimar Passos Gonzaga, CNPJ nº 30.710.773/0001-22
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça Regional de Itapetinga, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 49.980,00 (quarenta e nove mil, novecentos e oitenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	03/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360000506202429
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	016/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	475/2024
Favorecido (a):	Prolin Ltda, CNPJ nº 13.125.158/0001-30
Objeto:	Prestação de serviços de manutenção de nobreaks e estabilizadores instalados na sede do Ministério Público em Nazaré
Valor:	R\$ 49.980,00 (quarenta e nove mil, novecentos e oitenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	03/08/2024
Link:	download



Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	206/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Flexibase Indústria e Comércio de Móveis, Importação e Exportação Ltda, CNPJ nº 04.869.711/0001-58
Objeto:	Aquisição de 29 (vinte e nove) poltronas para auditório
Valor:	R\$ 56.046,00 (cinquenta e seis mil quarenta e seis reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	04/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909013200017964202484
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	170/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	SAFE – Segurança Eletrônica Ltda, CNPJ nº 05.688.944/0001-17
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça de Mata de São João, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 3.869,04 (três mil oitocentos e sessenta e nove reais e quatro centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0031 – Promotoria de Justiça Regional de Camaçari
Data da Autorização:	02/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909013370023918202475
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	186/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021



Favorecido (a):	Lazaro Gama Santana, CNPJ nº 30.415.477/0001-07
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Cícero Dantas, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0041 – Promotoria de Justiça Regional de Eulides da Cunha
Data da Autorização:	02/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909019500023643202492
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	188/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Charles Lopes Carmo, CNPJ nº 30.965.053/0001-08
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Poções, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0013 – Promotoria de Justiça Regional de Vitória da Conquista
Data da Autorização:	03/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021850021601202444
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	161/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Farol Acessibilidade e Inclusão Ltda, CNPJ nº 42.397.920/0001-35
Objeto:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de audiodescrição com disponibilização de equipamentos de transmissor e rádios portáteis aos usuários visando a narração em língua portuguesa, sincronizada com o som original, contendo descrições de sons, de elementos

possibilitar a menor compreensão por pessoas com deficiência visual

Valor:	R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0015 – CEDUC
Data da Autorização:	02/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490021809202490
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	177/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Ville Design Industria Comercio e Serviços de Estofados Ltda, CNPJ nº 13.993.421/0001-02
Objeto:	Prestação de serviço de restauração de 01 (um) sofá de 03 lugares, 01 (um) sofá de 04 lugares e 06 (seis) poltronas de 01 lugar pertencentes ao Ministério Público do Estado da Bahia
Valor:	R\$ 11.620,00 (onze mil seiscentos e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	02/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909013050017622202489
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	165/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Iran Marcos Silva Liger, CNPJ nº 50.846.250/0001-15
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Catu/BA, pelo período de 12(doze) meses.
Valor:	R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0031 – Promotoria de Justiça Regional de Camaçari
Data da Autorização:	01/09/2024





Processo Administrativo (SEI):	1909009250020610202441
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	158/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Proteção – Comercio e Serviços de Alarmes Ltda, CNPJ nº 07.426.852/0001 – 94
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para atender a Promotoria de Justiça Regional de Barreiras e a Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 meses
Valor:	R\$ 6.840,00 (seis mil oitocentos e quarenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0022 – Promotoria de Justiça Regional de Barreiras
Data da Autorização:	01/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008540018820202482
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	143/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Rafael Freire Nogueira 05757490594, CNPJ nº 37.029.236/0001 –60
Objeto:	Aquisição de adaptador / conversos VGA-HDMI, adaptador /conversor Display Port/VGA e Cabo HDMI
Valor:	R\$ 24.955,00 (vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0021 – Diretoria de Tecnologia da Informação
Data da Autorização:	01/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400022623202435
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação



Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Aberje Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, CNPJ nº 43.147.693/0001-52
Objeto:	Capacitação sobre o tema "Comunicação Integrada e Principais Tendências em Comunicação Pública", com carga horária total de 11 horas, sendo 8h presencial em Salvador/BA e 3h on-line (ao vivo), para os servidores da CECOM
Valor:	R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007- CEAF
Data da Autorização:	01/09/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909456070023743202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	209/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Mapfre Seguros Gerais S.A, CNPJ nº 61.074.715/0001-38
Objeto:	Prestação de serviços de seguro responsabilidade civil (RETA) para aeronaves remotamente tripuladas de propriedade deste Ministério Público,
Valor:	R\$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0038
Data da Autorização:	29/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909013200017825202481
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	167/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Vila Rica e Comércio LTDA, CNPJ nº. 13.778.976/0001-31

São João

Valor:	R\$ 15.360,00 (quinze mil trezentos e sessenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0031 – Promotoria de Justiça Regional de Camaçari
Data da Autorização:	28/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909480720019544202489
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	149/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	G & S Imagens do Brasil Ltda, CNPJ nº 02.195.059/0001-08
Objeto:	Contratação de empresa especializada no fornecimento de acessos web a banco de imagens eletrônicas, com vídeos, fotografias e ilustrações profissionais
Valor:	R\$ 11.900,000 (onze mil e novecentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0029 – Coordenadoria de Comunicação Social
Data da Autorização:	26/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009660014920202465
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	138/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Fabio dos Toldos, CNPJ nº 32.540.357/0001-59
Objeto:	Prestação de serviços para confecção de placas de sinalização externa para as Promotorias de Justiça de Pombal e Tucano
Valor:	R\$ 3.504,00 (três mil, quinhentos e quatro reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0041 – Promotoria de Justiça Regional de Euclides da Cunha
Data da Autorização:	25/08/2024





Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	West Lumens, CNPJ nº 36.302.246/0001-65
Objeto:	Aquisição de ferramentas (alicate)
Valor:	R\$ 404,00 (quatrocentos e quatro reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Jumes Eletro, CNPJ nº 19.225.144/0001-74
Objeto:	Aquisição de ferramentas (alicate rebitador)
Valor:	R\$ 201,30 (duzentos e um reais e trinta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Land Mark Industria, CNPJ nº 54.671.369/0001-55



Valor:	R\$ 4.298,00 (quatro mil, duzentos e noventa e oito reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Fracassado
Objeto:	Aquisição de ferramentas (escada extensível)
Valor:	R\$ 0,00
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Jumes Eletro, CNPJ nº 19.225.144/0001-74
Objeto:	Aquisição de ferramentas (trena)
Valor:	R\$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação



Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	M & R Soluções e Serviço, CNPJ nº 48.944.202/0001-18
Objeto:	Aquisição de ferramentas (trenabomba centrífuga água)
Valor:	R\$ 3.188,80 (três mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	M & R Soluções e Serviço, CNPJ nº 48.944.202/0001-18
Objeto:	Aquisição de ferramentas (rádio transceptor)
Valor:	R\$ 1.190,40 (mil, cento e noventa reais e quarenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Rodrigo Pereira dos Santos, CNPJ nº 20.044.803/0001-55
Objeto:	Aquisição de ferramentas (equipamentos diversos para serviços profissionais)
Valor:	R\$ 2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura



Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Jazon Marcos Franca da Silva, CNPJ nº 51.389.097/0001-07
Objeto:	Aquisição de ferramentas (equipamentos diversos para serviços profissionais)
Valor:	R\$ 3.320,00 (três mil, trezentos e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	West Lumens, CNPJ nº 36.302.246/0001-65
Objeto:	Aquisição de ferramentas (serra copo)
Valor:	R\$ 534,00 (quinhentos e trinta e quatro reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n



Objeto:	Aquisição de ferramentas (serra copo)
Valor:	R\$ 686,50 (seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	West Lumens, CNPJ nº 36.302.246/0001 –65
Objeto:	Aquisição de ferramentas (pistola aplicadora)
Valor:	R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Rosenilton Oliveira de Lima, CNPJ nº 29.604.467/0001 – 22
Objeto:	Aquisição de ferramentas (serra circular)
Valor:	R\$ 1.509,00 (mil, quinhentos e nove reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466



Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Even Comercial Ltda, CNPJ nº 53.5658.0001/0001-01
Objeto:	Aquisição de ferramentas (termômetro)
Valor:	R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Trajo Comércio e Serviços Ltda, CNPJ nº 36.007.350/0001-27
Objeto:	Aquisição de ferramentas (conjunto manifold)
Valor:	R\$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	J.S.A Comercio, CNPJ nº 54.361.487/0001-67
Objeto:	Aquisição de ferramentas (chave ajustavel)
Valor:	R\$ 736,00 (setecentos e trinta e seis reais)



Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Cawel Materiais, CNPJ nº 44.722.099/0001-00
Objeto:	Aquisição de ferramentas (bomba de vácuo)
Valor:	R\$ 1.439,00 (mil quatrocentos e trinta e nove reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Fracassado
Objeto:	Aquisição de ferramentas (jogo chave)
Valor:	R\$ 0.00
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021



Favorecido (a):	Rosenilton Oliveira de Lima, CNPJ nº 29.604.467/0001 - 22
Objeto:	Aquisição de ferramentas (furadeira)
Valor:	R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013828202466
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	145/2024 – 90010/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Sul Agua Equipamentos Ltda, CNPJ nº 46.344.050/0001-97
Objeto:	Aquisição de ferramentas (furadeira)
Valor:	R\$ 552,70 (quinhentos e setenta e dois reais e setenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010100020646202420
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	159/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Leonardo de Oliveira Santana Nascimento, CNPJ nº 48.508.753/0001-39
Objeto:	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de doze ares-condicionados, com fornecimento de mão de obra, gás refrigerado e serviços afins na sede da Promotoria Justiça Regional de Itaberaba, e instalação de um ar-condicionado, com fornecimento de todos os materiais necessários
Valor:	R\$ 2.180,00 (dois mil cento e oitenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0051 – Promotoria de Justiça Regional de Itaberaba



Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008720020600202402
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	174/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Regivaldo Peixoto Lopes, CNPJ nº 30.810.136/0001-28
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Ipirá, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0023 – Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana
Data da Autorização:	22/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909015120015642202432
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	155/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Jose Neto de Souza Santos, cnpj Nº 30.720.559/0001-57
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Lapão/BA, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0049 – Promotoria de Justiça Regional de Irecê
Data da Autorização:	21/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009730012789202427
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação



Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Hosana Almeida Alves, cnpj Nº 32.700.336/0001-53
Objeto:	Prestação de serviços de engenharia para manutenção corretiva da cobertura com a revisão do telhado e impermeabilização da laje, correção de vazamento em rede pluvial, e a recuperação e pintura do forro nas dependências da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis
Valor:	R\$ 29.499,67 (vinte e nove mil quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0040 – Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis
Data da Autorização:	21/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023460013278202481
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	043/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, V, da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	493/2024
Favorecido (a):	EPJ Imóveis Próprios ITDA, cnpj Nº 03.683.193/0001-10
Objeto:	Locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, destinado ao armazenamento de bens patrimoniais pertencentes ao MPBA, situado na Rodovia BA 526, CIA Aeroporto, Km 12, nº 1.559, São Cristóvão, Salvador/BA
Valor:	R\$ 1.377.256,96 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	19/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400023692202449
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	053/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n

00 DIRETO LTDA, CNPJ nº 13.061.189/0001-50

Objeto:	Capacitação e desenvolvimento profissional de servidores e membros do MPBA por meio do curso de processo civil: hipóteses em que o Ministério Público deve intervir		
Valor:	R\$ 8.000,00 (oto mil reais0		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101 /0007 - CEAF		
Data da Autorização:	21 /08/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909021850021915202411		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	173 /2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	043 /2023		
Favorecido (a):	Cereja do Bolo Produções e Comércio Ltda, CNPJ nº 21.979.987/0001-08		
Objeto:	Contratação de empresa para aquisição e entrega de lanche para evento institucional		
Valor:	R\$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101 /0015 - CEDUC		
Data da Autorização:	21 /08/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909009130019021202491		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	144 /2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	043 /2023		
Favorecido (a):	Jefferson da Silva Santos, CNPJ nº 36.668.722 /0001-66		
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça do Conde, pelo período de 12 meses		
Valor:	R\$ 10.200,00 (dez mil oitocentos e duzentos reais)		





Data da Autorização:	19/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909020240024299202414
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	054/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Elenkos Serviços Educacionais Ltda, CNPJ nº 41.987.234/0001-51
Objeto:	"Capacitação por meio do curso presencial ""Orçamento Estimativo e Pesquisas de Preços: Prática Avançada para análise de legalidade das contratações públicas"""
Valor:	R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0039 – CEAT
Data da Autorização:	19/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360015752202451
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	152/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Claudia Alvares dos Santos, CNPJ nº 51.280.979/0001-30
Objeto:	Aquisição de ferragens
Valor:	R\$ 10.873,00 (dez mil oitocentos e setenta e três reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	18/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008960022553202457
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	172/2024



Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Ação Segurança Eletrônica Ltda, CNPJ Nº 33.412.384/0001-09
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Criminal de Ilhéus, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 4.560,00 (quatro mil quinhentos e sessenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0024 – Promotoria de Justiça Regional de Ilhéus
Data da Autorização:	18/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909015540020204202487
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	166/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Elisson Cabral Santana Junior, CNPJ nº 27.934.521/0001-72
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Camacan, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 10.440,00 (dez mil quatrocentos e quarenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0025 – Promotoria de Justiça Regional de Itabuna
Data da Autorização:	18/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909013050020142202475
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	179/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Santos Santana Serviço e Comércio Ltda, CNPJ nº 11.218.504/0001-07
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a referida Promotoria de Justiça, 24 (vinte e quatro

validade, por período de 12 (doze) meses



Valor:	R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0031 – Promotoria de Justiça Regional de Camaçari
Data da Autorização:	18/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023340014992202469
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	110/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Fraga Construções Ltda, CNPJ 35.809.568/0001-32
Objeto:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço comum de engenharia: Elaboração de projeto executivo para recuperação das fachadas do prédio principal do Ministério Público do Estado da Bahia, localizado Sede Nazaré
Valor:	R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	18/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010430011587202444
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	096/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Cleber Cerqueira Oliveira, CNPJ nº 50.641.201/0001-46
Objeto:	Prestação de serviço de manutenção corretiva nos aparelhos condicionadores de ar modelo split instalados nas Promotorias de Justiça de Mundo Novo e Capim Grosso e prestação de serviços de remoção e reinstalação de aparelho condicionador de ar na Promotoria de Justiça de Mairí
Valor:	R\$ 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0033 – Promotoria de Justiça Regional de Jacobina



Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008540020285202455
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	048/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Diogo Guanabara Sociedade Individual de Advocacia, CNPJ nº 55.158.767/0001-35
Objeto:	Capacitação do Encarregado de dados e de servidores no âmbito da implantação da Lei Geral de Proteção de dados no MPBA
Valor:	R\$ 16.500.00 (dezesseis mil e quinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0021 – Diretoria de Tecnologia da informação
Data da Autorização:	14/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023350001899202433
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	040/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	508/2024
Favorecido (a):	MACJ Engenharia e Construção Ltda, CNPJ nº 47.465.824/0001-09
Objeto:	Prestação de serviço comum de engenharia para adequação das instalações de prevenção e combate a incêndio e pânico do edifício sede da Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro
Valor:	R\$ 80.000.00 (oitenta mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0026 – Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro
Data da Autorização:	14/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010650010591202423
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação



Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	LD Soluções Visuais Ltda, CNPJ nº 47.208.510/0001-12
Objeto:	Prestação de serviços de confecção de placa externa para as Promotorias de Justiça de Remanso e Píloão Arcado – Bahia
Valor:	R\$ 4.082,00 (quatro mil oitenta e dois reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0026 – Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro
Data da Autorização:	14/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023350019988202471
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	157/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	JTEC Elétrica e Manutenção Ltda, CNPJ nº 23.865.563/0001-48
Objeto:	Prestação de serviço comum de engenharia para adequação de layout no 2º subsolo da sede CAB do Ministério Público do Estado da Bahia
Valor:	R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	14/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909022140019156202406
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	045/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Inspet Instituto de Ensino e Pesquisa, CNPJ nº 0.070.152/0001-47
Objeto:	"Capacitação, mediante inscrição de 01 servidor no curso ""Urbanismo Social e Segurança Pública""



Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0019 – CEOSP
Data da Autorização:	13/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909020770021870202452
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	052/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda, CNPJ nº 18.133.018/0001-27
Objeto:	Capacitação por meio da inscrição de uma servidora no curso Auditoria em Folha de Pagamento baseada em riscos (ABR), na modalidade On line (ao vivo) nos dias 19 a 23 de agosto de 2024, com carga horária de 20h
Valor:	R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	14/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909019140018087202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	154/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Panakum Comércio de Gás Ltda, CNPJ nº 08.633.523/0001-87
Objeto:	Fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garraões devidamente higienizados, fabricados em embalagem de polipropileno transparente, com tampa de pressão e lacre, e capacidade para 20 (vinte) litros, visando atender as exigências da Promotoria de Justiça de Ituberá, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0054 – Promotoria de Justiça Regional de Valença
Data da Autorização:	08/08/2024



Processo Administrativo (SEI):	1909010100020352202496
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	153/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Éricles Santos Ramos, CNPJ nº. 29.943.823/0001-32
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa, pelo período de 12 meses
Valor:	R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0051 – Promotoria de Justiça Regional de Itaberaba
Data da Autorização:	08/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023350005794202441
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	050/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, caput, da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	486/2024
Favorecido (a):	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, CNPJ nº 15.139.629/0001-94
Objeto:	Obra em rede de distribuição elétrica urbana de propriedade da COELBA para atendimento da futura sede da Promotoria de Justiça Regional de Senhor do Bonfim
Valor:	R\$ (x)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	08/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008570008122202427
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	040/2024



Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	One Cursos Treinamento e Capacitação Ltda, CNPJ nº 06.012.731/0001-33
Objeto:	"Capacitação mediante a inscrição de 02 servidoras no Curso online "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei 14.133/2021, fase, procedimentos da contratação pública, estudos técnicos preliminares, mapa de riscos, portal nacional de compras públicas"
Valor:	R\$ 4.580,00 (quatro mil, quinhentos e oitenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 - Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	07/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909018320009266202425
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	146/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	M C da Silva Cordeiro ME, CNPJ nº 13.307.619/0001-95
Objeto:	Fornecimento contínuo estimado de 200 garrações de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações devidamente higienizados, fabricados em embalagem de polipropileno transparente, com tampa de pressão e lacre, e capacidade para 20 (vinte) litros, para atender a necessidade da Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuipe
Valor:	R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0047 - Promotoria de Justiça Regional de Serrinha
Data da Autorização:	07/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909480490021566202467
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	169/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n



Objeto:	Aquisição de 200 (duzentas) camisas em malha de algodão com impressão em silk screem em uma cor, localizado na frente, costas e mangas
Valor:	R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0006 – CAOCRIM
Data da Autorização:	06/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909480710021628202480
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	044/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing, CNPJ nº 61.825.675/0004-07
Objeto:	Capacitação e desenvolvimento profissional por meio da inscrição de 06 servidores da Coordenadoria de Comunicação Social – CECOM do MPBA no curso de marketing de conteúdo
Valor:	R\$ 6.498,00 (seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0029 – Coordenadoria de Comunicação Social – Cecom
Data da Autorização:	05/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360015345202415
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	137/2024 – 90011/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	ELC Engenharia Ltda, CNPJ nº 29.796.882/0001-25
Objeto:	Contratação de serviço comum de engenharia para inspeção das fachadas da sede do Ministério Público do Estado da Bahia, localizada no Centro Administrativo da Bahia.
Valor:	R\$ 31.850,00 (trinta e um mil, oitocentos e cinquenta reais)



Data da Autorização:	03/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008960017138202479
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	140/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Telecom Segurança Eletrônica Ltda, CNPJ nº 09.511.516/0001-75
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça de Canavieiras, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0024 – Promotoria de Justiça Regional de Ilhéus
Data da Autorização:	01/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400021857202408
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	047/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda, CNPJ nº 02.085.842/0001-19
Objeto:	Assinatura do plano anual do Dicionário On-line Houaiss Corporativo, de Língua Portuguesa, até 3 acessos simultâneos, para o Centro de Estudos do MPBA
Valor:	R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 – CEAF
Data da Autorização:	01/08/2024
Link:	download



Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	160/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	483/2024
Favorecido (a):	SS Viver Viagens e Turismo Ltda, CNPJ nº 02.548.313/0001-04
Objeto:	Prestação de serviços de fornecimento de passagens terrestres, intermunicipais e interestaduais, via sistema de auto-reserva
Valor:	R\$ 59.904,90 (cinquenta e nove mil, novecentos e quatro reais e noventa centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	01/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490014868202403
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	125/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	435/2024
Favorecido (a):	Empresa L F Deisnsetização Prolongada LTDA, CNPJ nº 33.822.545/0001-32
Objeto:	Prestação de serviços de lavagem e higienização de reservatório de água potável das sedes do MPBA
Valor:	R\$ 19.640,00 (dezenove mil, seiscentos e quarenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	19/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009530014955202487
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	119/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n



Objeto:	Contratação de empresa que preste o serviço de fornecimento e instalação de motor elétrico de portão de correr, incluindo pintura do portão e 10 (dez) controles de acesso, na Promotoria de Justiça de Dias D Ávila – BA, devendo ser contemplado os serviços de obra civil		
Valor:	R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0031 – Promotoria de Justiça Regional de Camaçari		
Data da Autorização:	30/07/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909018150017757202475		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	136/2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	043/2023		
Favorecido (a):	Jurandir Borges de Oliveira, CNPJ nº 34.670.576/0001–88		
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentoseencomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Conceição do Coité, pelo período de 12 meses		
Valor:	R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0047 – Promotoria de Justiça Regional de Serrinha		
Data da Autorização:	29/07/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909008720017879202464		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	156/2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	s/n		
Favorecido (a):	Jurandir Borges de Oliveira, CNPJ nº 34.670.576/0001–88		
Objeto:	Prestação de serviços de jardinagem para atender a Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana/BA pelo período de 12 (doze) meses		
Valor:	R\$ 17.599,20 (dezesete mil quinhentos e noventa e nove reais e vinte centavos)		



Data da Autorização:	29/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909480860011614202442
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	082/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	471/2024
Favorecido (a):	Floricultura Menina Flor LTDA, CNPJ nº 74.003.757/0001-75
Objeto:	Prestação de serviços de locação de móveis e ornamentação/decoração de ambiente
Valor:	R\$ 31.250,00 (trinta e um mil, duzentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	26/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021800018436202461
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	042/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Atoto Comunicações Ltda, CNPJ nº 51.916.891/0001-61
Objeto:	Contratação de empresa para proferimento de palestra da profª Bárbara Carine Soares Pinheiro, no evento do Ministério Público Seminário Sobre Combate Ao Bullying E Ao Racismo Nas Escolas, com o tema: "Educação Antirracista"
Valor:	R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0011 – CAODH
Data da Autorização:	26/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009450015709202442



Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	126/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	J P Serviços Comércio e Segurança Eletrônica Ltda EPP, CNPJ nº 08.358.867/0001-07
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 6.118,80 (seis mil cento e dezoito reais e oitenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0050 – Promotoria de Justiça Regional de Brumado
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009683202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 – 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Centurion Comércio e Serviços de Informática Eireli – ME, CNPJ nº 22.115.618/0001-30
Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 208,50 (duzentos e oito reais e cinquenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009683202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 – 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n



Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 624,96 (seiscentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009683202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 – 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Elétrica Vilemar Ltda, CNPJ nº 31.724.820/0001–50
Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 1.232,70 (um mil duzentos e trinta e dois reais e setenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009683202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 – 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Faz Vendas Ltda–ME, CNPJ nº 46.983.819/0001–17
Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 7.422,50 (sete mil quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009683202454



Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 – 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Fortsul, CNPJ nº 35.977.234/0001–78
Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 1.515,00 (um mil quinhentos e quinze reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009683202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 – 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Hidroluz Ltda, CNPJ nº 52.813.485/0001–36
Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 6.248,00 (seis mil duzentos e quarenta e oito reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009683202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 – 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Isadora Machado Soares, CNPJ nº 52.707.286/0001–43
Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 1.005,00 (um mil e cinco reais)



Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009683202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 - 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Kellyn Vieira, CNPJ nº 48.340.933/0001-54
Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 - Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009683202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 - 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Mais - Energia Componentes Elétricos Ltda, CNPJ nº 29.646.786/0001-09
Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 - Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009683202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 - 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021



Favorecido (a):	Maraluz Gestão de Negócios Ltda, CNPJ nº 22.189.023/0001-29
Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 507,50 (quinhentos e sete reais e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009683202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 – 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Robson de Souza Rodrigues, CNPJ nº 51.290.459/0001-08
Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009683202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 – 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Rosenilton Oliveira de Lima, CNPJ nº 29.604.467/0001-22
Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download



Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	099/2024 – 9005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Trajo Comércio e Serviços Ltda, CNPJ nº 36.007.350/0001-27
Objeto:	Aquisição de material elétrico
Valor:	R\$ 488,00 (quatrocentos e oitenta e oito reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	17/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023450014922202496
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	120/2024 – PCE nº 40.003.2024.0003
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Vip Refrigeração e Eletro Ltda, CNPJ nº 43.708.761/0001-05
Objeto:	Aquisição de refs para purificador de água, compatíveis com modelo soft da marca Everest (100 unidades)
Valor:	R\$ 3.199,00 (três mil e cento e noventa e nove reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	16/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023450014903202460
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	127/2024 – PCE nº 40.003.2024.0004
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Vip Refrigeração e Eletro Ltda, CNPJ nº 43.708.761/0001-05



Valor:	R\$ 14.808,10 (quatorze mil oitocentos e oito reais e dez centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	16/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360013015202498
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	109/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Startech Engenharia e Tecnologia Ltda. CNPJ nº 47.940.699/0001-33
Objeto:	Prestação de serviço técnico especializado para revisão e manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) da sede do Ministério Público localizada em Nazaré, com fornecimento de todo material e mão de obra necessários à sua realização, bem como a emissão de laudo de continuidade
Valor:	R\$ 7.850,00 (sete mil oitocentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	16/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	190900913001511202464
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	122/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	D&C Refrigeração Ltda. CNPJ nº 22.701.679/0001-89
Objeto:	Prestação de serviços de manutenção periódica e limpeza completa de 14 (quatorze) aparelhos de ar condicionado (split e ACJ-“janela”) na sede da Promotoria de Justiça Regional de Alagoinhas
Valor:	R\$ 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0030 – Promotoria de Justiça Regional de Alagoinhas



Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010000016467202476
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	135/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Proteção Manutenção de Extintores Ltda, CNPJ nº 28.016.387/0001-93
Objeto:	Aquisição de 02 (dois) extintores de pó ABC para a Promotoria de Justiça de Central, incluindo instalação e todo o material necessário
Valor:	R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0049 – Promotoria de Justiça Regional de Irecê
Data da Autorização:	16/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909026580015502202449
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	123/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Segmax – Sistema de Segurança Eletrônica Monitorada Ltda, CNPJ 05.452.852/0001-33
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em meio Ambiente de Valença, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 meses
Valor:	R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0054 – Promotoria de Justiça Regional de Valença
Data da Autorização:	16/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360010468202420
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica



Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Solução Materiais e Serviços, CNPJ 48.920.400/0001-41
Objeto:	Aquisição de material impermeabilizante e pintura
Valor:	R\$ 15.347,05 (quinze mil trezentos e quarenta e sete reais e cinco centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	16/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360010468202420
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	086/2024 – 9004/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Hydroluz Ltda, CNPJ 52.813.485/0001-36
Objeto:	Aquisição de material impermeabilizante e pintura
Valor:	R\$ 953,00 (novecentos e cinquenta e três reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	16/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360010468202420
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	086/2024 – 9004/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	JSR Comercio de Materiais Eletricos e Construção Ltda, CNPJ 37.070.939/0001-10
Objeto:	Aquisição de material impermeabilizante e pintura
Valor:	R\$ 104,50 (cento e quatro reais e cinquenta centavos)



Data da Autorização:	16/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360010468202420
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	086/2024 - 9004/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Bigpar Comercio de Parafusos, Ferramentas e Materiais Eletricos Ltda. CNPJ 07.645.527/0001-12
Objeto:	Aquisição de material impermeabilizante e pintura
Valor:	R\$ 2.129,00 (dois mil, cento e vinte e nove reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 - Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	16/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909456070018774202494
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	039/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Hednryo Inandy Jose de Souza, CPF 96****91
Objeto:	Contratação do professor para ministrar aulas do Curso de Análise de Riscos de Instalações e Pessoas nas disciplinas: "Introdução à Análise de Riscos de Instalações e Pessoas" e "Processo de Gestão de Riscos" - 20 horas
Valor:	R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0038
Data da Autorização:	16/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021800019552202416
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação



Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Flybiss Produções Ltda, CNPJ nº 32.227.413/0001-08
Objeto:	"Contratação de serviço de produção/transmissão online de vídeo e exibição local em painel de LED (3m x 2m) de evento institucional ""Igualdade étnico-racial na Agenda 2030: desafios e oportunidades na Bahia"" no Ministério Público do Estado Bahia,"
Valor:	R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0001 - CAODH
Data da Autorização:	12/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021850011630202487
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	038/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Alda Muniz Pepe, CPF 01 ****04
Objeto:	"Contratação da professora para ministrar o Curso de Aperfeiçoamento em Educação: formação de integrantes do MPBA, módulo ""Legislação aplicada à educação - 40h""
Valor:	R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0015 - CEDUC
Data da Autorização:	09/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909022820014676202469
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	036/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Marcelo Antonio Sampaio Lemos Costa, CPF 24****04

extração de evidências digitais - com carga horária de 03 horas/aula, na modalidade telepresencial, via plataforma teams, para quantitativo mínimo de 29 (vinte e nove) participantes"" para atender a Etapa/Fase nº 3 do convênio nº 890689""	
Valor:	R\$ 1.250,00 (mil, duzentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0019 - CEOSP
Data da Autorização:	09/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909022820014672202441
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	035/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Delmar Araujo Bittencourt, CPF 47*****91
Objeto:	"Contratação de instrutor para o curso de "Introdução à Investigação cibernética e cadeia de custódia""para atender a Etapa/Fase nº 3 do convênio federal nº 890689, celebrado com o Ministério da Justiça"
Valor:	R\$ 1.250,00 (mil, duzentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0019 - CEOSP
Data da Autorização:	09/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021800014605202416
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	112/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	378/2024
Favorecido (a):	Farol Acessibilidade e Inclusão Ltda, CNPJ nº 42.397.920/0001 - 35
Objeto:	Prestação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais - Libras/Língua Portuguesa para eventos institucionais
Valor:	R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0011 - CAODH





Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009730014757202429
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	124/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Rop Segurança Ltda, CNPJ nº 10.633.569/0001-48
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância,
Valor:	R\$ 9.878,76 (nove mil oitocentos e setenta e oito reais e setenta e seis centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0040 – Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis
Data da Autorização:	05/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010100012924202492
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	129/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Danilo Simões Oliveira, CNPJ nº 30.469.406/0001-89
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça Regional de Itaberaba, pelo período de 12 meses
Valor:	R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0051 – Promotoria de Justiça Regional de Itaberaba
Data da Autorização:	03/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909020240014681202406



Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	030/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, c da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	362/2024
Favorecido (a):	Schief Soluções em Tecnologia Ltda, CNPJ nº 55.276.631/0001-20
Objeto:	Licenciamento de uso de software da Schief.ai, na forma de assistente jurídico virtual especializado em licitações públicas e contratos administrativos, com realização de treinamento da equipe deste MPBA.
Valor:	R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil equinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0039 – CEAT
Data da Autorização:	27/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011280013460202478
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	103/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Josevan Silva Nogueira, CNPJ nº 30.455.180/0001-67
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça Regional de Serrinha pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 11.880,00 (onze mil oitocentos e oitenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0047 – Promotoria de Justiça Regional de Serrinha
Data da Autorização:	03/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011370011221202457
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	070/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n



Objeto:	Prestação de serviço de higienização de estofados das Promotorias de Justiça de Santo Amaro, Simões Filho e São Sebastião do Passé
Valor:	R\$ 2.790,00 (dois mil setecentos e noventa reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0055 – Promotoria de Justiça Regional de Simões Filho
Data da Autorização:	03/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909026770012639202410
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	101 / 2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	F M de Jesus Ltda, CNPJ nº 31.344.474/0001 –84
Objeto:	Aquisição de imantado com aplicação de adesivo leitoso fosco impresso em alta resolução para identificação visual da frota do Ministério Público do Estado da Bahia
Valor:	R\$ 8.658,00 (oito mil seiscentos e cinquenta e oito reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	03/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008540015403202425
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	031 / 2024
Fundamento Legal:	Art. 74, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	361 / 2024
Favorecido (a):	Lacuna Software Ltda, CNPJ nº 20.658.903/0001–71
Objeto:	Contratação de serviços de suporte técnico mensal ao componente de software Lacuna PKI Suite (componente para realizar operações com os Certificados Digitais de autenticação de usuários e assinatura digital de documentos em sistemas Web com certificados digitais do tipo A1 ou A3), incluindo correção de falhas e possíveis atualizações durante o período de 12 (doze) meses



Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0021 – Diretoria de Tecnologia da Informação
Data da Autorização:	21/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010870009127202424
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	081/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Joceara Pereira Alves Matos, CNPJ nº 04.024.243/0001 – 10
Objeto:	Fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações com capacidade para 20 (vinte) litros, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0036 – Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro
Data da Autorização:	28/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909022840010462202456
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	032/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Datavirtus Treinamento Ltda, CNPJ nº 49.543.975/0001 – 55
Objeto:	Contratação de 06 (seis) inscrições do Curso de Análise Financeira
Valor:	R\$ 2.874,00 (dois mil oitocentos e setenta e quatro reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0006 – GAECO
Data da Autorização:	28/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011480007585202451
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação



Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Jociel Rodrigues de Araujo, CNPJ nº 51.336.103/0001-68
Objeto:	Prestação de serviço de higienização para 17 (dezesete) aparelhos de ar condicionados localizados na sede da Promotoria de Justiça Regional de Teixeira de Freitas
Valor:	R\$ 4.390,00 (quatro mil trezentos e noventa reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0037 – Promotoria de Justiça Regional de Teixeira de Freitas
Data da Autorização:	28/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010000014609202468
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	105/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Dione da Silva Pereira, CNPJ nº 30.149.511/0001-30
Objeto:	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 12 (doze) aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de mão de obra, gás refrigerado e serviços afins e instalação de 02 (dois) aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de todos os materiais necessários, para equipamentos localizados na sede da Promotoria de Justiça Regional de Irecê
Valor:	R\$ 3.562,00 (três mil quinhentos e sessenta e dois reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0049 – Promotoria de Justiça Regional de Irecê
Data da Autorização:	28/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011480014951202409
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	128/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n



Objeto:	Prestação de serviços de jardinagem para atender a Promotoria de Justiça Regional de Teixeira de Freitas/BA pelo período de 12 (doze) meses		
Valor:	R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/00037 – Promotoria de Justiça Regional de Teixeira de Freitas		
Data da Autorização:	27/06/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909453400014902202417		
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	029/2024		
Fundamento Legal:	Art. 74, I da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	s/n		
Favorecido (a):	Editora Fórum Ltda, CNPJ nº: 41.769.803/0001-92		
Objeto:	Contratação de serviços para assinatura das Bibliotecas Digitais Fórum Livros 11ª Série (2023/2024) e 12ª Série (2024/2025), com acesso perpétuo, ilimitado e simultâneo de usuários		
Valor:	R\$ 64.720,00 (sessenta e quatro mil setecentos e vinte reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 – CEAF		
Data da Autorização:	27/06/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909008540007499202484		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	046/2024		
Fundamento Legal:	Art. 74, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	s/n		
Favorecido (a):	Marktel Serviços Digitais Ltda, CNPJ nº: 07.291.097/0001-88		
Objeto:	Prestação de serviços de comunicação e notificação por meio do serviço de envio de mensagens SMS (Short Message Service) para dispositivos móveis, incluindo o serviço de gerenciamento, licenciamento de uso da plataforma, aplicativos, infraestrutura e suporte técnico necessário pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses		
Valor:	R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)		



Data da Autorização:	25/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008540012763202472
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	085/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, IX da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Serviço Federal de Processamento de Dados SERPRO, CNPJ nº 33.683.111/006-03
Objeto:	Emissão de certificados certificados digitais, eCPF em nuvem, tipo A3, CERT-JUS, sem dispositivo, integração via API criptografada segundo as normas e especificações do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação ITI para a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ICP-Brasil, com validação por teleatendimento, visando atender à demanda do uso de Certificação Digital no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia
Valor:	R\$ 169.639,47 (cento e sessenta e nove mil seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0021 – Diretoria de Tecnologia da Informação
Data da Autorização:	21/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009856202404
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	104/2024-90007/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Sul Água Equipamentos Ltda, CNPJ nº 46.344.050/0001-97
Objeto:	Aquisição de material hidráulico
Valor:	R\$ 2.664,40 (dois mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	20/06/2024



Processo Administrativo (SEI):	1909023360009856202404
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	104/2024-90007/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	RM Comércio de Mercadorias e Materiais Ltda, CNPJ nº 20.784.313/0001-95
Objeto:	Aquisição de material hidráulico
Valor:	R\$ 1.961,40 (um mil e novecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	20/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009856202404
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	104/2024-90007/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Hydroluz Ltda, CNPJ nº 52.813.485/0001-36
Objeto:	Aquisição de material hidráulico
Valor:	R\$ 8.664,90 (oito mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	20/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009856202404
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	104/2024-90007/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n



Objeto:	Aquisição de material hidráulico		
Valor:	R\$ 1.965,00 (um mil e novecentos e sessenta e cinco centavos)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura		
Data da Autorização:	20/06/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009856202404		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	104/2024-90007/2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	s/n		
Favorecido (a):	Mara Julio Faccion, CNPJ nº 46.543.079/0001-06		
Objeto:	Aquisição de material hidráulico		
Valor:	R\$ 2.252,00 (dois mil e duzentos e cinquenta e dois reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura		
Data da Autorização:	20/06/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009856202404		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	104/2024-90007/2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	s/n		
Favorecido (a):	JSR Comércio de Materiais Elétricos e Construção Ltda, CNPJ nº 37.070.393/0001-10		
Objeto:	Aquisição de material hidráulico		
Valor:	R\$ 1.077,48 (um mil e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura		
Data da Autorização:	20/06/2024		
Link:	download		



Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	104/2024-90007/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Szata Comércio Varejista Ltda, CNPJ nº 42.883.960/0001-97
Objeto:	Aquisição de material hidráulico
Valor:	R\$ 6.192,20 (seis mil e noventa e dois reais e vinte centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	20/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360009856202404
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	104/2024-90007/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Jessica Torres Oliveira Epp, CNPJ nº 35.959.607/0001-88
Objeto:	Aquisição de material hidráulico
Valor:	R\$ 3.420,00 (três mil e quatrocentos e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	20/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909456070008187202493
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	132/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, IX da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, CNPJ nº 33.683.111/0001-07



Processamento = SERPRO, 1) CNPJ, 2) CNPJ, 3) CNPJ, 4) CNPJ, 5) Simples

Nacional	
Valor:	R\$ 45.164,70 (quarenta e cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e setenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0038
Data da Autorização:	20/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010430008434202489
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	100/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	M L Batista dos Santos Amaral, CNPJ nº 19.899.286/0001-17
Objeto:	Prestação de serviços de jardinagem, para atender à demanda da Promotoria de Justiça Regional de Jacobina
Valor:	R\$ 9.360,00 (nove mil trezentos e sessenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0033 - Promotoria de Justiça Regional de Jacobina
Data da Autorização:	20/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010000013052202433
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	093/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Tokaia Soluções em Segurança Eletrônica & TI, CNPJ Nº 31.887.729/0001-55
Objeto:	Fornecimento, substituição e instalação, com todo o material necessário, de um aparelho vídeo porteiro e uma fechadura elétrica de sobrepor para a sede da Promotoria de Justiça Regional de Irecê
Valor:	R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0049 - Promotoria de Justiça Regional de Irecê



Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400011740202496
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	034/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Adriana Ramos de Mello
Objeto:	Contratação da Instrutora Adriana Ramos de Mello, para realização do Curso "Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero", com carga horária de 12 horas / aula, na modalidade presencial, em Salvador/BA
Valor:	R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.601/0005 – CEAF
Data da Autorização:	18/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008540014884202478
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	107/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	GP Cabling Dist e Comercio Ltda, CNPJ nº 29.974.042/0001-05
Objeto:	Aquisição de 01 (um) testador de cabos RJ-45 profissional
Valor:	R\$ 15.746,00 (quinze mil setecentos e quarenta e seis reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.601/0003 – Diretoria de Tecnologia da Informação
Data da Autorização:	17/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360000458202481
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	026/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021



Favorecido (a):	Phileto Arquitetura e Construção Ltda, CNPJ nº 40.731.260/0001-51
Objeto:	Prestação de serviços de engenharia para manutenção corretiva da cobertura metálica da sede do Ministério Público do Estado da Bahia
Valor:	R\$ 99.752,01 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e um centavo)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	20/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909456070008167202450
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	017/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	336/2024
Favorecido (a):	Verifact Tecnologia Ltda, CNPJnº 32.797.434/0001-50
Objeto:	Contratação de solução online para captura técnica de conteúdos da internet com a finalidade de produção de provas documentais digitais
Valor:	R\$ 24.250,00 (vinte e quatro mil e duzentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0038
Data da Autorização:	12/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023350001897202419
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	017/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	178/2024
Favorecido (a):	Construtora Ribeiro Teixeira Ltda, CNPJ nº. 04.967.561/0001-15
Objeto:	Prestação de serviços comum de engenharia para construção de rampa e adequação de escada na sede da Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria da Vitória.
Valor:	R\$79.216,06 (setenta e nove mil, duzentos e dezesseis reais e seis centavos)



Data da Autorização:	19/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400009392202453
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	080/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável SUSTENTE, CNPJ nº. 09.023.204/0001-12
Objeto:	Prestação de serviços com vistas ao planejamento, organização, coordenação, avaliação e realização de quatro seleções públicas de estudantes, para participação no Programa de Estágios do Ministério Público do Estado da Bahia, para lotação tanto na Capital como no Interior do Estado, com aplicação das provas integralmente na modalidade online, podendo ser para quaisquer dos seguintes cursos: Ensino Médio, Graduação em Direito e outros cursos ou Pós-Graduação na área jurídica e áreas administrativas
Valor:	R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.601/0005 - CEAF
Data da Autorização:	14/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	190913250013005202469
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	090/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	A Página Distribuidora de Livros Ltda, CNPJ nº 01.795.809/0001-10 e Livraria e Distribuidora Multicampi Ltda, CNPJ nº 41.984.014/0006-89
Objeto:	Aquisição de livros na área de Direito Eleitoral
Valor:	R\$ 1.215,42 (um mil duzentos e quinze reais e quarenta e dois centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 - CEAF
Data da Autorização:	14/06/2024



Processo Administrativo (SEI):	1909011370010324202483
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	069/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Safe Seguranca Electronica Ltda,CNPJ nº 05.688.944/0001-17
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para as Promotorias de Justiça dos municípios de Santo Amaro/BA e Candeias/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12(doze) meses.
Valor:	R\$ 11.916,00 (onze mil, novecentos e dezesseis reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0055 – Promotoria de Justiça Regional de Simões Filho
Data da Autorização:	12/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400015388202424
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	033/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Adapta Soluções Digitais Ltda, CNPJ nº 28.839.415/0001-72
Objeto:	"Inscrição de 01 (um) servidor no evento ""Moodle Moot Brasil 2024"""
Valor:	R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.601/0005 – CEAF
Data da Autorização:	13/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021900012504202438
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	028/2024



Parecer Jurídico nº:	326/2024
Favorecido (a):	Imagem Geosistemas e Comércio Ltda, CNPJ nº 67.393.181/0001-34
Objeto:	Atualização de 06 (seis) licenças do software de Geoprocessamento ArcGIS e também de 01 (uma) atualização da extensão Spatial Analyst do mesmo software
Valor:	R\$ 44.350,11 (quarenta e quatro mil trezentos e cinquenta reais e onze centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0009 – CEAMA
Data da Autorização:	09/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011130012853202471
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	087/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Supermercado Costa Azul Ltda, CNPJ nº 04.949.762/0001-90
Objeto:	Aquisição de materiais de limpeza e higiene pessoal para atender a Promotoria de Justiça Regional de Seabra
Valor:	R\$ 920,07 (novecentos e vinte reais e sete centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0042 – Promotoria de Justiça Regional de Seabra
Data da Autorização:	12/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360011449202497
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	092/2024-90006/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Maiana dos Santos Alves, CNPJ nº 36.463.427/0001-73
Objeto:	Aquisição de materiais para revestimento interno e externo



Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	10/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021850014860202496
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	114/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Farol Acessibilidade e Inclusão Ltda, CNPJ nº 42.397.920/0001–35
Objeto:	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para evento a ser realizado pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional da Defesa da Educação
Valor:	R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0015 – CEDUC
Data da Autorização:	09/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023350005298202461
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	021/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Moving Capacitações Ltda, CNPJ nº 42.864.563/0001–78
Objeto:	"Inscrição no curso ""Planejamento das licitações, com enfoque e, obras e serviços de engenharia"" para 05 (cinco) servidores da Diretoria de Engenharia e Arquitetura"
Valor:	R\$ 3.485,00 (três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	09/06/2024
Link:	download



Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	076/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Proteção – Comércio e Serviços de Alarmes Ltda, CNPJ nº 07.426.852/0001-94
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para atender à Promotoria de Justiça Especializada em Combate à Sonegação Fiscal de Barreiras - Unidade do CIRA de Barreiras pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0022 – Promotoria de Justiça Regional de Barreiras
Data da Autorização:	09/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909022820008262202482
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	024/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Techbiz Forense Digital Ltda, CNPJ nº 05.757.597/0002-18
Objeto:	Aquisição de copiador e duplicador forense de discos rígidos e dispositivos USB Falcon NEO, conforme convênio nº 890689, firmado entre o MPBA e o Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Valor:	R\$ 320.610,76 (trezentos e vinte mil, seiscentos e dez reais e setenta e seis centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0019 – CEOSP
Data da Autorização:	09/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011370007390202412
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	073/2024



Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Preserve Saúde Ambiental, CNPJ nº 21.437.668/0001-70
Objeto:	Prestação de serviços de capinagem na área externa da Promotoria de Justiça de Santo Amaro
Valor:	R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0055 - Promotoria de Justiça Regional de Simões Filho
Data da Autorização:	05/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021910009812202459
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	059/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	REPREMIG - Representação e Comércio de Minas Gerais Ltda, CNPJ nº 65.149.197/0002-51
Objeto:	Aquisição de 02 (duas) TVs de 65 polegadas com suporte de fixação de parede
Valor:	R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0009 - CEAMA
Data da Autorização:	06/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909020760013586202423
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	027/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	ESAFI - Escola de Administração e Treinamento, CNPJ nº 35.963.479/0001-46
Objeto:	"Capacitação de 02 servidoras da controladoria no evento ""5ª Semana nacional sobre a nova lei de licitações e contratos"""



Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	05/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008720015544202415
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	118/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Imagine Publicidade Ltda, CNPJ nº 24.163.746/0001 –84
Objeto:	Prestação de serviços de transmissão online de evento institucional a ser realizado na Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana
Valor:	R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0023 – Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana
Data da Autorização:	05/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008720015122202468
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	113/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Maurício da Silva Ferreira – ME, CNPJ nº 12.002.098/0001 –03
Objeto:	Prestação de serviços de produção musical para evento institucional a ser realizado na Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana
Valor:	R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0023 – Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana
Data da Autorização:	05/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909408830009881202425
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação



Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal N° 14.133/2021
Parecer Jurídico n°:	s/n
Favorecido (a):	Open Soluções Tributárias Ltda, CNPJ n° 09.094.300/0001-51
Objeto:	Realização de curso In Company "Gestão Tributária de Contratos e Convênios", com carga horária de 24 horas/aulas totais, para 20 servidores do MPBA
Valor:	R\$ 40.300,00 (quarenta mil e trezentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.601/0005 – CEAF
Data da Autorização:	04/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008720015041202483
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
N° da Dispensa/Inexigibilidade:	110/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal N° 14.133/2021
Parecer Jurídico n°:	s/n
Favorecido (a):	Roseney Alves da Fonseca, CNPJ n° 12.471.480/0001-58
Objeto:	Prestação de serviços de decoração, buffet e recepção para evento institucional a ser realizado na Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana
Valor:	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0023 – Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana
Data da Autorização:	04/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008720014805202480
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
N° da Dispensa/Inexigibilidade:	108/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal N° 14.133/2021
Parecer Jurídico n°:	s/n
Favorecido (a):	Luiz C B de Oliveira, CNPJ n° 63.244.305/0001-69

Regional de Feira de Santana

Valor:	R\$ 3.614,00 (três mil seiscentos e quatorze reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0023 – Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana
Data da Autorização:	03/06/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023450009972202475
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	084/2024–90003/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Carisa Informações e Vendas Ltda, CNPJ nº 09.211.866/0001–16
Objeto:	Aquisição de toners, kits fotocondutores e cartuchos de tinta
Valor:	R\$ 1.005,00 (um mil e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	29/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023450009972202475
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	084/2024–90003/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Renata Bopsin da Silveira, CNPJ nº 53.117.090/0001–61
Objeto:	Aquisição de toners, kits fotocondutores e cartuchos de tinta
Valor:	R\$ 4.349,70 (quatro mil trezentos e quarenta e nove reais e setenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	29/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023450009972202475





Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	084/2024-90003/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Felipe Marcel Volpato, CNPJ nº 47.018.307/0001-83
Objeto:	Aquisição de toners, kits fotocondutores e cartuchos de tinta
Valor:	R\$ 12.388,32 (doze mil trezentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 - Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	29/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023450009972202475
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	084/2024-90003/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	J.S.A Comércio Ltda, CNPJ nº 54.361.487/0001-67
Objeto:	Aquisição de toners, kits fotocondutores e cartuchos de tinta
Valor:	R\$ 5.225,60 (cinco mil duzentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 - Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	29/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023450009972202475
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	084/2024-90003/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	V. C. da Rocha Distribuidora, CNPJ nº 05.808.979/0001-42
Objeto:	Aquisição de toners, kits fotocondutores e cartuchos de tinta



Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	29/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008960012771202465
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	091/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Ação Segurança Eletrônica Ltda, CNPJ nº 33.412.384/0001-09
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça de Itacaré, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0024 – Promotoria de Justiça Regional de Ilhéus
Data da Autorização:	29/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909456070013320202437
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	102/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Modelisbobb Assistência Técnica Ltda, CNPJ nº 24.464.211/0001-43
Objeto:	Aquisição de 01 (uma) aeronave remotamente tripulada (drone) tipo quadricóptero, com acessórios
Valor:	R\$ 10.749,90 (dez mil setecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0038
Data da Autorização:	29/05/2024
Link:	download



Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	064/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Malaquias Comércio de Gás Ltda. CNPJ nº 11.163.308/0001-74
Objeto:	Fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garraões com capacidade para 20 (vinte) litros, para atender Promotoria de Justiça de Concelição do Coité pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 1.728,00 (um mil setecentos e vinte e oito reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0047- Promotoria de Justiça Regional de Serrinha
Data da Autorização:	29/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909480710004388202468
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	054/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	215/2024
Favorecido (a):	F M de Jesus Eireli, CNPJ nº 31.344.474/0001-84
Objeto:	Fornecimento de itens de comunicação visual interna e externa, compreendendo confecção, entrega e instalação na capital e/ou região metropolitana de Salvador/BA
Valor:	R\$ 42060,00 (quarenta e dois mil e sessenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0029 - CECOM
Data da Autorização:	04/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909018150010879202441
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	065/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021



Favorecido (a):	Infrared Tecnologia em Segurança Eletrônica Ltda, CNPJ nº 01.727.865/0001-17
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça de Conceição do Coité pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 7.176,00 (sete mil, cento e setenta e seis reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101 / 0047 – Promotoria de Justiça Regional de Serrinha
Data da Autorização:	29/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	190901016001132202452
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	075/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Ação Segurança Eletrônica Ltda, CNPJ nº 33.412.384/0001-09
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Regional de Itabuna pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101 / 0025 – Promotoria de Justiça Regional de Itabuna
Data da Autorização:	29/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490008751202458
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	045/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	PHM Construções e Combate a Incêndio Ltda, CNPJ nº 02.545.164/0001-20
Objeto:	Realização de serviço contínuo de manutenção e recarga de extintores de incêndio do Ministério Público do Estado da Bahia



Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	27/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909020770011734202407
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação – CANCELADA
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	025/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	loc Capacitação Ltda, CNPJ nº 0.825.457/0001–99
Objeto:	Inscrição de 1 (uma) servidora no curso avançado de auditoria em folha de pagamento no Setor Público de 10 a 13 de junho de 2024, na modalidade presencial, a realizar-se em Brasília,DF, com carga horária de 20h
Valor:	R\$ 3.890,00 (três mil oitocentos e noventa reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	27/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009130010520202445
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	061/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Wlisses Jesus Santos, CNPJ nº 45.946.948/0001–72
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega de diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender a Promotoria de Justiça de Olindina, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0030– Promotoria de Justiça Regional de Alagoinhas
Data da Autorização:	23/05/2024
Link:	download



Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	058/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Ademilson dos Santos Sabino, CNPJ nº 30.130.360/0001-79
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega de diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender a Promotoria de Justiça de Itapicuru, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0030- Promotoria de Justiça Regional de Alagoinhas
Data da Autorização:	23/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909480860008403202469
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	044/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	M.M.Artefatos em Acrílico, Comércio, Indústria, Serviços Ltda, CNPJ nº 00.899.984/0001-94
Objeto:	Confecção de placas de reservados para assentos em acrílico transparente
Valor:	R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 - Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	23/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023240012906202432
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	022/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n

Objeto:	Inscrição de servidores no treinamento e aperfeiçoamento de pessoal denominado Premium Day para 05 servidores
Valor:	R\$ 4.740,00 (quatro mil, setecentos e quarenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	17/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400012472/202479
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	019/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	ABERJE – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial. CNPJ nº 43.147.693/0001–52
Objeto:	Inscrição de 02 (dois) servidores da CECOM no curso completo de Comunicação pública, na modalidade on–line
Valor:	R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 – CEAF
Data da Autorização:	20/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909020240012506202410
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	020/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	IQUALI – Instituto de qualificação profissional Ltda, CNPJ nº 13.517.609/0001–84
Objeto:	Inscrição de 03 servidores do CEAT no curso de vant´ s/Drones – Conhecimentos Aeronáuticos, legislação, prática d epilotagem, mapeamento e processamento
Valor:	R\$ 4.740,00 (quatro mil, setecentos e quarenta reais)





Data da Autorização:	17/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009940007419202490
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	083/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Tapera Segurança Eletrônica Ltda, CNPJ nº 06.218.065/0001-94
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Regional de Ibotirama, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0046 – Promotoria de Justiça Regional de Ibotirama
Data da Autorização:	17/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909020240010653202437
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	018/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, CNPJ nº 07.437.563/0001-90
Objeto:	Inscrição de 02 analistas em Curso Online de regularização fundiária urbana
Valor:	R\$ 1.200,00 (mil e duzentos e reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0039 – CEAT
Data da Autorização:	17/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909008960005992202445
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	063/2024



Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Grace Kally Martins Metzker, CNPJ nº 47.864.807/0001-36
Objeto:	Contratação de empresa de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado Split, com fornecimento de mão de obra, gás refrigerado e serviços afins, das Promotoria de Justiça de Ilhéus, Canavieiras, Uruçuca
Valor:	R\$ 11.725,00 (onze mil setecentos e vinte e cinco reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0024 – Promotoria de Justiça Regional de Ilhéus
Data da Autorização:	17/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	190901113001053202473
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	062/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	ESRC Serviços de Refrigeração Ltda, CNPJ nº 10.492.006/0001-87
Objeto:	Prestação de serviços de instalação e higienização de aparelhos de ar condicionado para a Promotoria de Justiça de Lençóis
Valor:	R\$ 5.612,00 (cinco mil seiscentos e doze reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0042 – Promotoria de Justiça Regional de Seabra
Data da Autorização:	17/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021910009527202404
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	079/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Geologia BR – Comércio e Serviços Ltda, CNPJ nº 10.388.703/0001-92
Objeto:	Aquisição de equipamento GPS (sistema de Posicionamento Global) para atender a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Bom



Valor:	R\$ 3.549,00 (três mil quinhentos e quarenta e nove reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0009 – CEAMA
Data da Autorização:	17/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021800010043202492
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	077/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Clara Meili Fragoso da Silva, CNPJ nº 34.426.547/0001-75
Objeto:	Contratação de empresa para aquisição e entrega de 150 refeições prontas para evento institucional
Valor:	R\$ 6.825,00 (seis mil oitocentos e vinte e cinco reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0011 – CAODH
Data da Autorização:	16/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909022820006853202416
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	053/2024 – 90002/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Mult Books Ltda, CNPJ nº 02.117.769/0001-10
Objeto:	Aquisição de livros, objeto de contrapartida do Convênio nº 890689, firmado entre o MPBA e o Ministério da Justiça e Segurança Pública
Valor:	R\$ 1.512,00 (hum mil, quinhentos e doze reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0019 – CEOSP
Data da Autorização:	15/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490006562202461



Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	043/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Luis Roniel Ferreira Guimarães, CNPJ nº 12.580.701/0001-26
Objeto:	Prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva de máquinas fragmentadoras de papel do Ministério Público do Estado da Bahia
Valor:	R\$ 4.472,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e dois reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	13/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360006465202432
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	034/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Inove Engenharia Térmica Ltda, CNPJ nº 00.598.187/0001-77
Objeto:	Aquisição de unidade evaporadora tipo VRF
Valor:	R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	11/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909408110007593202425
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	015/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Instituto Brasileiro de Valorização e Capacitação– IBVC LTD, CNPJ nº 48.205.748/0001-57

Pessoas = Documento Nacional de Identificação de Pessoas, de 15 a 17/05/2024	
Valor:	R\$ 2.390,00 (dois mil trezentos e noventa reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	09/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360005452202422
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	021/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	205/2024
Favorecido (a):	Elevadores Alas Schindler LTDA, CNPJ nº 00.028.986/0004–50
Objeto:	Prestação de Serviços de Engenharia de Manutenção Preventiva, Corretiva e serviços emergenciais em 05(cinco) elevadores, com fornecimento total de peças, na sede CAB do Ministério Público do Estado Bahia.
Valor:	R\$ 84.909,00 (oitenta e quatro mil novecentos e nove reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	08/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010650008654202444
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	071/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	PETRPEX–petrolina Peças e Extintores LTDA, CNPJ nº 35.693.084/0001–70
Objeto:	Serviço de recarga de 09 extintores, localizados no interior das dependências da promotoria regional de justiça de Juazeiro–BA
Valor:	R\$1.140,00 (mil cento e quarente reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0026 – Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro
Data da Autorização:	08/05/2024





Processo Administrativo (SEI):	1909020240010239202449
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	016/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Sociedade Brasileira de Arborização Urbana,CNPJ nº 68.707.868/0 001-60
Objeto:	Inscrição no X Encontro Nordestino de Arborização Urbana no período de 14/05/2024 a 16/05/2024.
Valor:	R\$1.140,00 (mil cento e quarente reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0039 – CEAT
Data da Autorização:	08/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023290005974202449
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	014/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Premier Treinamentos e Contabilidade Ltda, CNPJ nº 09.321.398./0001-32
Objeto:	Contratação do Curso de Departamento Pessoal com ênfase em folha de pagamento e e-social, de Acordo com a Nova Reforma trabalhista, e Prática de cálculos diversos de folha de pagamento, 13º salário, férias e rescisão, na modalidade presencial.
Valor:	R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	04/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909019500008739202439
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	057/2024



Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Tecnoagil Telecomunicações e Sistema de Segurança Ltda, CNPJ nº 07.768.523/0001-21
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça de Poções, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 4.899,00 (quatro mil oitocentos e noventa e nove reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0013 – Promotoria de Justiça Regional de Vitória da Conquista
Data da Autorização:	04/05/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360004736202454
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	028/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	223/2024
Favorecido (a):	Sei Solucoes integradas Ltda, CNPJ nº 62.005.301/0001-64
Objeto:	Prestação de serviços contínuos de engenharia para manutenção preventiva e corretiva nas subestações abrigadas nas unidades do Ministério Público do Estado da Bahia (CAB, CEAF, Nazaré e Palacete Ferraro), em Salvador, e na Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana
Valor:	R\$ 71.623,00 (setenta e um mil seiscentos e vinte e três reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	30/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360005616202406
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	019/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	225/2024
Favorecido (a):	Amplimag Controles Eletronicos Ltda, CNPJ nº 62.005.301/0001-65

Of (unir) notebook, para a sede do Ministério Público do Estado da Bahia, localizada no Centro Administrativo da Bahia

Valor: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)

Unidade Orçamentária / Gestora: 40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Data da Autorização: 30/04/2024

Link: [download](#)

Processo Administrativo (SEI): 1909008570006678202407

Modalidade de Contratação: Dispensa de Licitação

Nº da Dispensa/Inexigibilidade: 049/2024

Fundamento Legal: Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021

Parecer Jurídico nº: 212/2024

Favorecido (a): Verzzon Administração de Serviços Ltda, CNPJ nº 07.815.993/0001-07

Objeto: Prestação de serviços de continuados de manobristas com dedicação exclusiva de mão de obra

Valor: R\$ 34.801,22 (trinta e quatro mil, oitocentos e um reais e vinte e dois centavos)

Unidade Orçamentária / Gestora: 40.101/0003 – Diretoria Administrativa

Data da Autorização: 02/05/2024

Link: [download](#)

Processo Administrativo (SEI): 1909023350003904202403

Modalidade de Contratação: Dispensa de Licitação

Nº da Dispensa/Inexigibilidade: 024/2024

Fundamento Legal: Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021

Parecer Jurídico nº: s/n

Favorecido (a): R.N Engenharia Ltda, CNPJ nº 26.757.074/0001-60

Objeto: Prestação de serviço comum de engenharia para adequação das instalações do restaurante e da lanchonete localizados no pavimento térreo da Sede CAB do Ministério Público do Estado da Bahia

Valor: R\$ 54.058,07 (cinquenta e quatro mil cinquenta e oito reais e sete centavos)

Unidade Orçamentária / Gestora: 40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura





Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360006271202432
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	018/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	R.N Engenharia Ltda, CNPJ nº 26.757.074/0001-60
Objeto:	Prestação de serviços de engenharia para vedação de esquadrias, incluindo fornecimento de materiais, do CEAF do Ministério Público do Estado da Bahia
Valor:	R\$ 12.991,88 (doze mil novecentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	30/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360000466202440
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	047/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	R.N Engenharia Ltda, CNPJ nº 26.757.074/0001-60
Objeto:	Prestação de serviços de engenharia para tratamento de fachada (rejuntamento e impermeabilização) do 2º pavimento do Ministério Público do Estado da Bahia, com sede em Nazaré, situada na Av. Joana Angélica, nº 1.312, Nazaré, Salvador – Bahia
Valor:	R\$ 8.829,06 (oito mil oitocentos e vinte e nove reais e seis centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	30/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360005940202443
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação



Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	R.N Engenharia Ltda, CNPJ nº 26.757.074/0001-60
Objeto:	Prestação de serviços de engenharia para manutenção de fachada (tratamento e pintura) do Edifício Anexo da Sede do Ministério Público do Estado da Bahia localizado na Av. Joana Angélica, nº 1312, Salvador -Bahia
Valor:	R\$ 49.855,92 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	30/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360010538202425
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	067/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Raquel Rodrigues de Andrade, CNPJ 18.244.534/0001-29
Objeto:	Prestação de serviço de engenharia para retirada e assentamento de novos revestimentos nos pisos dos sanitários masculinos do 1º subsolo, 1º andar e 3º andar, bem como dos sanitários femininos do 2º andar e 3º andar da sede do Ministério Público do Estado da Bahia, localizada no Centro Administrativo da Bahia,
Valor:	R\$ 14.852,11 (quatorze mil oitocentos e cinquenta e dois reais e onze centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	25/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010000008682202495
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	060/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021



Favorecido (a):	Dibama Distribuidora de Água Mineral Ltda, CNPJ 10.711.977/0001-70
Objeto:	Fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garraões devidamente higienizados, fabricados em embalagem de polipropileno transparente, com tampa de pressão e lacre, e capacidade para 20 (vinte) litros, visando atender as exigências da Promotoria de Justiça Regional de Irecê, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0049 – Promotoria de Justiça Regional de Irecê
Data da Autorização:	24/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010000007639202469
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	048/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Gráfica e Serviços de Comunicação Visual Ltda, CNPJ nº 52.785.689/0001-00
Objeto:	Confecção de placas e faixas de identificação externa para atender as Promotorias de Justiça de Irecê e de Central
Valor:	R\$ 5.335,00 (cinco mil trezentos e trinta e cinco reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0049 – Promotoria de Justiça Regional de Irecê
Data da Autorização:	24/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011580009006202489
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	055/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Welton da Silva Menezes, CNPJ nº 26.625.390/0001-89
Objeto:	Prestação de serviços de remoção e instalação de aparelhos de ar condicionado para a Promotoria de Justiça Regional de Valença



Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0054 – Promotoria de Justiça Regional de Valença
Data da Autorização:	22/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021910008360202480
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	012/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Associação Brasileira de Enge Sanitária e Ambiental ABES, CNPJ nº 33.945.015/0001–81
Objeto:	Inscrição de servidor no Congresso Nacional de Resíduos sólidos/VII Gral-Gestion de Resíduos en Ameica Latina e Caribe
Valor:	R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0009 – CEAMA
Data da Autorização:	24/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400007168202405
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	010/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	FGCL Comunicação Digital LTDA, CNPJ nº 19.061.474/0001–71
Objeto:	Realização de Workshop em Media Training para Promotores de Justiça do MPBA
Valor:	R\$ 27.560,00 (vinte e sete mil quinhentos e sessenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 – CEAF
Data da Autorização:	19/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400008929202413



Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	013/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Lex Editora S.A, CNPJ nº 61.160.768/0001-17
Objeto:	Assinatura anual da Plataforma de Pesquisa Online Magister Net e mais 05 Títulos de Revistas Especializadas na Intranet, com acessos ilimitados para 200 usuários
Valor:	R\$ 13.950,00 (treze mil, novecentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 - CEAF
Data da Autorização:	19/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360004607202424
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	025/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	DS Conde Comércio de Peças de Refrigeração e Elétrica, CNPJ nº 27.388.518/0001-09
Objeto:	Aquisição de válvula esfera GBC compatível com sistema VRF HITACHI
Valor:	R\$ 37.194,42 (trinta e sete mil cento e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 - Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	09/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023340007532202435
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	033/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n

11 30327.729/0001=73

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de isolamento e condicionamento acústico, luminotécnico e de sistemas de áudio, vídeo, gravação, conferência, votação, streaming, em solução integrada, para a sala de sessões e para a sala de conferência ambas no edifício sede administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia

Valor: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais)

Unidade Orçamentária / Gestora: 40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Data da Autorização: 19/04/2024

Link: [download](#)

Processo Administrativo (SEI): 1909023360007652202496

Modalidade de Contratação: Dispensa de Licitação

Nº da Dispensa/Inexigibilidade: 035/2024

Fundamento Legal: Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021

Parecer Jurídico nº: s/n

Favorecido (a): Startech Engenharia e Manutenção, CNPJ nº 47.940.699/0001-33

Objeto: Prestação de serviço para instalação, sob demanda, de equipamentos de ar-condicionado do tipo split em sedes do Ministério Público da Bahia situadas em Salvador

Valor: R\$ 40.510,40 (quarenta mil quinhentos e dez reais e quarenta centavos)

Unidade Orçamentária / Gestora: 40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Data da Autorização: 19/04/2024

Link: [download](#)

Processo Administrativo (SEI): 1909011580006902202408

Modalidade de Contratação: Dispensa de Licitação

Nº da Dispensa/Inexigibilidade: 052/2024

Fundamento Legal: Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021

Parecer Jurídico nº: s/n

Favorecido (a): Jaco Vieira Pinto Junior, CNPJ nº 33.487.891/0001-01

Objeto: Prestação de serviços de recarga de extintores para atender a Sede da Promotoria de Justiça Regional de Valença, Promotoria Especializada em Meio Ambiente de Valença e da Promotoria de Justiça de Ituberá





Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0054 – Promotoria de Justiça Regional de Valença
Data da Autorização:	15/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400005141202475
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	009/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Paula Sthefani de Carli, CNPJ nº 42.921.701/0001-031
Objeto:	Curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA
Valor:	R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 – CEAF
Data da Autorização:	13/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909453400006098202481
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	011/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Instituto Brasileiro de Direito de Família – IDFAM, CNPJ nº 02.571.616/0001-48
Objeto:	Participação de membros e servidores do MPBA no "V Congresso Baiano de Direito das Famílias e Sucessões e I Encontro Nordestino de Direito das Famílias e Sucessões", nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2024
Valor:	R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 – CEAF
Data da Autorização:	13/04/2024
Link:	download



Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	008/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, CNPJ nº 05.569.714/0001-39
Objeto:	Participação de 03 (três) servidores da Cecom no XVIII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação (Conbrascom) que tem como temática: "Acesso aos direitos: da linguagem simples à Inteligência Artificial", promovido pela Fórum Nacional de Comunicação & Justiça (FNCJ).
Valor:	R\$ 4.780,00 (quatro mil, setecentos e oitenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0029 – CECOM
Data da Autorização:	13/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010340006937202451
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	050/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Oswaldo de Oliveira, CNPJ nº 36.068.641/0001-62
Objeto:	Prestação de serviços de jardinagem para a Promotoria de Justiça Regional de Itapetinga pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 8.640,00 (Oito mil, seiscentos e quarenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0043 – Promotoria de Justiça Regional de Itapetinga
Data da Autorização:	11/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909480860005896202477
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	027/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021



Favorecido (a):	Daniela Amorim Mendes Malaquias, CNPJ nº 30.690.844/0001-72
Objeto:	Aquisição de vestes talares completas (toga, capa, faixa vermelha de pregas)
Valor:	R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	09/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023450006783202462
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	032/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	MF Variedades Ltda, CNPJ nº 47.000.509/0001-06
Objeto:	Aquisição de aparelhos telefônicos
Valor:	R\$ 8.840,00 (oito mil oitocentos e quarenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	06/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360006161202438
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	037/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	GNS Soluções em Serviços Integrados, CNPJ nº 23.616.586/0001-19
Objeto:	Prestação de serviços de retirada e instalação de piso, cerâmico anti-derrapante, medindo 47 x 47cm, com bota fora de entulho e fornecimento de todo material
Valor:	R\$ 14.630,00 (quatorze mil seiscentos e trinta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/04/2024



Processo Administrativo (SEI):	1909020760004146202497
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	007/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	170/2024
Favorecido (a):	ESAFI – Escola de Administração e Treinamento Ltda, CNPJ nº 35.963.479/0001–46
Objeto:	Inscrição de 02 (dois) servidores no curso “Auditoria Governamental, Controles Interno e Externo, Compliance, Governança e Gestão de Riscos (modalidade presencial)
Valor:	R\$ 8.380,00 (oito mil trezentos e oitenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	03/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011130005166202497
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	029/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Gizélia Castro de Oliveira Monitoramento ME, CNPJ nº 18.416.496/0001–44
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Regional de Seabra, pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 3.051,48 (três mil e cinquenta e um reais e quarenta e oito centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0042 – Promotoria de Justiça Regional de Seabra
Data da Autorização:	03/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010340002833202435
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	030/2024



Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Edenice das Dores Santos de Andrade Paixão, CNPJ nº 28.834.284/0001-30
Objeto:	Prestação de serviços de recarga de extintores para a Promotoria de Justiça Regional de Itapetinga pelo período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0043 - Promotoria de Justiça Regional de Itapetinga
Data da Autorização:	02/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909020770005799202475
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	006/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	160/2024
Favorecido (a):	ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda, CNPJ nº 35.963.479/0001-46
Objeto:	Inscrição de servidor no curso presencial "Auditoria Governamental, Controles Interno e Externo, Compliance, Governança e Gestão de Riscos"
Valor:	R\$ 4.190,00 (quatro mil, cento e noventa reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 - Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	01/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909011190005307202408
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	036/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Jose Thadeu Macedo Santiago Ltda, CNPJ nº. 16.283.038/0001-59
Objeto:	Fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garraões devidamente higienizados, fabricados em embalagem de polipropileno transparente, com tampa de pressão e lacre, e capacidade para



Valor:	R\$ 4.136,40 (quatro mil e cento e trinta e seis reais e quarenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0045 – Promotoria de Justiça Regional de Senhor do Bonfim
Data da Autorização:	01/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009130006178202412
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	023/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Allan Paganelly, CNPJ nº 53.188.086/0001-94
Objeto:	Prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Inhambupe
Valor:	R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0030 – Promotoria de Justiça Regional de Alagoinhas
Data da Autorização:	01/04/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009450007753202428
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	041/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Tecnoagil Telecomunicacoes e Sistema de Segurança Ltda , CNPJ nº 07.768.523/0001-21
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento, para atender a Promotoria de Justiça Regional de Brumado
Valor:	R\$ 3.781,56 (três mil setecentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0050 – Promotoria de Justiça Regional de Brumado
Data da Autorização:	28/03/2024



Processo Administrativo (SEI):	1909023360007124202486
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação Eletrônica
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	031 / 2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Army Baterias Ltda, CNPJ nº 37.902.352/0001-42
Objeto:	Aquisição de baterias para Nobreaks para o Ministério Público da Bahia
Valor:	R\$ 19.398,40 (dezenove mil trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	27/03/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909010160006626202435
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	029 / 2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Alic Infinite Services Ltda, CNPJ nº 45.423.777/0001-05
Objeto:	Prestação de serviços de manutenção em 23 (vinte e três) aparelhos de ar-condicionado, modelo split, para a Promotoria de Justiça Regional de Itabuna
Valor:	R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0025 – Promotoria de Justiça Regional de Itabuna
Data da Autorização:	25/03/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490000749202413
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	001 / 2024 - DADM
Fundamento Legal:	Art. 74, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	048/2024



Objeto:	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva (assistência técnica), com atualização do software ForAcesso, nas plataformas de controle de acesso predial, instaladas em unidades do Ministério Público do Estado da Bahia na capital e em Feira de Santana		
Valor:	R\$ 172.597,92 (cento e setenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa		
Data da Autorização:	15/03/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909010790002996202490		
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	012/2024		
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	s/n		
Favorecido (a):	Maria Silvane de Souza Siqueira & Cia Ltda – EPP, CNPJ nº 08.042.230/0001–25		
Objeto:	Prestação de serviços de confecção e instalação de 02 (duas) placas de sinalização externa para a Promotoria de Justiça Regional de Paulo Afonso		
Valor:	R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0035 – Promotoria de Justiça Regional de Paulo Afonso		
Data da Autorização:	15/03/2024		
Link:	download		
Processo Administrativo (SEI):	1909020240006108202438		
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação		
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	004/2024		
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021		
Parecer Jurídico nº:	131/2024		
Favorecido (a):	CLG Treinamento Profissional Ltda, CNPJ nº 46.875.281/0001–27		
Objeto:	Curso on line de pesquisa de preços e planilha de custos – Teoria e prática, nos dias 14, 15 e 18/03/2024		
Valor:	R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)		



Data da Autorização:	12/03/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023300004882202418
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	003/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	129/2024
Favorecido (a):	Instituto Licitada Treinamentos Ltda, CNPJ nº 48.941.653/0001-00
Objeto:	Curso de formação de agentes da contratação, pregoeiros e equipe de apoio, de acordo com a nova lei de licitações 14133/2021.
Valor:	R\$ 7.170,00 (sete mil, cento e setenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	08/03/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360003767202461
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	014/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Prevelar Soluções em Engenharia Ltda, CNPJ nº 29.080.486/0001-05
Objeto:	Aquisição de inversor de frequência para elevador de carga
Valor:	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	28/02/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023300000248202475
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	002/2024



Parecer Jurídico nº:	098/2024
Favorecido (a):	Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda, CNPJ nº 36.598.253/0001-56
Objeto:	Prestação de serviços de consultoria e assessoria para capacitação referente ao novo marco legal instituído pela Lei 14.133/2021
Valor:	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 - Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	28/02/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360003868202489
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	011/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Prevelar Soluções em Engenharia Ltda, CNPJ nº 29.080.486/0001-05
Objeto:	Prestação de serviços de fornecimento e instalação de subteto de 03 (três) elevadores da sede CAB
Valor:	R\$ 11.880,00 (onze mil, oitocentos e oitenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 - Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	23/02/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909480860003528202488
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	013/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Compassos Eventos Ltda, CNPJ nº 10.656.947/0001-09
Objeto:	Prestação de serviços de apresentação musical
Valor:	R\$ 6.650,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 - Diretoria Administrativa



Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490003986202471
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	015/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Limpeza e Impermeabilização em Obras Ltda, CNPJ nº 33.144.723/0001-13
Objeto:	Prestação de serviços de lavagem de cobertura de polícarbonato da entrada principal da Sede CAB do Ministério Público do Estado da Bahia
Valor:	R\$ 4.990,70 (quatro mil novecentos e noventa reais e setenta centavos)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	23/02/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909480710002799202403
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	008/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Flybiss Produções Ltda, CNPJ nº 32.227.413/0001-08
Objeto:	Prestação de serviços de filmagem, gravação e transmissão on line de evento institucional
Valor:	R\$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0029 – CECOM
Data da Autorização:	21/02/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909480860002609202457
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	007/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021



Favorecido (a):	Floricultura Menina Flor Ltda, CNPJ nº 74.003.757/0001-75
Objeto:	Prestação de serviço de locação de 270 (duzentas e setenta) cadeiras Tiffany cristal com assento branco
Valor:	R\$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	19/02/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490001601202460
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	001/2024 – DADM
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Jailton Oliveira Santos Eletrônica, CNPJ nº 32.438.534/0001-90
Objeto:	Aquisição de materiais eletroeletrônicos para o auditório do Ministério Público do Estado da Bahia
Valor:	R\$ 3.475,00 (três mil quatrocentos e setenta e cinco reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	08/02/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360000451202432
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	006/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Loc Tudo Locação e Assistência Técnica Ltda, CNPJ nº 03.019.757/0001-15
Objeto:	Contratação de serviços de locação compreendendo seis unidades de ar-condicionado e seis climatizadores evaporativos, destinados a complementar o sistema de refrigeração do auditório, foyer e salão nobre
Valor:	R\$ 28.560,00 (vinte e oito mil, quinhentos e sessenta reais)



Data da Autorização:	08/02/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360000516202402
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	002/2024 - DEA
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Jtec Elettrica e Manutencao Ltda, CNPJ nº 23.865.563/0001-48
Objeto:	Prestação de serviço de revitalização do piso de madeira do palco do auditório do Ministério Público da Bahia
Valor:	R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	05/02/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023490002740202479
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	005/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Paraíso das Persianas e Decorações Ltda ME, CNPJ nº 19.408.804/0001-52
Objeto:	Aquisição com serviço de instalação de cortinas em tecido voil gase de linho na cor marfim sem blackout no trilho suíço simples
Valor:	R\$ 5.850,00 (cinco mil, oitocentos e cinquenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0003 – Diretoria Administrativa
Data da Autorização:	05/02/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023360002217202475
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	004/2024 - DEA



Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Startech Engenharia e Tecnologia Ltda, CNPJ nº 47.940.699/0001-33
Objeto:	Prestação de serviço de engenharia para instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo split em sedes do Ministério Público da Bahia situadas nos bairros Centro Administrativo e Sussuarana
Valor:	R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	01/02/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023350000455202413
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	003/2024 - DEA
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	029/2024
Favorecido (a):	Jtec Elétrica e Manutenção Ltda,CNPJ nº 23.865.563/0001-48
Objeto:	Prestação de serviço de engenharia para fornecimento e instalação de painel ripado 3D no Foyer do Ministério Público da Bahia
Valor:	R\$ 21.504,00 (vinte e um mil, quinhentos e quatro reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Data da Autorização:	26/01/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909023350000379202463
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	001/2024 - DEA
Fundamento Legal:	Art. 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	030/2024
Favorecido (a):	Metacal Construções Eirele ME, CNPJ nº 13.518.155/0001-66
Objeto:	Prestação de serviço de engenharia para preparo do substrato, fornecimento e instalação de piso vinílico no Salão Nobre do Ministério Público da Bahia

Unidade Orçamentária / Gestora: 40.101/0048 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Data da Autorização: 26/01/2024

Link: [download](#)

Conheça o MP

O que é

- Administração Superior
- Corregedoria Geral
- Procuradorias de Justiça
- Secretaria Geral
- Centro de Estudos
- Central de Apoio Técnico
- Concursos
- Centro de Memória e Cultura
- Programa de Visitação Pública
- Gestão Administrativa
- Organogramas
- Legislação
- Segurança Institucional e Inteligência
- NUPIA

Áreas de Atuação

Cível

- Consumidor
- Criança e Adolescente
- Criminal
- Direitos Humanos
- Educação
- Meio Ambiente
- Moralidade Administrativa
- Saúde
- Segurança Pública

Serviços

Atendimento ao Cidadão

Ouvidoria

Informação ao Cidadão

Localize o MP na sua cidade

Consulta Processos/Procedimentos

Portal Transparência

Mapa do Portal Transparência

Portal SEI

Conferência de Documentos Eletrônicos

Contratações

App Mapa do Racismo

Banco de Projetos

Central de Serviços de TI

E-Dia

Comunicação

Notícias

Sala de Imprensa

Radio MP da Bahia

Campanhas

Projetos Estratégicos

Sessões

Diários Oficiais

Perguntas Frequentes

Manual da Marca

Privacidade / LCPD

Política de cookies



Ministério Público do Estado da Bahia

Sede Administrativa: 5ª Avenida, nº 750, do CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP: 41.745-004.

Atendimento ao cidadão:

Site: atendimento.mpba.mp.br

Disque 1 27 (capital) ou 0800 071 1422 (interior) – de 8h às 18h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira. A ligação é gratuita.

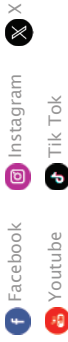
Presencial:

Capital – Avenida Joana Angélica, nº 1.312, Nazaré – Salvador, BA – Brasil – CEP: 40.050-001.

Interior – procure a Promotoria de Justiça de sua cidade.

Ouvidoria: 0800 284 6803

Redes Sociais:



Central de Intérpretes de Libras da Bahia (Cilba)



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente ao **CEAMA - Unidade de Execução Orçamentária Administrativa** com a publicação do resumo da Inexigibilidade de Licitação Nº 068/2024 no Portal Nacional das Contratações Públicas e no sítio eletrônico do Ministério Público do Estado da Bahia.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de encaminhamento do processo de pagamento a esta Coordenação, após a emissão do empenho, para adoção das providências mencionadas no Art. 94 da lei Federal nº 14.133/2021.

Paula Souza de Paula Marques

Assistente de gestão III

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 23/10/2024, às 08:53, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1288137** e o código CRC **F65D5512**.



EMP	NOTA DE EMPENHO	40601.0005.24.0000016-4
Nº Pedido (PED): 40601.0005.24.0000016-3		Data de Emissão: 23/10/2024
Nº Pedido (PAD): *** **		
Data de criação do doctº: 23/10/2024		Nº Instrumento: 40601.0005.24.0000009-3
Unidade Orçamentária: 40601 - Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado da Bahia		Unidade Gestora: 0005 - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF - FMMP
Projeto/Atividade: 3594 - Qualificação de Integrante do Ministério Público		Recurso: Normal
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade - Lei Federal 14.133/2021		Tipo de Empenho: Ordinário
Subfonte - Convênio Federal:		Nº IC - Convênio Federal: *****
Nº Processo/Exercício Processo: 33121/2024		Restos a Pagar Não
		Transferido - Restos a Pagar Não
		Nº Referência Licitação: 4060100052400000115
		Motivo Dispensa/Inexigibilidade licitação *** **
		Nº Processo - SEI: *****

DADOS DO CREDOR	
Código: 2024.21365-5	
Nome: M9GC - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA	
Endereço: ST SBS QUADRA 2, 12	
Bairro: ASA SUL	Município: Brasília
CEP: 70.070-120	UF: DF
CPF/ CNPJ/ IG: 22.288.974/0001-55	Insc. Estadual: *** **
RG: *** **	

DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO	
Dotação Orçamentária: 40601.0005.03.128.464.3594.9900.339039000.25010313000000000000.1	
Valor Total do Empenho (R\$):	Valor por Extenso:
*** 20.500,00	VINTE MIL E QUINHENTOS REAIS *** **
Histórico: Empenho do PED Nº 40601.0005.24.0000016-3 Curso ¿ Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação¿. SEI 19.09.45580.0029456/2024-73 (Inex). SEI 19.09.45340.0033121/2024-92 (pg). Plano de Ação:CEAF/2024 / PE: PE: 5.1.6 Implantação de ações integradas de capacitações com foco em uma visão sistêmica da Inst. Ativ. Mãe:Eventos de capacitação. Ativ: Pagar pelos serviços prestados e materiais adq.	
Data de Autorização da Despesa: 23/10/2024	Ordenador de Despesa: Márcio José Cordeiro Fahel
MARCIO JOSE CORDEIRO FAHEL Assinado de forma digital por MARCIO JOSE CORDEIRO FAHEL Dados: 2024.10.23 10:21:42 -03'00' Márcio José Cordeiro Fahel Ordenador de Despesa	
Observações: Situação do EMP: Empenho (EMP) normal	



Empenho e Dado Cadastrais MPBA - Curso do NUPIA

De Ceaf Financeiro <ceaf.financeiro@mpba.mp.br>

Data Qua, 23/10/2024 10:58

Para marcelo@m9gc.com <marcelo@m9gc.com>

Cc Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição <nupia@mpba.mp.br>; Theana Torres Ribeiro <theana.ribeiro@mpba.mp.br>; WENDE JHULIE SOUZA AMORIM <wende.amorim@mpba.mp.br>

 2 anexos (722 KB)

EMP - Curso Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação ... - NUPIA (1).pdf;
Proposta_Curso_Online_Mediacao_de_Conflitos_M9GC_MPBA_2024.pdf;

Senhor Marcelo Girade,

Encaminho o empenho da despesa referente ao curso "Conceitos, Ferramentas e Técnicas nos Processos de Mediação de Conflitos e de Conciliação" em anexo.

Após a conclusão, favor enviar a nota fiscal para o e-mail **ceaf.financeiro@mpba.mp.br**, para que possamos providenciar o pagamento.

Dados para Emissão de Nota Fiscal:

Razão Social: Ministério Público do Estado da Bahia

End: 5ª Avenida, 750 – CAB. Salvador-Ba.

CNPJ: 04.142.491/0001-66

Atenciosamente,

Graziele Andrade

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel: (71) 3322-5089. Ramal 217

graziele.andrade@mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Ao Nupia / À Dicofin:

Encaminho processo de contratação da empresa M9GC- TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA finalizado, contendo o empenho da despesa, para conhecimento.

Atenciosamente,

Unidade de Finanças do CEAF



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Assistente Técnico Administrativa, em 23/10/2024, às 11:06, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1288356** e o código CRC **223F5946**.